



A vida bem tratada

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE/GRI

2013

SANASA no Ano Internacional
de Cooperação pela Água

ÍNDICE

Mensagem do Presidente	03
Documento <i>Leaders Summit</i> 2013, NY, Pacto Global das Nações Unidas	06
Perfil da SANASA	08
Principais Indicadores	12
Governança	16
Gestão Operacional	27
Gestão Ambiental	36
Gestão Social	55
Balanço Social	65
Pacto Global	66
Sobre este Relatório	68

MENSAGEM DO PRESIDENTE



A SANASA chega aos 40 anos, a serem completados em agosto de 2014, com metas ousadas para sua atuação em Campinas e afinadas com as expectativas formuladas no contexto internacional para a universalização dos serviços de saneamento. O objetivo é proporcionar a todos o acesso ao abastecimento de água de qualidade e à coleta e tratamento dos esgotos.

A empresa está comprometida com ações que possibilitarão à cidade de Campinas ampliar a sua capacidade de tratar 100% do esgoto até 2016. Essa realização faz parte do Plano 300% de Universalização do Saneamento, submetido, em 21 de agosto de 2013, ao Prefeito Jonas Donizette.

As metas do Plano são:

- ✓ 100% de capacidade instalada para o tratamento de esgotos, até junho de 2016;
- ✓ 100% de coleta e afastamento de esgotos, até dezembro de 2017, em bairros que já possuem redes de água;
- ✓ 100% de abastecimento, coleta e afastamento de esgotos, até dezembro de 2020, nos bairros que ainda não possuem saneamento (redes de água e esgoto).

O cumprimento dessas metas levará à universalização do saneamento em Campinas, objetivo do governo municipal que implicará ações de infraestrutura urbana, remoção de famílias em áreas de risco, além de investimentos da ordem de R\$ 500 milhões, provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do governo federal, do Programa Reágua do Governo de São Paulo e de recursos próprios.

Em 2013, a SANASA assinou contratos com os Governos Federal e Estadual, da ordem de R\$ 127 milhões, que serão aplicados em obras a partir de 2014. Ainda em 2013, a SANASA foi selecionada – e aguarda assinatura de novos contratos – pelo programa do Governo Federal PAC para realização de obras de saneamento integrado, que perfazem o total de R\$ 65 milhões, e mais R\$ 49 milhões em obras conjuntas com a Prefeitura Municipal de Campinas, dos quais R\$ 7 milhões são destinados a saneamento básico.

Com esse Plano, desenvolvido no Ano Internacional de Cooperação pela Água, tema coordenado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, a SANASA aprofunda seu compromisso de trabalhar por soluções que garantam água potável com qualidade e saneamento para a população de Campinas, de acordo com suas estratégias.

Em 2013, ainda, a SANASA foi a única empresa de saneamento do Brasil a participar do *Leaders Summit 2013* em Nova York, encontro de líderes que participam do Pacto Global das Nações Unidas. Como Presidente da empresa, presente no encontro, considerei imprescindível assinar, ao lado de outros líderes da delegação brasileira, a Carta de Compromisso que reafirma o objetivo de trabalhar firmemente para a SANASA ser parte da solução pelo desenvolvimento sustentável do planeta (veja a íntegra nas próximas páginas).

Também como resultado do encontro *Leaders Summit*, a SANASA assumiu a Plataforma Arquitetos por um Mundo Melhor e já trabalha pela introdução desse modelo em seu processo de gestão. A iniciativa faz parte do projeto Arquitetura para o Engajamento Empresarial Pós-2015, concebido como um convite às organizações e *networks* que trabalham em nível mundial, engajando empresas no desenvolvimento

sustentável, para juntar forças ao Pacto Global da ONU, ao Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD), à *Global Reporting Initiative* e outras organizações, com a finalidade de promover e apoiar os compromissos e as ações corporativas que impulsionem as metas da ONU.

De acordo com documentos apresentados em Nova York, as Nações Unidas estabelecem distribuição de água e saneamento como temas prioritários para se alcançar outros objetivos centrais mundiais a partir de 2015, como segurança alimentar e nutrição, agricultura sustentável, combate à desertificação, às terras degradadas e à seca, erradicação da pobreza, multiplicação do emprego e trabalho decente para todos, proteção social e da juventude, educação, cultura e saúde.

O maior desafio concentra-se em relacionar o saneamento à água potável. Essa preocupação vem sendo compartilhada pela SANASA ao longo de sua história e vai ao encontro de políticas públicas desenvolvidas pelo governo do prefeito Jonas Donizette, que em 2013 apresentou seu Plano de Metas à sociedade. Faz parte desse Plano a atuação da SANASA pela universalização do saneamento.

A SANASA também colaborou na construção do modelo G4 da *Global Reporting Initiative* - GRI para a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade e em 2013 foi a única empresa de saneamento a participar da Conferência Global que lançou o modelo G4 em Amsterdam, na Holanda, com a presença de mais de 1.600 profissionais do mundo todo.

Em 2014, a SANASA já integra parte dos indicadores do modelo G4 neste Relatório de Sustentabilidade sobre o exercício 2013 e tem o objetivo de que a próxima publicação, referente a 2014, seja integralmente elaborada de acordo com o modelo G4.

Em 2013 a SANASA voltou a aplicar internamente os indicadores do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. O diagnóstico resultante será utilizado pela Diretoria e pelos gestores na identificação dos pontos fracos, na melhoria da gestão da empresa e no engajamento da cadeia de fornecedores.

A SANASA se coloca como articuladora de ações regionais e nacionais e se propõe também a

ser importante voz no ambiente internacional pelo desenvolvimento sustentável, cumprindo sua missão junto aos seus diversos *stakeholders*. Isso só é possível por ter uma visão atual da sustentabilidade, transversal e descentralizada na organização e sob a total responsabilidade desta Presidência. Foi por essa razão que, em 2013, transferimos a Assessoria de Gestão da Sustentabilidade da Diretoria Técnica para a Presidência. O benefício dessa atitude está em manter bem claro e definido na empresa o propósito de que a sustentabilidade não seja um departamento em si, mas faça parte de toda sua gestão.

Em 2013 a SANASA trabalhou fortemente para aumentar a disponibilidade hídrica para Campinas e região para a próxima década. Esse foi seu principal objetivo ao participar ativamente das reuniões pela renovação da outorga do Sistema Cantareira e ao pleitear junto ao governo de São Paulo a elaboração de projetos das barragens a serem construídas nos rios Jaguari e Camanduaia.

A empresa ainda pleiteia que o governo do Estado se responsabilize pela construção do sistema adutor, que será responsável pela transposição das águas do rio Jaguari para o Atibaia.

Quando o ano terminou, estavam avançadas as negociações em torno da outorga do Sistema Cantareira, que representa impacto importante no sistema hídrico PCJ – bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá –, diretamente na ampliação da capacidade quantitativa e qualitativa, e consequentemente, na qualidade de abastecimento da cidade de Campinas.

A SANASA fechou 2013 com o Mapa de Riscos Corporativos formulado e deve avançar em 2014 na elaboração do Mapa de Riscos da Água. As informações desses dois documentos serão a base da pesquisa, com o engajamento de diversos *stakeholders*, para definição dos temas estratégicos da empresa.

Também em 2013 a SANASA deu continuidade aos trabalhos referentes ao Plano de Segurança da Água, atendendo à portaria 2914/2011 do Ministério da Saúde, que estabelece padrões de qualidade da água potável.

São muitas as obras realizadas em 2013 –

algumas em andamento – para a melhoria da qualidade da distribuição de água potável, redução das perdas e sistemas de esgotamento sanitário, com a substituição de redes antigas, instalação de redes de esgotamento sanitário em bairros como Satélite Iris I e IV, execução de Interceptores e Coletores nos bairros Santa Cândida, Sistema de Esgotamento Sanitário Taubaté, Sistema de Esgotamento Sanitário Capivari II, Sistema de Esgotamento Sanitário Parque das Universidades, além da inauguração da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE Sousas/Joaquim Egídio e o reinício das obras da ETE Nova América. Esta atenderá uma população aproximada de 35.300 habitantes da região do Aeroporto de Viracopos e permitirá a ligação de 106 quilômetros de redes de esgoto.

A ampliação desse aeroporto também vai gerar novos negócios para a SANASA, conforme protocolo de intenções já firmado para a venda da água de reuso, tratamento do esgoto e do efluente das aeronaves.

Cumprir todas as metas exige esforço e empenho não só da administração da empresa, mas de todos os funcionários. Cada um, no entanto, pode se orgulhar de trabalhar para a melhoria permanente da qualidade de vida na região de Campinas e pelo atendimento a metas globais de desenvolvimento sustentável.

Arly de Lara Romêo
Diretor Presidente da SANASA

CONTRIBUIÇÃO EMPRESARIAL PARA A PROMOÇÃO DA ECONOMIA VERDE E INCLUSIVA

As empresas e organizações signatárias deste documento estão comprometidas com o Desenvolvimento Sustentável.

Estamos acompanhando e participando das discussões relativas à Rio+20, a mais importante conferência multilateral focada na promoção do desenvolvimento sustentável desde a ECO-92.

Entendemos existir informação suficiente para se afirmar que houve evolução no trato das questões sociais e ambientais de 1992 até hoje. Por outro lado os números mostram que ainda são muitos os desafios para o alcance de um nível de desenvolvimento adequado para todos.

Segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (*Towards a Green Economy*, 2011) há mais de 1,6 bilhão de pessoas sofrendo com falta de água e mais de 900 milhões desnutridos no mundo. Há sinais claros de esgotamento de alguns recursos naturais, seja como fontes de energia ou materiais, seja como destino para nossos rejeitos. Entre eles, os gases de efeito estufa, cujas consequências já se fazem sentir no clima do planeta.

O Brasil também apresenta suas mazelas. Segundo o IBGE (Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, 2010), em 2008 havia mais de 15 milhões de famílias vivendo com menos de meio salário mínimo per capita por mês; mais de 40% das residências em zonas urbanas não tinham acesso a sistema de coleta de esgoto para tratamento e mais de 10% da nossa população com mais de 15 anos eram de analfabetos.

Por outro lado, por várias razões, o Brasil desponta como uma possível potência da economia verde e inclusiva. Mais de 48% da matriz energética brasileira eram de fonte renovável em 2009 (EPE/MME, 2010). O Brasil dispõe de mais de 20% do solo arável do planeta e felizmente conta com insolação e disponibilidade de água. Isso somado a uma cultura colaborativa e a uma classe empresarial cada vez mais engajada, consciente das suas responsabilidades e que quer atuar como protagonista, permite ao país ir muito mais além, ou seja, desenvolver-se de forma sustentável.

Com esse espírito positivo, as empresas e organizações signatárias deste documento entendem que são parte da solução para a

promoção da economia verde e inclusiva. Temos a convicção que o Brasil pode se tornar um país líder na promoção do desenvolvimento sustentável, um exemplo na promoção do equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Entendemos que essa postura favorece o país, as empresas e as organizações aqui localizadas e ao mesmo tempo pode vir a influenciar as posturas de outros países e ainda contribuir para a solução dos problemas em escala global.

As empresas e organizações signatárias deste documento desejam ser exemplos. Queremos, através dos nossos negócios, ampliar fortemente nossa contribuição para a promoção do desenvolvimento sustentável, integrando cada vez mais a sustentabilidade em nossas estratégias de negócio, ao dia-a-dia das nossas operações e dos nossos diversos relacionamentos. Queremos ser reconhecidos pela sociedade por trazer soluções inovadoras que representem impactos reais na eficiência no uso dos recursos naturais (como água e energia), na redução da intensidade de emissões de carbono, na promoção dos direitos humanos e na inclusão social.

Dessa forma assumimos dez compromissos:

1. Buscar sempre o resultado econômico sustentável, aquele que considera a obtenção desses resultados associados à maximização dos benefícios ambientais e sociais e à minimização de possíveis impactos negativos;
2. Atuar nos nossos processos produtivos e nas nossas cadeias de valor (fornecedores e clientes) de forma a:
 - a. Continuar a melhorar a eficiência do uso de recursos ambientais (energia, materiais, solo, água etc.) e a reduzir qualquer forma de desperdício (resíduos, efluentes, gases de efeito estufa etc.);
 - b. Ampliar o uso de fontes de energia ou de matérias-primas renováveis;
 - c. Promover a geração de empregos dignos, aqueles que consideram o atendimento aos direitos humanos e a capacidade das pessoas de se desenvolverem continuamente;
 - d. Promover o diálogo, a cooperação e o comprometimento, visando ampliar a contribuição da cadeia para o desenvolvimento sustentável.

3. Reforçar nosso investimento em inovação e tecnologia, de forma a introduzir novas soluções em processos, produtos e serviços que possibilitem a redução dos impactos decorrentes da produção, do uso e eventuais descartes associados aos produtos e serviços;

4. Fortalecer o papel do consumidor e a importância das suas escolhas de consumo, considerando todo o ciclo de vida dos produtos e serviços;

5. Direcionar nossos investimentos sociais ao fortalecimento de três aspectos:

- a. Inclusão social da camada mais pobre da população
- b. Educação e desenvolvimento de competências para a sustentabilidade
- c. Promoção da diversidade humana e cultural;

6. Reforçar o cuidado com os nossos relacionamentos com as respectivas partes interessadas, de forma a promover o comportamento ético e a coibir toda e qualquer forma de corrupção. Isso inclui os cuidados éticos no processo de comunicação das características dos nossos produtos e serviços;

7. Definir metas concretas para os aspectos mais relevantes da contribuição de cada um dos nossos negócios para o desenvolvimento sustentável e relatar publicamente a evolução do atendimento desses compromissos;

8. Promover a difusão do conhecimento, respeitando a propriedade intelectual de melhores práticas empresariais focadas na ampliação da contribuição para o desenvolvimento econômico, social e ambiental;

9. Contribuir nas discussões sobre desenvolvimento sustentável, economia verde e inclusiva, economia de baixo carbono ou qualquer outro tema correlato nos fóruns empresariais, como sindicatos e associações, dos quais fazemos parte, especialmente no Comitê Brasileiro do Pacto Global; em universidades e escolas de negócios; junto à sociedade organizada e junto ao governo; de modo a influenciar e ser influenciado nessa interação;

10. Influenciar e apoiar as decisões e políticas do governo brasileiro que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

Contudo, entendemos que o papel promotor e incentivador do governo é fundamental para o

aumento da escala da nossa contribuição empresarial. Dessa forma, chamamos a atenção para a importância do avanço em, no mínimo, cinco aspectos relacionados a políticas públicas:

A. Fortalecimento da educação em todos os níveis (primários, secundários, profissionalizantes, universitário e pós-graduação), dando destaque à difusão dos princípios e das práticas do desenvolvimento sustentável;

B. Favorecimento de investimentos em inovação, pesquisa e desenvolvimento de ciência e tecnologia, especialmente daqueles que podem introduzir melhorias radicais nos impactos ambientais e sociais;

C. Promoção da produção e do consumo mais sustentável, favorecendo aqueles que melhorem os impactos ambientais e sociais considerando todo o ciclo de vida dos produtos e serviços;

D. Apoio às empresas que assumam os riscos da introdução de novos produtos e serviços mais sustentáveis;

E. Fortalecimento da participação empresarial e da integração das diversas políticas nacionais e globais considerando o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Assumindo esses dez compromissos, entendemos que estamos atuando de forma concreta para melhorar a qualidade de vida das pessoas no nosso planeta e para dar passos largos na busca da economia verde e inclusiva. Por outro lado, o compromisso do governo em reforçar esses cinco aspectos das políticas públicas irá facilitar a contribuição empresarial. Isso irá alavancar fortemente os resultados.

Dessa forma, empresas, organizações, sociedade e governo estarão construindo juntos um novo cenário para os próximos 20 anos. Um cenário que propicie o desenvolvimento realmente sustentável.

Documento assinado pelos executivos da delegação brasileira no encontro *Leaders Summit 2013*, em Nova York, que reuniu líderes de empresas participantes do Pacto Global das Nações Unidas.

PERFIL ORGANIZACIONAL

G4-4	Principais marcas, produtos e serviços
G4-5 e 6	Localização da sede da organização
G4-7	Natureza da propriedade e forma jurídica da organização
G4-8	Mercados em que a organização atua (com discriminação geográfica, setores cobertos e tipos de clientes e beneficiários)
G4-9	Porte da empresa, incluindo: número total de empregados, número total de operações; receita líquida (para organizações do setor público); quantidade de produtos ou serviços prestados

Indicador Ethos 1: Estratégias para a Sustentabilidade, Estágio 1 - A empresa inclui aspectos sociais e questões ambientais em suas estratégias.

R. A SANASA Campinas - Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. é empresa de economia mista, criada pela Lei Municipal 4.356, de 28 de dezembro de 1973.

Sociedade por ações, foi constituída com o objetivo de planejar, executar, fiscalizar e operar os serviços públicos de saneamento básico do município de Campinas podendo, esses serviços, ser estendidos para outros municípios, seja no território nacional,

seja no exterior, desde que comprovada sua viabilidade econômico-financeira, devidamente aprovada em Assembleia Geral da Sociedade. A SANASA também exerce atividades de aperfeiçoamento da administração, operação e manutenção de seus serviços, inclusive a prestação de serviços de assessoria, consultoria e assistência técnica ao município, entidade ou empresa pública ou privada de sua área de atuação.

TRATAMENTO DA ÁGUA

Entre outras atribuições, a SANASA Campinas é responsável pelo serviço de abastecimento de água (captação, adução, tratamento, reservação e distribuição de água potável) do município de Campinas, no Estado de São Paulo. A empresa capta água dos Rios Atibaia (92,46%) e Capivari (7,47%) para abastecer toda a cidade.

Atualmente, a SANASA atende com água potável encanada 99% da população urbana de Campinas, por meio de cinco estações de tratamento (ETAs 1 e 2 no Swift, ETAs 3 e 4 na estrada de Sousas, com água captada no Rio Atibaia, e a ETA Capivari, junto à Rodovia dos Bandeirantes, com água proveniente do Rio Capivari). O conjunto de Estações de Tratamento

de Água tem capacidade de produção de até 4.530 litros/segundo.

O volume médio anual de água potável produzido é da ordem de 110 milhões de metros cúbicos, transportado por mais de 3.850 km de adutoras e redes de distribuição e armazenado em 65 reservatórios dispersos pela cidade (25 elevados e 40 apoiados), com capacidade total de 123.497,37 m³. Esse sistema contempla 310.426 ligações de água e 463.785 economias*, todas equipadas com hidrômetros.

*(Número de economias é a quantidade de unidades de consumo ou imóveis dependentes de um único hidrômetro)

TRATAMENTO DO ESGOTO

O sistema de esgotamento sanitário da SANASA Campinas atende a 88% da população urbana da cidade, com 272.168 ligações e 406.220 economias*, por meio de 3.554,23 km de redes, emissários e interceptores, além de 75 Estações Elevatórias de Esgoto e 26 Estações de Tratamento de Esgoto.

A SANASA é pioneira na utilização da tecnologia empregada para tratamento de esgoto na Estação Produtora de Água de Reúso - EPAR Capivari II, uma das mais modernas do mundo, com utilização de membranas filtrantes para remoção de nitrogênio e fósforo. As membranas filtrantes garantem a remoção da maioria dos vírus, bactérias e protozoários sem

utilização de produtos químicos desinfetantes, além da remoção dos sólidos, deixando a água com 98% de grau de pureza.

A empresa participou da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, sob a coordenação da Secretaria Municipal do Verde e do Desenvolvimento Sustentável, que definiu as ações necessárias para atingir 100% de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos até dezembro de 2020, nos bairros que ainda não possuem saneamento (redes de água e esgoto). O Plano foi discutido em duas Audiências Públicas ao longo de 2013 e aprovado pelo Decreto nº 18.199 de 19 de dezembro de 2013.

G4-11

Percentual do total de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva.



Princípio 3 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC: Apoiar a liberdade de associação e o direito à negociação coletiva no trabalho.

Indicador Ethos 25: Relações com Sindicatos - Estágio 3 - A empresa não somente permite a atuação dos sindicatos no local de trabalho, como também fornece informações sobre as condições de trabalho e se reúne periodicamente com seus representantes para ouvir sugestões e negociar reivindicações.

R. Todos os funcionários da SANASA são abrangidos nos acordos coletivos, sendo algumas cláusulas extensivas aos estagiários e patrulheiros. Todos os funcionários têm liberdade de associação aos sindicatos.

G4-12

Cadeia de fornecedores da organização

R. O tema está em estudos no decorrer de 2014 e será relatado na próxima edição do Relatório de Sustentabilidade.

G4-13

Mudanças significativas ocorridas no decorrer do período coberto pelo relatório em relação ao porte, estrutura, participação acionária ou cadeia de fornecedores da organização

R. Não aconteceram mudanças significativas.

G4-14

Relate se e como a organização adota a abordagem ou princípio da precaução



Princípio 8 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Promover a responsabilidade ambiental.

Indicador Ethos 32: Impacto Decorrente do Uso dos Produtos ou Serviços, Estágio 2 - A empresa dá preferência a uma abordagem preventiva, elaborando regularmente estudos e pesquisas técnicas sobre riscos potenciais e adotando medidas preventivas e /ou corretivas quando detectados riscos e falhas, de modo a garantir a máxima segurança do consumidor.

R. Para criar o Mapa de Riscos Corporativos, foram feitas apresentações personalizadas para todos os gestores da empresa: Diretores, Gerentes e Coordenadores. Após o treinamento, realizado em 2013, os próprios gestores fizeram a identificação dos riscos de

suas áreas, com o suporte e acompanhamento da Gerência de Governança Corporativa, responsável pela Gestão de Riscos na empresa.

Em 2014, a SANASA deve avançar também na elaboração do Plano de Segurança da Água.

G4-15

Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa

Indicador Ethos 6: Compromissos Voluntários e Participação em Iniciativas de RSE/Sustentabilidade, Estágio 2 - A empresa assina compromissos voluntários e acompanha seminários e discussões a eles associados.

R. A SANASA participa voluntariamente de várias iniciativas internacionais. Subscreve os 10 princípios do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC desde 2012 e, em 2013, durante o *Leaders Summit* 2013, em Nova York – encontro de líderes que participam do Pacto Global das Nações Unidas – assumiu, ao lado de outros líderes da delegação brasileira, a Carta de Compromissos que reafirma o objetivo de trabalhar firmemente como parte da solução pelo desenvolvimento sustentável do planeta. A empresa participa dos grupos de trabalho de Comunicação, Meio Ambiente e Direitos Humanos do Pacto Global. A SANASA assumiu, ainda, em 2013, a Plataforma Arquitetos por um Mundo Melhor e já trabalha pela introdução desse modelo em seu processo de gestão. A iniciativa faz parte do projeto Arquitetura para o Engajamento Empresarial Pós-2015,

concebido como um convite às organizações e *networks* que trabalham em nível mundial, para engajar empresas no desenvolvimento sustentável.

A empresa adota os indicadores do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social.

Integra, ainda, o grupo *Organizational Stakeholders Program* da *Global Reporting Initiative* - GRI. Uma de suas atribuições é participar, com poder de voto, das eleições para o Conselho de *Stakeholders* da GRI, o que ocorre a cada três anos. A SANASA participou também das consultas públicas sobre a versão G4 da GRI e esteve presente em sua *Global Conference*, realizada em Amsterdam em maio de 2013, quando foi lançado esse novo modelo de Relatório de Sustentabilidade. Foi a única empresa de saneamento na delegação brasileira nessa conferência.

G4-16

Participação em associações e organizações nacionais ou internacionais de defesa em que a organização tem assento no conselho de governança; participa de projetos ou comissões; contribui com recursos financeiros além da taxa básica como organização associada; e considera estratégica a sua participação

R. A SANASA mantém participação ativa nas políticas de recursos hídricos das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - PCJ, em trabalho conjunto com a Secretaria Municipal do Verde e de Desenvolvimento Sustentável de Campinas. A companhia representa, no Comitê Estadual e Federal da Bacia Hidrográfica dos rios PCJ, a Associação Nacional das Empresas Municipais de Saneamento – ASSEMAE.

Na ASSEMAE, a SANASA também ocupa a Diretoria de Assistência Técnica aos Serviços Municipais de Saneamento Associados e a Vice-Presidência da unidade regional do Estado de São Paulo e tem assento em todas as Câmaras Técnicas que formulam e executam a política de recursos hídricos da região e o plano de bacias. Atualmente, ocupa a Vice Presidência dos Comitês.

Também está presente no Conselho de Defesa do Meio Ambiente - CONDEMA e nas Câmaras Temáticas da Região Metropolitana de Campinas, já que trata do planejamento de obras de saneamento, instrumento de saúde pública do município de Campinas e de toda a região.

Desde a adesão ao Consórcio PCJ, em 2003, o Diretor Presidente da SANASA ocupa a Vice-Presidência de Sistemas de Monitoramento das Águas, em face de sua relevância regional. E ocupa também a Vice-Presidência dos Comitês das Bacias Hidrográficas da Bacia PCJ. Todo ano a SANASA inscreve projetos visando a obtenção de recursos disponibilizados pela Agência Nacional de Águas - ANA e oriundos da arrecadação da Bacia PCJ, além de dar prosseguimento ao seu plano de cobertura total de abastecimento de água e esgotamento

sanitário no município de Campinas.

Também tem participação na Comissão de Estudos CE-2 da ABNT/CB-25, que irá tratar da revisão das normas que compõem a série ISO 9000.

Participa como membro do Grupo de Estudos e Trabalhos de Assistência Humanitária - GETAH em Campinas; participa, no Tema Saneamento, da manutenção do Portal de Indicadores de Competitividade de Campinas; e no levantamento das metodologias utilizadas pela SANASA para elaboração e compilação dos dados fornecidos ao planejamento financeiro, a serem encaminhados ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS.

Ao longo de 2013 a SANASA participou da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB, juntamente com os técnicos da Prefeitura Municipal de Campinas. O PMSB é uma estratégia para curto, médio e longo prazos, para atender aos anseios da população referentes às áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem e manejo urbano de águas pluviais. Em 19/12/2013, o Decreto Municipal nº. 18.199 instituiu o PMSB, atendendo assim ao prazo de 31/12/2013 estabelecido pela Lei Federal nº. 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Em 2013, a SANASA passou a integrar o Conselho Diretor Nacional da ASSEMAE -, ocupando a Diretoria de Assistência Técnica aos Municípios Associados.

As atividades da SANASA são reguladas pela Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento - ARES PCJ.

PRINCIPAIS INDICADORES

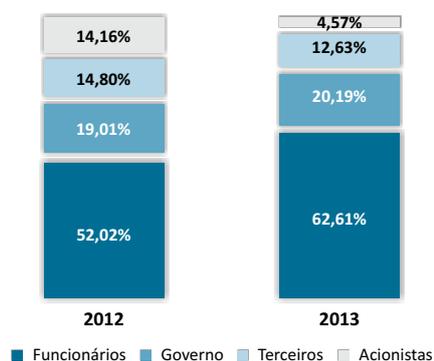
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

G4-EC1

Valor Econômico direto gerado e distribuído

A Distribuição do Valor Adicionado - DVA da SANASA em 2013 alcançou R\$ 400.503 mil, com redução de 2,92% em relação ao exercício de 2012, quando distribuiu R\$ 412.557 mil. Desse valor, 4,57% foram destinados aos acionistas (juros sobre capital próprio e dividendos), 12,63% a terceiros (juros e alugueis), 20,19% ao governo (impostos, taxas e contribuições) e 62,61% aos empregados (incluindo remuneração direta, benefícios e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS).

Distribuição do Valor Adicionado (em %)



G4-EC3

Cobertura das obrigações previstas no plano de benefícios da organização

PLANO DE PENSÃO

Descrição	2011	2012	2013
Total	6.428	7.504	8.434
Petros - Contribuição Ordinária 6%	3.238	4.313	5.219
Petros - Contribuição Ordinária - PAI	142	126	112
Petros - Contribuição Opcional	-	-	-
Petros - Amortização Custo Serviço Passado	3.003	3.012	3.040
Petros - Fundo Comitê Gestor Plano Misto	45	53	64

IMPACTO DOS INVESTIMENTOS

G4-EC7

Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos

Em 2013, foram investidos R\$ 103.201 mil, sendo 15,33% destinados a obras de abastecimento de água, 75,28% aos sistemas de coleta, afastamento e tratamento de esgoto e os 9,39% restantes aplicados em outros investimentos. O imobilizado da companhia, líquido das depreciações, somou R\$ 762,7 milhões.

Descrição	2011	2012	2013
Total de Investimentos (em R\$ mil)	88.071	55.988	103.201
Sistema Operativo de Água	12.206	11.014	15.807
Sistema Operativo de Esgoto	69.360	37.017	77.687
Outros Investimentos	6.505	7.956	9.707

Entre as diversas obras realizadas nos sistemas de abastecimento de água destacam-se as substituições de redes nos bairros Jardim Chapadão, Jardim Eulina - Zona Alta, Jardim Leonor, Vila Joaquim Inácio, Jardim das Oliveiras e Jardim Nova Europa - Bloco 1, além da ampliação e otimização da Estação de Tratamento de Lodo (ETL) nas Estações de Tratamento de Água - ETA's 3 e 4.

Quanto às obras nos sistemas de coleta, afastamento e tratamento de esgoto destacam-se: Sistema de Esgotamento Sanitário - SES Capivari II - Lote 2; SES

Sousas/Joaquim Egídio; SES Taubaté - Etapa 1; SES Satélite Íris - bacias 1 e 2; SES Parque Santa Bárbara; SES Parque das Universidades e interceptor de esgotos do Sistema Anhumas - trecho Santa Cândida. No total, desde a abertura do capital da companhia, em 1997, já foram investidos R\$ 984.018 mil, sendo a maior parte desse valor (72,09%) aplicada no sistema de esgotamento sanitário, permitindo que a capacidade instalada de tratamento de esgoto saísse de aproximadamente 3% (em 1997) para 88% (em 2013).

Histórico dos Investimentos (CAPEX) (em R\$ milhões)



G4-EC8

Impactos econômicos indiretos significativos

O investimento realizado em 2013 foi o maior da história da SANASA, excluindo dessa análise o montante de R\$ 71.597 mil adicionado ao imobilizado em 2008, em decorrência do contrato de locação (arrendamento mercantil) firmado entre a SPE Capivari Ambiental S/A e a SANASA, no qual a primeira ficou responsável pela execução das obras relativas à construção da Estação de Tratamento de

Esgoto - ETE Capivari I e, a segunda, pela fiscalização das obras e locação do sistema pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses.

De acordo com o contrato, após o término do arrendamento, passarão a pertencer à SANASA todos os bens, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema implantado pela SPE.

G4-EC4

Assistência financeira recebida do governo

A SANASA recebeu, em 2013, R\$ 45.859 mil de recursos oriundos de subvenções governamentais, sendo R\$ 41.597 mil provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, R\$ 2.243 mil do

Consórcio das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - PCJ, R\$ 1.071 mil do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO e R\$ 948 do Programa Estadual de Apoio à Recuperação de Águas - REÁGUA.

	2011	2012	2013
Total (em R\$ mil)	44.686	19.270	45.859
PAC	38.707	14.438	41.597
PCJ	3.077	3.516	2.243
FEHIDRO	2.902	1.316	1.071
REÁGUA	-	-	948

ENDIVIDAMENTO

A SANASA encerrou 2013 com dívida líquida de R\$ 235.548 mil, que representa redução de 3,6% em relação ao exercício anterior. A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos doze meses foi de 2,83.

	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013
Dívida Líquida (1 + 2 + 3 + 4 - 5) em R\$ mil	258.757	244.399	235.548
1. Empréstimos	141.760	129.228	130.523
2. Finame	4.337	2.606	6.752
3. Financiamento	79.002	60.771	51.285
4. Arrendamento Mercantil	58.872	57.694	56.381
5. Caixa e Aplicações Financeiras	25.214	5.900	9.393

G4-EN31

Total de investimentos e gastos com proteção ambiental, discriminados por tipo

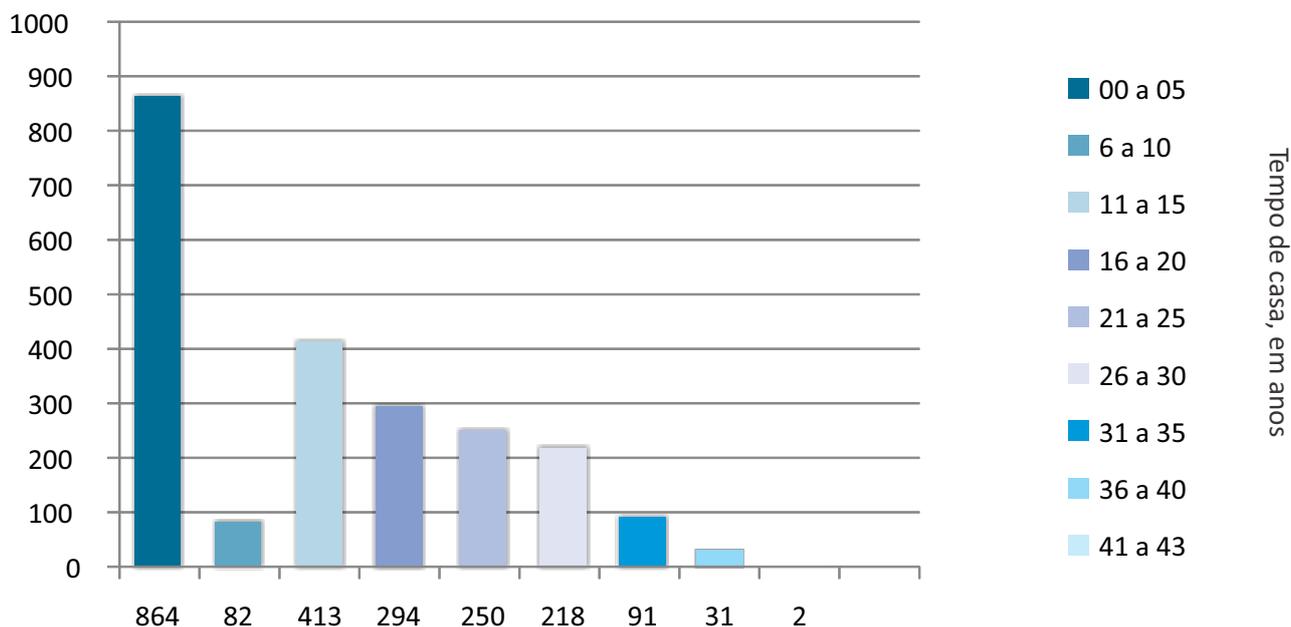
PROTEÇÃO AMBIENTAL

A Sanasa registrou, em 2013, investimentos para controle e proteção ambiental no valor de R\$ 8.711 mil. Do total dos investimentos, 13,6% foram destinados aos programas e projetos externos em meio ambiente, 35,1% foram para remoção de lodos e resíduos, 15,1% para a

Agência Nacional de Águas - ANA, 29,1% para a Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - ARES PCJ e 7,2% para o Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - Consórcio PCJ.

	2011	2012	2013
Total	6.908	9.940	8.711
Contribuição Inv. Cons. Bac. Rios Piracicaba/Capivari	261	282	625
Taxa de Regulação e Fiscalização de Saneamento Básico - ARES/PCJ	-	1.685	2.534
Taxa de Cobrança de Recursos Hídricos - ANA	1.821	2.216	1.315
Remoção de Lodos e Resíduos	3.542	3.709	3.054
Investimentos em programas e/ou projetos externos	1.284	2.048	1.183

Distribuição de Empregados por tempo de casa - Total: 2245



GOVERNANÇA

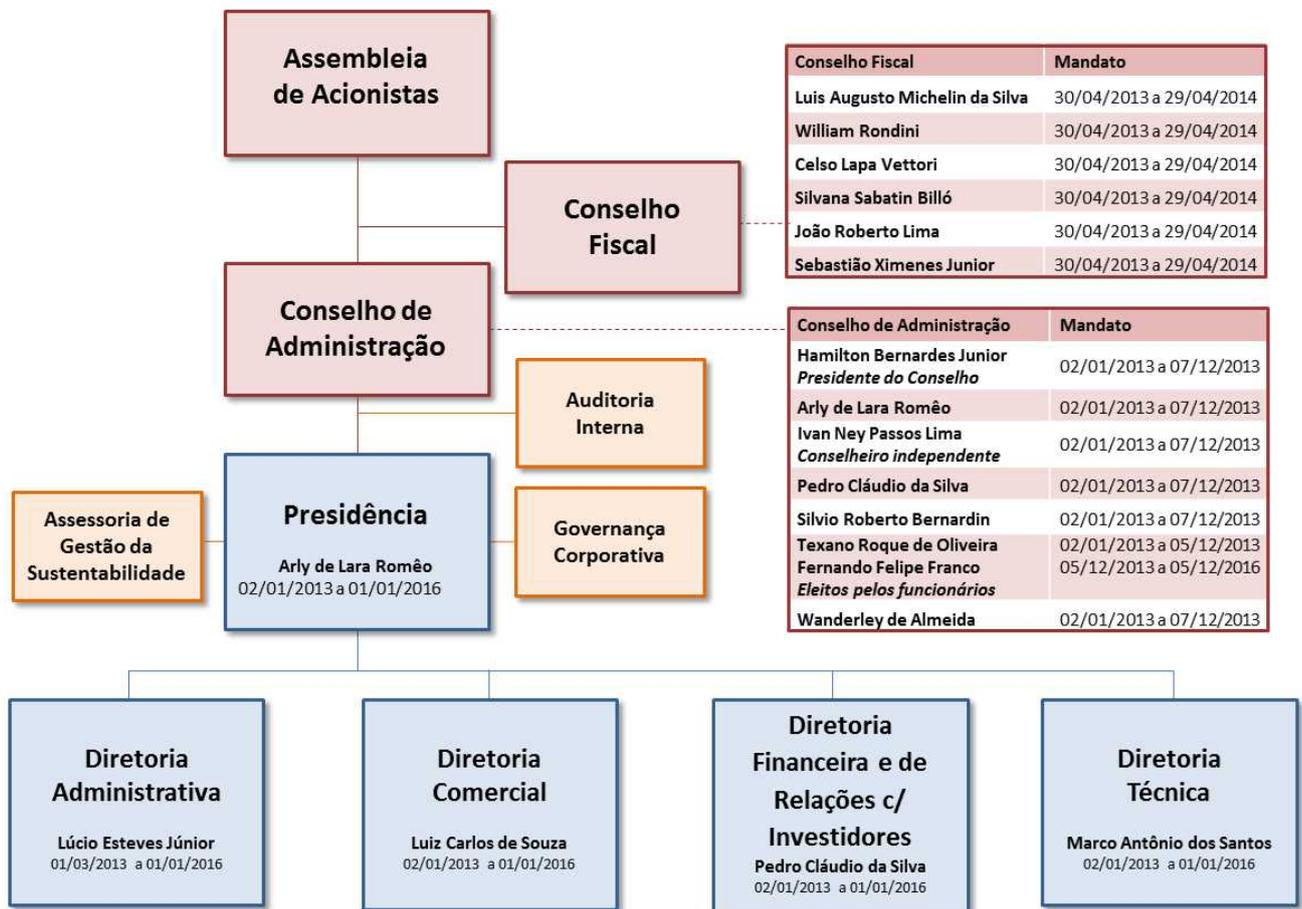
MAPA DE RISCOS CORPORATIVOS É INSTRUMENTO PARA TOMADA DE DECISÕES ESTRATÉGICAS

G4-34

Estrutura de Governança

G4-38

Composição do mais alto órgão de governança



Os mandatos dos membros do Conselho de Administração, eleitos em 2013, foram renovados em dezembro e estão em vigor até 2016. O Diretor Técnico e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores são funcionários de carreira e já ocupavam os cargos

de Diretores na gestão anterior (2012). A empresa participa ativamente de órgãos externos. Essa atividade fornece informações que contribuem para a tomada de decisões (conheça os órgãos nas próximas páginas).

G4-35

Delegação de autoridade sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais pelo mais alto órgão de governança para executivos seniores e outros empregados

Indicador Ethos 5a: Governança da organização, Estágio 2 - A empresa institui controles internos e externos e acompanha os resultados. Esses controles orientam o processo de tomada de decisão.

R. Segundo art. 19 do Estatuto Social, a Diretoria Executiva da SANASA é composta por um Diretor Presidente e quatro Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, todos com mandato de três anos, permitida a reeleição. De acordo com o Estatuto, o Diretor da Área Técnica deve pertencer ao quadro de funcionários de carreira da SANASA.

Na ausência do Diretor Presidente, assumirá o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

Na ausência deste, bem como dos demais Diretores, assumirá o Diretor que o Conselho de Administração indicar.

A partir de 2013, a Assessoria de Gestão da Sustentabilidade foi transferida da Diretoria Técnica para a Presidência, para manter claro na empresa o propósito de que a sustentabilidade não é um departamento em si, mas faz parte de toda sua gestão.

G4-36

Relate se a organização designou um ou mais cargos e funções de nível executivo como responsável pelos tópicos econômicos, ambientais e sociais e se esses responsáveis se reportam diretamente ao mais alto órgão de governança

R. Em 2013, a SANASA criou o Grupo Técnico de Trabalho para alcançar os objetivos do “Plano 300% de Universalização do Saneamento”, referentes a:

- 100% de capacidade instalada para o tratamento de esgotos, até junho de 2016;
- 100% de coleta e afastamento de esgotos, até dezembro de 2017, em bairros que já possuem

redes de água;

- 100% de abastecimento, coleta e afastamento de esgotos, até dezembro de 2020, nos bairros que ainda não possuem saneamento (redes de água e esgoto).

O grupo reporta-se diretamente à Diretoria Executiva e é composto por dez membros, sendo nove de nível executivo.

G4-37

Processos de consulta usados entre os *stakeholders* e o mais alto órgão de governança em relação aos tópicos econômicos, ambientais e sociais. Se a consulta for delegada a outras estruturas, órgãos ou pessoas, indique a quem e quaisquer processos existentes de *feedback* para o mais alto órgão de governança

G4-14

Relate se e como a organização adota a abordagem ou princípio da precaução

Indicador Ethos 1: Estratégias para a sustentabilidade, Estágio 1 - A empresa inclui aspectos sociais e questões ambientais em sua estratégias.

R. Após a criação de Metodologia para construção do Mapa de Riscos Corporativos em 2012, a SANASA consolidou, em 2013, através da Gerência de Governança Corporativa, os trabalhos de identificação e avaliação dos riscos para elaboração do Mapa.

Para esse trabalho, foram realizadas apresentações e treinamentos personalizados para todos os gestores da empresa: Diretores, Gerentes e Coordenadores.

Após os devidos esclarecimentos foi realizada etapa dos trabalhos em que os próprios gestores fizeram a identificação dos riscos corporativos de suas áreas, com suporte e acompanhamento da Gerência de Governança, responsável pela Gestão de Riscos na empresa. Em seguida, foram analisados e ratificados todos os riscos com os respectivos Gestores.

A empresa utilizará o Mapa de Riscos Corporativos para construir sua matriz de materialidade, bem como irá utilizá-lo como ferramenta estratégica para tomada de decisões, tanto no aspecto financeiro, como no aspecto técnico.

Em 2014, a SANASA deve avançar na elaboração do Plano de Segurança da Água. As informações dos dois documentos – Mapa de Riscos e Plano de Segurança da Água – constituirão a base da pesquisa, a ser feita com o engajamento de diversos *stakeholders*, para definição dos temas estratégicos da empresa.

Vale salientar que a SANASA possui alguns canais de *feedback* com seus *stakeholders* que são provenientes da Ouvidoria e da Pesquisa de Satisfação, feita pelo setor de Atendimento ao Cliente.

A empresa participa ativamente de órgãos externos. Essa atividade fornece informações que também contribuem para a tomada de decisões (conheça os órgãos nas próximas páginas).

G4-39

Relate se o Presidente do mais alto órgão de governança é também um Diretor executivo

G4-40

Processos de seleção e nomeação para o mais alto órgão de governança e seus comitês, bem como os critérios adotados para selecionar e nomear os membros do mais alto órgão de governança, incluindo diversidade, independência, conhecimentos e envolvimento de *stakeholders*

R. O Presidente do Conselho não pode ser Diretor Presidente da companhia. O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, é composto por sete membros, sendo uma vaga ocupada por conselheiro independente, uma vaga ocupada por representante dos empregados, uma vaga ocupada pelo Presidente da companhia e as demais vagas ocupadas por indicações do acionista controlador, sendo um deles Presidente do Conselho. Os membros do Conselho cumprem mandatos de três anos, permitida a reeleição.

Todos são acionistas residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral Extraordinária, que também fixa sua remuneração.

Entre os membros eleitos, cabe à Assembleia Geral eleger o Presidente do Conselho de Administração, por indicação do Acionista Controlador, não podendo

a escolha recair na pessoa do Diretor Presidente da companhia, membro nato do Conselho de Administração.

Na composição do Conselho de Administração, para a vaga destinada a um trabalhador do quadro de carreira da Sociedade, é realizada eleição direta organizada pela empresa, em conjunto com a entidade sindical.

Em 2013 houve eleição entre os funcionários para o posto de Conselheiro de Administração, conforme § 2º do artigo 15 do Estatuto Social. O funcionário eleito cumpre o mandato de 05/12/2013 a 05/12/2016.

No mínimo uma das vagas do Conselho de Administração, obrigatoriamente, é ocupada por conselheiro independente, eleito pela Assembleia.

G4-42

Papéis desempenhados pelo mais alto órgão de governança e pelos executivos seniores no desenvolvimento, aprovação e atualização do propósito, declaração de missão, visão e valores, e definição de estratégias, políticas e metas relacionadas a impactos econômicos, ambientais e sociais da organização

R. Conforme o Estatuto, compete ao Conselho de Administração:

- I. fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade e aprovar a programação anual de suas atividades;
- II. eleger os Diretores da Sociedade e fixar suas atribuições, bem como destituí-los mediante regular procedimento e manifestação prévia do Acionista Controlador;
- III. nomear, por indicação da Diretoria Executiva, os membros da Auditoria Interna, que serão avaliados e aprovados pelo Conselho de Administração;
- IV. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Sociedade, solicitar informações sobre as licitações, os contratos celebrados ou em vias de celebração e sobre quaisquer atos da Diretoria;
- V. autorizar a substituição temporária de Diretor, de acordo com artigo 19, § 6º;
- VI. convocar as Assembleias Gerais, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei nº 6.404/76;
- VII. manifestar-se sobre o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- VIII. autorizar a abertura dos processos licitatórios para a escolha dos auditores independentes;
- IX. analisar e deliberar sobre as propostas de aumento de tarifas;
- X. decidir sobre abertura, constituição e extinção de Sociedades de Propósitos Específicos, na forma de companhias subsidiárias, filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações;
- XI. aprovar o Regimento Interno da Sociedade;
- XII. decidir sobre eventuais mudanças no Quadro de

Carreira da Sociedade, mediante proposta da Diretoria Executiva;

- XIII. orientar a Diretoria em função das deliberações do Conselho de Administração;
- XIV. opinar sobre os casos omissos, que lhes sejam submetidos pela Diretoria, quando não forem da competência da Assembleia Geral.

Art. 22 - Compete à Diretoria:

- I. cumprir e fazer cumprir o Estatuto, o Regimento Interno, as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- II. praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Sociedade;
- III. distribuir entre seus membros as correspondentes atribuições, respeitadas as constantes do Regimento Interno da Sociedade;
- IV. submeter ao Conselho de Administração, após aprovação da Diretoria Executiva e parecer do Conselho Fiscal, as propostas de aumento de capital;
- V. submeter ao Conselho de Administração, após aprovação da Diretoria Executiva, proposta de reforma do Estatuto Social;
- VI. elaborar e aprovar o Relatório da Administração a ser submetido, juntamente com as Demonstrações Financeiras, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório dos Auditores Independentes, e submetê-lo à aprovação do Conselho de Administração, em reunião conjunta com o Conselho Fiscal e à ulterior apreciação da Assembleia Geral;
- VII. implantar Planos de Expansão para execução das obras correspondentes às redes públicas de água e/ou esgoto; e
- VIII. planejar e programar suas atividades de acordo com critérios técnicos atualizados.

G4-43

Medidas tomadas para desenvolver e aprimorar o conhecimento do mais alto órgão de governança sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais.

R. As Demonstrações Financeiras, o Relatório de Sustentabilidade e a Auditoria Interna são meios eficientes para o aprimoramento dos conhecimentos do Conselho de Administração.

G4-45

Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na identificação e gestão de impactos, riscos e oportunidades derivados de questões econômicas, ambientais e sociais. Relate se processos de consulta e relacionamento com *stakeholders* são usados para apoiar o mais alto órgão de governança na identificação e gestão de impactos, riscos e oportunidades derivados de questões econômicas, ambientais e sociais

G4-46

Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na análise da eficácia dos processos de gestão de risco da organização para tópicos econômicos, ambientais e sociais

R. Em 28/06/2013, a Diretoria Executiva publicou a Política de Gestão de Riscos Corporativos da Sanasa SAN.P.IN.PO 02.

No decorrer do ano foi elaborado o primeiro Mapa de Riscos Corporativos da empresa. Os riscos foram identificados e avaliados pelos gestores, com orientação e acompanhamento da Gerência de Governança Corporativa, e aprovação pela

Diretoria Executiva.

A Diretoria Executiva e o Conselho de Administração usarão o Mapa de Riscos Corporativos como ferramenta para tomada de decisões estratégicas. A Gerência de Governança Corporativa irá reportar periodicamente o monitoramento dos principais riscos ao Conselho, através de relatórios e apresentações em reuniões do Conselho.

G4-47

Relate com que frequência o mais alto órgão de governança analisa impactos, riscos e oportunidades derivados de questões econômicas, ambientais e sociais

R. A partir de 2014, a Gerência de Governança Corporativa irá reportar os principais riscos e os respectivos monitoramentos para a Alta Gestão, através de relatórios e apresentações em reuniões do Conselho de Administração. Os resultados serão reportados periodicamente, quando forem definidas as ações mitigatórias e o monitoramento dos riscos.

O Mapa de Riscos Corporativos é contínuo e dinâmico e suas revisões serão periódicas, conforme resposta ao tratamento do risco e conforme cenários

internos e externos e objetivos da administração.

Durante o acompanhamento, sua avaliação poderá sofrer alteração, tanto nos aspectos críticos, como de probabilidade, alterando assim todo seu contexto, podendo os mesmos virem até a ser retirados do mapa e novos riscos incluídos.

Quando da mudança de gestão, com ocorrência a cada quatro anos, o Mapa de Riscos poderá ser modificado conforme as diretrizes e apetite ao risco de cada gestão.

G4-48

Órgão ou cargo de mais alto nível que analisa e aprova formalmente o Relatório de Sustentabilidade da organização

R. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva aprovam o Relatório de Sustentabilidade.

G4-49

Processo adotado para comunicar preocupações críticas ao mais alto órgão de governança

R. A Auditoria Interna reporta as preocupações críticas, bem como o andamento do trabalho desenvolvido, através do Portal de Auditoria, disponibilizado no *site* da empresa, com acesso restrito aos Conselheiros. A Auditoria Interna também faz apresentações sobre seu trabalho durante reuniões do Conselho de Administração.

O Mapa de Riscos Corporativos, elaborado em 2013, também é uma ferramenta de tomada de decisões para a alta administração da empresa. A Gerência de Governança Corporativa irá reportar periodicamente os principais riscos e os respectivos monitoramentos em reuniões do Conselho de Administração, através de relatórios e apresentações.

G4-50

Natureza e número total de preocupações críticas comunicadas ao mais alto órgão de governança e o(s) mecanismo(s) adotado(s) para abordá-las e resolvê-las

R. A Governança Corporativa, após os trabalhos realizados junto às Gerências, elencou cerca de 120 Riscos Corporativos, nas categorias Ambiental, Econômico-Financeira, Demonstrações Financeiras, Conformidade (Compliance) e Imagem.

Em 2014 o Mapa de Riscos será aprovado pela alta gestão e começarão os trabalhos para mitigação e monitoramento dos riscos identificados.

O gerenciamento de riscos corporativos agrega valor à imagem da empresa, através do monitoramento na prestação de contas, proporcionando maior confiança em suas atividades. Além disso, oferece outros benefícios diretos para a gestão da empresa, como maior segurança na tomada de decisões, mais eficácia dos controles internos e possibilidade de aproveitar oportunidades de melhorias e novos negócios.

Com o objetivo de garantir a preservação desta e das gerações futuras, a SANASA buscará, a partir da conclusão do Mapa, soluções para mitigar os riscos, ciente de que a cada desafio poderá surgir uma nova oportunidade de negócios.

Todos os riscos elencados serão tratados pela empresa, em trabalho conjunto da Governança Corporativa com as gerências envolvidas, que serão representadas pelos “Agentes de Governança”.

Cada “Agente de Governança” é funcionário de uma gerência da empresa, indicado como ponto focal na área para assuntos de governança corporativa. Após treinamento, o “Agente de Governança” será responsável por monitorar o tratamento de riscos em sua área.

G4-51

Políticas de remuneração aplicadas ao mais alto órgão de governança e a executivos seniores

R. Os membros do Conselho de Administração recebem remuneração no valor de 10% da média mensal da remuneração paga aos membros da Diretoria Executiva, conforme Decreto Municipal 17.673 de 13/08/2012.

Os Diretores, Gerentes e todos os funcionários da

empresa recebem PLR – Participação nos Lucros e Resultados, valor parcelado em duas vezes e pago em maio e em novembro.

Todos recebem o Adicional por Tempo de Serviço – ATS, correspondente a 1% do salário por ano trabalhado na empresa.

G4-52

Processo adotado para a determinação da remuneração. Relate se consultores de remuneração são envolvidos na determinação de remunerações e se eles são independentes da administração. Relate quaisquer outras relações entre os consultores de remuneração e a organização

R. Em 2004, a SANASA contratou uma consultoria independente para implantar um Plano de Cargos e Salários. Esse plano criou cargos amplos e estruturas compatíveis com as necessidades da empresa, diminuindo a quantidade de cargos isolados que

existia anteriormente. Para cada cargo foram definidas as respectivas atividades. Foram feitas avaliações, denominadas mapeamentos, baseadas nessa nova estrutura. Os mapeamentos ocorreram em 2004, 2006, 2008 e 2010.

G4-53

Relate como opiniões dos *stakeholders* são solicitadas e levadas em conta em relação à remuneração, incluindo os resultados de votações sobre políticas e propostas de remuneração, se aplicável.

R. Sindicato e representantes da empresa (Diretoria) se reúnem para firmar o acordo coletivo, anualmente. As discussões ocorrem em abril, para vigência a partir de 1º de maio. As cláusulas sociais são discutidas e revisadas a cada dois anos.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DA SANASA

G4-56

Valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização

Indicadores Ethos 4: Código de Conduta, Estágio 1 - A empresa adota e aplica padrões de conduta para orientar o comportamento de seus empregados.

Indicador Ethos 19: Gestão da Responsabilidade Social/Sustentabilidade, Estágio 1 - A empresa realiza práticas pontuais relacionadas a RSE / Sustentabilidade.

MISSÃO

- Contribuir para a qualidade de vida da população de Campinas, visando atender às necessidades atuais e futuras de saneamento básico;
- Planejar e promover ações para o saneamento ambiental municipal;
- Participar de atividades vinculadas ao saneamento no âmbito nacional e internacional;
- Desenvolver ações voltadas à responsabilidade socioambiental.

VISÃO

- Ser reconhecida como uma das melhores empresas municipais na área de saneamento no país.

DIRETRIZES

- Eficiência na gestão empresarial;
- Eficácia tecnológica e nas éticas empresariais;
- Responsabilidade socioambiental;
- Certificações e creditações;
- Código de conduta ética e capacitação profissional.

RELACIONAMENTO COM ÓRGÃOS EXTERNOS

G4-16

Participação em associações



ASSEMAE - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento: reúne quase dois mil associados de municípios brasileiros, entre eles, Prefeituras e serviços autônomos de água e esgoto. Através da ASSEMAE, a SANASA, como associada, tem assento e direito a voto na Câmara Técnica de Planejamento - CTPL dos comitês das Bacias Hidrográficas PCJ. Essa Câmara é a principal entre as 12 que compõem os comitês, pois nela são deliberadas as decisões, como liberação de recursos pela hierarquização dos projetos apresentados.

ARESPCJ - Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento: faz a regulação e a fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico.

Comitês das Bacias Hidrográficas - Os Comitês, previstos no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, funcionam como o “Parlamento das Águas” e são compostos por representantes do poder público, dos usuários das águas e das

organizações da sociedade civil. No caso das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - PCJ, existem três Comitês: um PCJ para o Estado de São Paulo, o Comitê PCJ Federal, e o Comitê PJ (Piracicaba e Jaguari). Atuam de forma integrada, com reuniões e deliberações conjuntas para a solução dos questionamentos.

Consórcio PCJ - Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá: associação de direito privado sem fins lucrativos, composta por municípios e empresas, que tem como objetivo a recuperação dos mananciais de sua área de abrangência.

Prefeitura de Campinas - Acionista majoritária e também responsável pela definição de políticas públicas municipais, mediante as quais a SANASA estabelece seus planos de trabalho e metas.

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - aprovação das licitações e das contas da SANASA.

Ministério Público - A SANASA e o Ministério Público mantêm relacionamento contínuo, através do qual a empresa presta prontamente as informações solicitadas, bem como encaminha relatórios periodicamente com dados atualizados.

Global Reporting Initiative - A SANASA participa dessa iniciativa internacional como OS - Organizational Stakeholder, com direito a voto na eleição de membros do Conselho e, também, com direito a eleger seu representante nesse mesmo Conselho.

Pacto Global das Nações Unidas - UNGC - A SANASA subscreve esse Pacto lançado em 2000 pela ONU, que tem o objetivo de ampliar a aplicação de 10 princípios relacionados com os direitos humanos, direitos do trabalho, proteção ambiental e combate à corrupção.

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social - Em 2012, a SANASA associou-se ao Instituto.

A SANASA também mantém parcerias com outros

órgãos, como:

- Outras companhias de Saneamento;
- Secretaria do Verde e Desenvolvimento Sustentável: realiza licenciamento ambiental e é órgão fiscalizador e normativo de empreendimentos no município de Campinas, no âmbito de competência da Secretaria;
- Conselho de Meio Ambiente - CONDEMA;
- Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB: fiscaliza e licencia atividades consideradas potencialmente poluidoras;
- Agência Nacional de Águas - ANA: coordena gestão compartilhada e integrada dos recursos hídricos e regula o acesso à água, promovendo o seu uso sustentável em benefício da atual e das futuras gerações;
- Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE: órgão gestor dos recursos hídricos do Estado de São Paulo.

ÉTICA E INTEGRIDADE

G4-57

Mecanismos internos e externos adotados para solicitar orientações sobre comportamentos éticos e em conformidade com a legislação, como canais de relacionamento



Princípio 10 do Pacto Global - UNGC das Nações Unidas: combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

Indicador Ethos 7: Estágio 1 - Engajamento das partes interessadas.

Indicador Ethos 20: Estágio 1 - Monitoramento de impactos do negócio nos direitos humanos.

R. MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO

A SANASA disponibiliza o Portal da Transparência Pública, com as seguintes atas e relatórios:

- Atas de Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias
- Atas do Conselho Fiscal
- Atas do Conselho de Administração
- Balanço Social
- Comunicados a Investidores
- Demonstrações Financeiras
- *Fact Sheet*
- Diretrizes estratégicas
- Receitas e Despesas

- Processos licitatórios
- Remuneração de funcionários
- Relatório de Sustentabilidade.

Contatos diretos:

- Através do *site* www.sanasa.com.br
- O serviço de *Call Center* funciona 24 horas, sete dias por semana, seguindo os procedimentos de atendimento. A fim de garantir a segurança das informações e o respeito ao consumidor, as ligações são gravadas.
- Agências de Atendimento: a SANASA possui 11 Agências de Atendimento no Município de Campinas.

G4-SO1

Percentual de operações com programas implementados de engajamento da comunidade local; avaliação de impactos e desenvolvimento local; processos formais de queixa na comunidade social

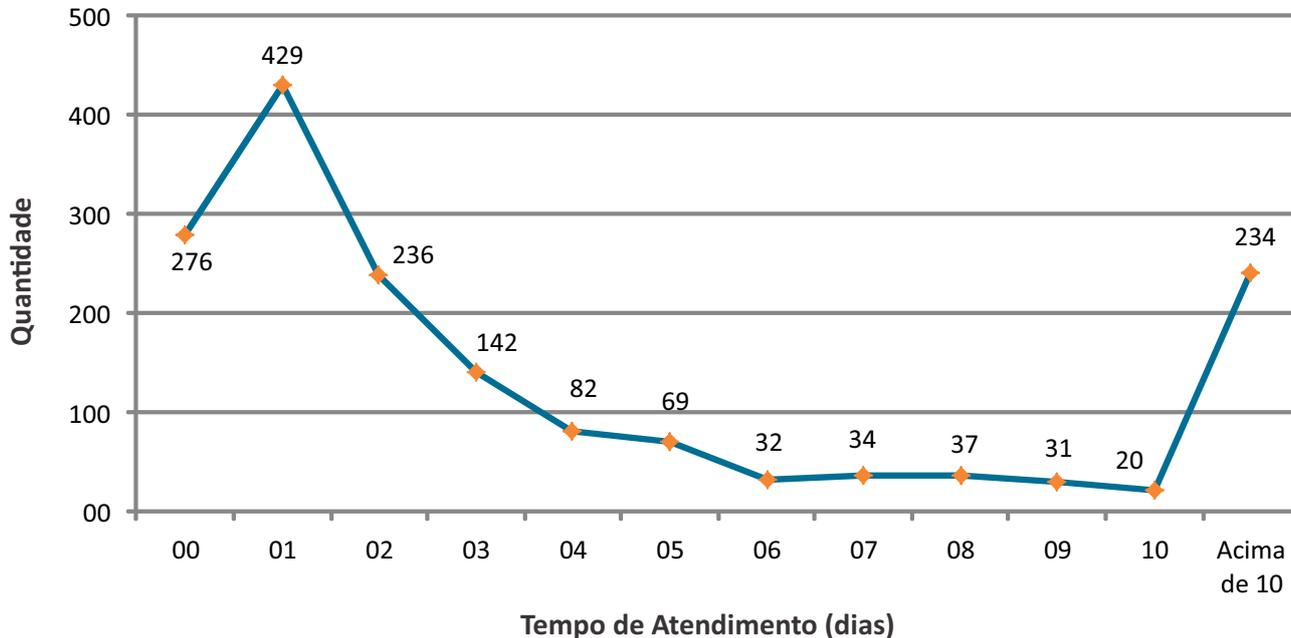
G4-SO11

Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos na sociedade, registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal

R. A Ouvidoria, criada em agosto de 2012, vinculada à Governança Corporativa, é um canal permanente de comunicação com os cidadãos. Recebe e analisa as manifestações sobre os serviços prestados pela empresa, identifica as eventuais causas da deficiência no atendimento e, em parceria com as

demais áreas da empresa, encaminha as questões levantadas, buscando o aprimoramento do atendimento e da qualidade dos serviços prestados. Em 2013, a Ouvidoria recebeu o total de 1.645 manifestações, das quais 99% foram respondidas e finalizadas.

Manifestações X Tempo de Atendimento



Obs.: 99% das manifestações respondidas e finalizadas.
 76% respondidas em até 05 dias úteis.
 67% respondidas em até 03 dias úteis.

G4-58

Mecanismos internos e externos adotados para comunicar preocupações em torno de comportamentos não éticos ou incompatíveis com a legislação e questões relacionadas à integridade organizacional, como encaminhamento de preocupações pelas vias hierárquicas, mecanismos para denúncias de irregularidades ou canais de denúncias



Princípio 10 do Pacto Global - UNGC das Nações Unidas: combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

Indicador Ethos 20: Estágio 1 - Monitoramento de impactos do negócio nos direitos humanos.

Indicador Ethos 4: Estágio 1 - Código de conduta.

R. O Código de Conduta Ética é um instrumento de aperfeiçoamento da Governança, que visa estabelecer padrões de referências éticas coerentes com seu tempo, culturalmente adequados e hábeis para reger a convivência sadia e harmoniosa no ambiente de trabalho, com reflexos externos. O Código de Conduta Ética interage com a legislação vigente, com o Regulamento de Serviços e Normas afins da SANASA, no que couber, e reúne as orientações que devem ser observadas na atividade profissional cotidiana dos seus funcionários, visando sempre atingir os objetivos maiores da qualidade e melhorias contínuas.

A gestão do Código de Conduta Ética cabe à Comissão de Ética, instituída por Portaria da Presidência da empresa, composta por um

presidente, seis membros efetivos e dois suplentes.

A Comissão de Ética atende a denúncias internas e externas, por escrito, entregues através do Serviço de Atendimento ao Cliente, enviadas pelo site da SANASA ou entregues pessoalmente a um dos membros da Comissão.

As relações com fornecedores e prestadores de serviços são pautadas pela estrita observância do princípio da legalidade, com ética e respeito, sem a concessão de quaisquer privilégios ou a prática de qualquer forma de discriminação. Para tanto, a SANASA estabeleceu um Sistema de Cadastro de Fornecedores, que possibilita a avaliação técnica, além de ter definido a Norma de Aquisição de Materiais, Obras e Serviços, bem como a Norma de Gestão de Contratos, atendendo à Lei 8666.

G4 - GESTÃO OPERACIONAL

SANASA RENOVA CERTIFICAÇÃO DE GESTÃO DA QUALIDADE

O Sistema de Gestão da Qualidade é o principal caminho para que a empresa padronize e aprimore continuamente suas atividades. Na SANASA, o escopo de certificação para o Sistema de Gestão da Qualidade engloba todas as atividades e setores.

O Sistema de Gestão da Qualidade da SANASA é auditado anualmente pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Ao atender aos requisitos da norma NBR ISO 9001:2008, sem nenhuma não-conformidade pelo oitavo ano consecutivo, a SANASA recebeu a renovação do seu certificado. O processo desenvolveu-se sob a liderança do Presidente e dos Diretores, que conduziram a Análise Crítica da Direção.

Ciclos completos dos processos foram verificados, por meio de acompanhamentos em campo dos auditores externos, desde as solicitações dos serviços até suas execuções. Em cada etapa, os auditores realizaram entrevistas com os empregados, incluindo as gerências e as áreas operacionais, abordando o atendimento aos clientes, a execução de ligação de água e de esgoto, reparos de vazamentos, captação e tratamento de água, tratamento de esgoto, além dos processos administrativos e financeiros.

Em 2013, a empresa passou também por auditorias internas em mais de sessenta áreas, realizadas por auditores funcionários formados pela Gerência de Gestão da Qualidade e Relações

Técnicas, em continuidade ao programa consolidado do sistema de gestão. Foram realizadas, ainda, auditorias extraordinárias em 15 áreas, trabalho que contou com a experiência dos funcionários da Gerência de Qualidade e Relações Técnicas. Essas ações foram primordiais para alcançar bons resultados na auditoria externa de 2013, realizada de 5 a 9 de agosto.

O sistema de controle de documentos implantado permite localizar de forma eficaz qualquer norma, procedimento, instrução ou manual, controlando a distribuição, alteração e a aprovação, o que impede que documentos obsoletos sejam utilizados.

A política da qualidade consolida ainda mais na empresa a consciência dos empregados quanto ao cumprimento do papel diário. A medição dos processos, através de indicadores de desempenho, permite a visualização quanto ao cumprimento das metas determinadas.

Receber e manter uma Certificação de Qualidade, e ainda procurar inovar e melhorar as atividades numa empresa de capital misto, com processos industriais, agências de atendimento, estruturas administrativas e financeiras e diversos aparatos de operação e manutenção, divididos e compartilhados por logradouros públicos, é um grande e permanente desafio na busca incessante pela melhoria contínua.

G4-SO1

Processos de consulta ampla à comunidade local, incluindo grupos vulneráveis

G4-PR5

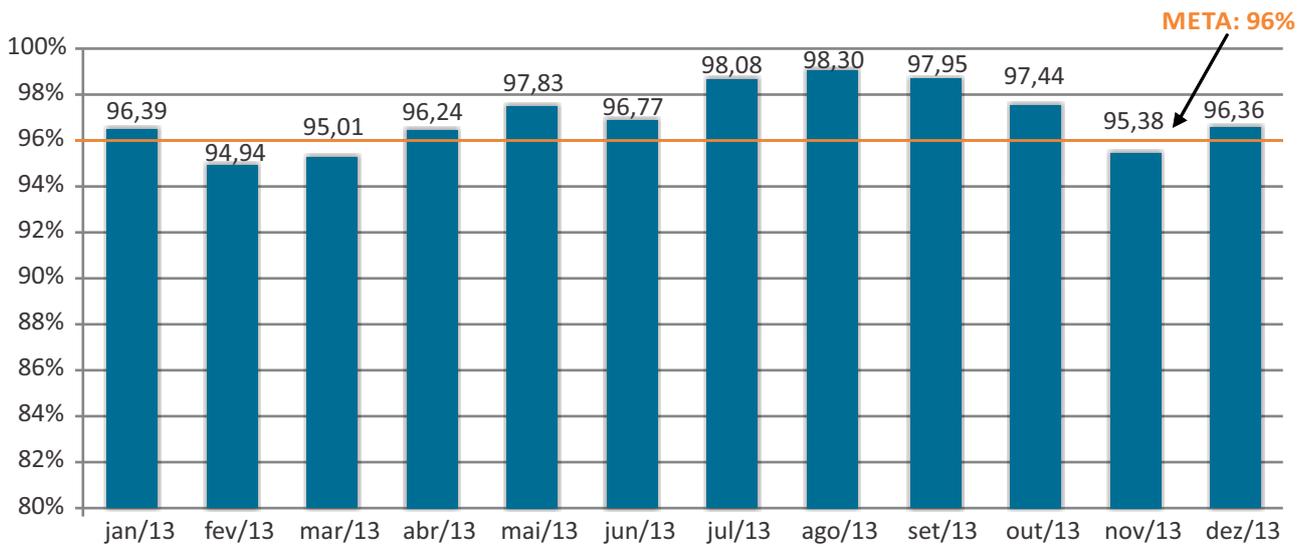
Resultados de pesquisas de satisfação dos clientes

Indicador Ethos 2: Proposta de valor, Estágio 3 - As pesquisas de satisfação indicam boa avaliação por parte dos consumidores dos serviços.

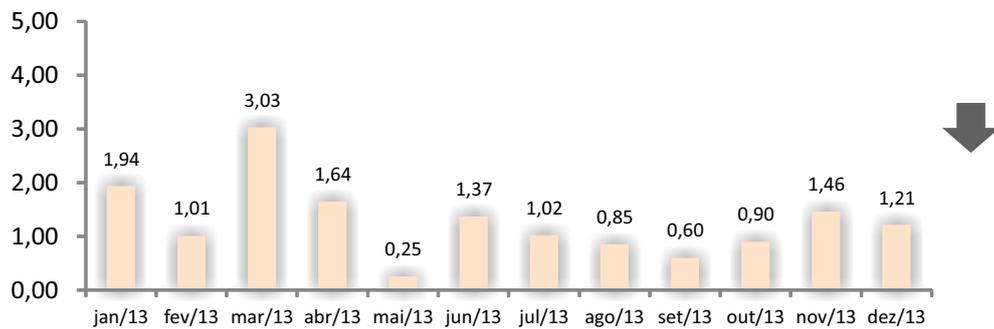
R. A Pesquisa de Satisfação dos Clientes tem por objetivo conhecer e avaliar a opinião dos clientes quanto aos serviços prestados pela SANASA. Sua metodologia segue a instrução técnica interna SAN.P.IN. IT 01 - Metodologia de Avaliação

da Percepção dos Clientes e o resultado é armazenado na intranet, protegido por senha. Para quem tem acesso, a consulta pode ser feita pelo link http://servnet/Intranet/questionario/que_exibe.asp.

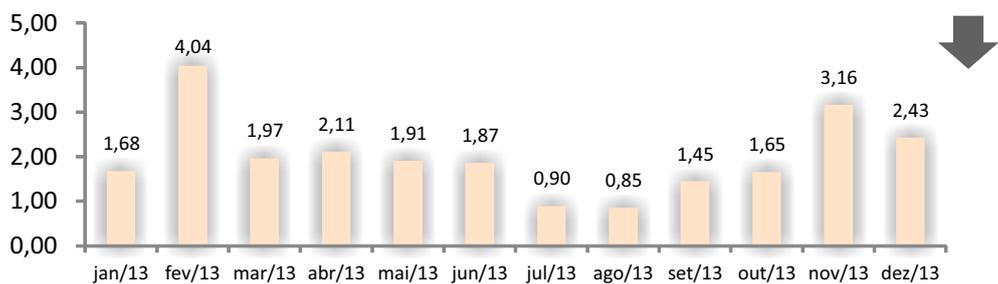
Pesquisa de Satisfação de Clientes (%) - Respostas com Notas de 5 a 10



Respostas (%) notas 3 e 4

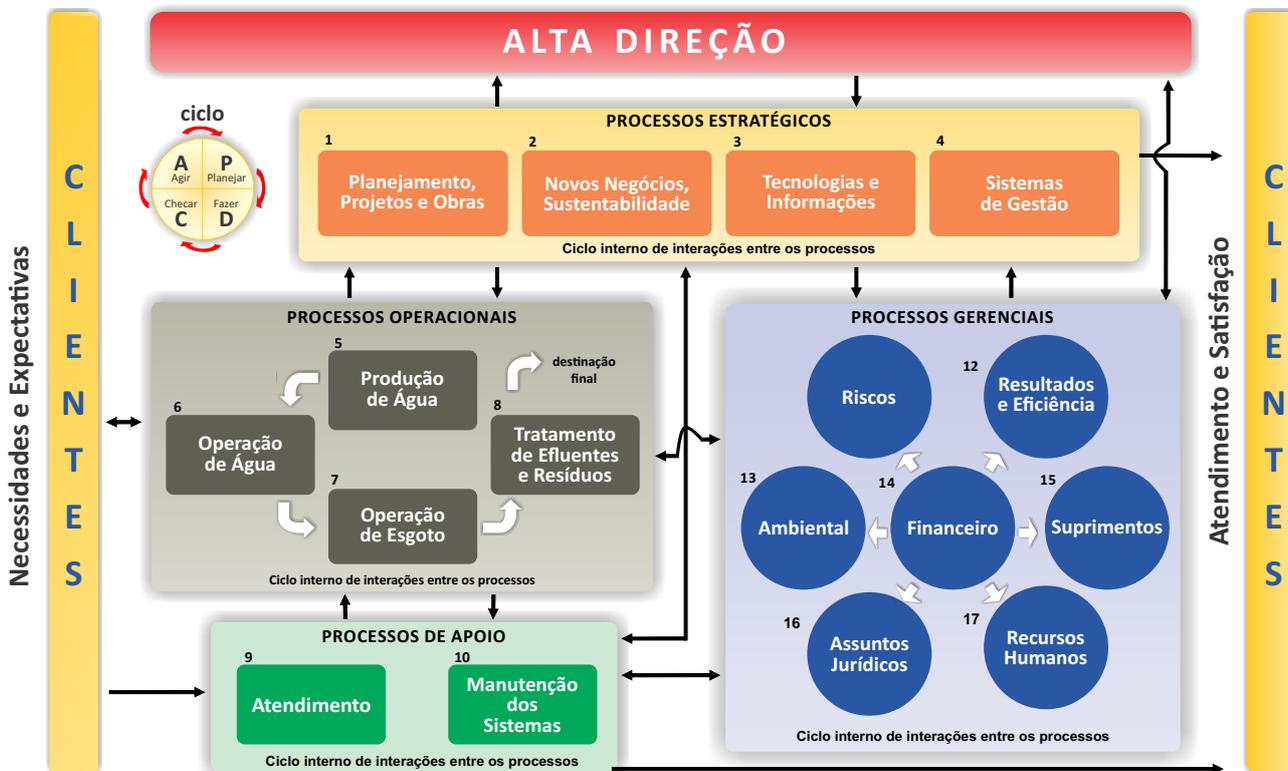


Respostas (%) notas 1 e 2



Todos os processos têm em comum a preocupação com o atendimento aos clientes, sejam internos ou externos, e estão embasados no mapa de processos, revisado em 2013 (veja a seguir).

Mapa de processos e interações



A empresa já deu início, também, à implantação do sistema de gestão da qualidade baseado na Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025 para os laboratórios de análise e controle da qualidade da água, de análise e controle de efluentes e de hidrometração, com o levantamento da documentação aplicável e realização de auditoria de diagnóstico inicial. Também iniciou o sistema de gestão de responsabilidade social baseado na norma NBR 16001, com a formação de cinco grupos

de trabalho, além do grupo gestor geral, formado por técnicos da Gerência de Gestão da Qualidade e Relações Técnicas e Assessoria de Programas Sociais.

Em continuidade à implantação do sistema de gestão ambiental, baseado na norma NBR ISO 14001, na Captação Atibaia e ETAs 3 e 4, foi feito o levantamento dos aspectos e impactos ambientais e realizada a documentação aplicável.



G4-SO1

Percentual de operações com programas implementados de engajamento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local

R. Os Indicadores da SANASA são publicados no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS, que é um diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto publicado pelo Ministério das Cidades, através da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. O

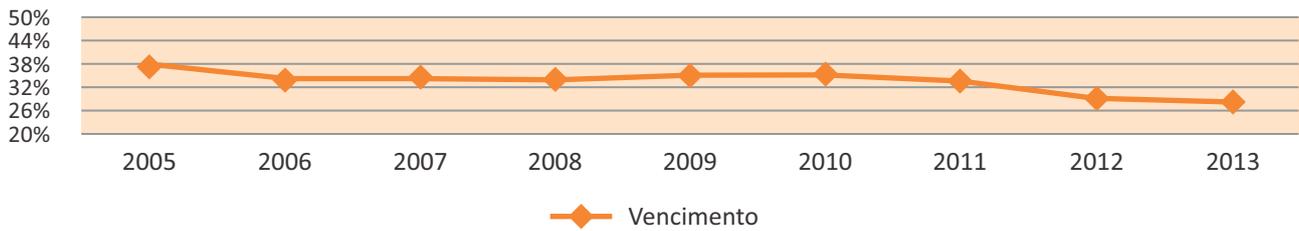
Sistema disponibiliza informações e indicadores referentes aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de todo o país. Os Diagnósticos dos Serviços de Águas e Esgotos do SNIS estão disponíveis no site www.snis.gov.br.

INADIMPLÊNCIA

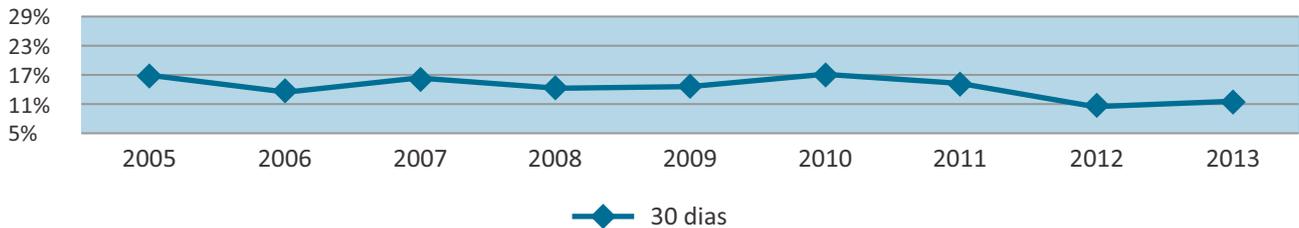
A SANASA vem registrando, desde 2011, queda contínua de débitos pendentes nas datas de vencimento das faturas e na inadimplência em 30 dias. Esses resultados decorrem de medidas preventivas para a redução da inadimplência. Entre

outras providências, foram intensificadas ações de informação junto aos consumidores devedores, quanto aos procedimentos da empresa nos serviços de negociação, corte de fornecimento de água, protesto, negativação e ação judicial.

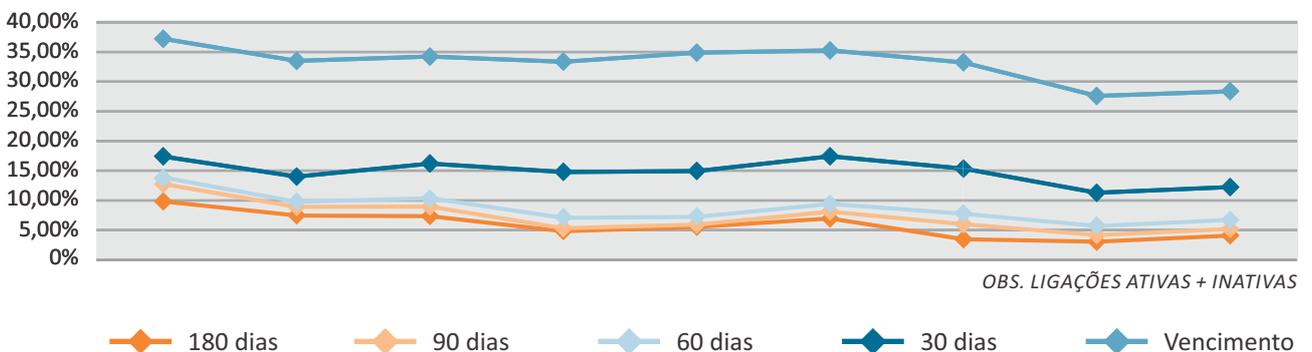
Inadimplência no Vencimento



Inadimplência em 30 dias



Inadimplência - Geral



Exercício	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
180 dias =>	9,83%	7,47%	7,35%	4,82%	5,56%	6,96%	3,47%	1,24%	3,04%
90 Dias	12,75%	8,90%	8,95%	5,31%	5,92%	8,13%	5,99%	2,90%	4,15%
60 Dias	13,85%	9,78%	10,36%	7,07%	7,23%	9,43%	7,77%	4,97%	5,70%
30 dias	17,40%	14,01%	16,21%	14,80%	14,94%	17,42%	15,36%	11,27%	11,29%
Vencimento	37,22%	33,50%	34,21%	33,35%	34,87%	35,26%	33,24%	28,43%	27,59%

FIDELIDADE



Impactos econômicos indiretos significativos, inclusive a extensão dos impactos

Indicador Ethos 2: Proposta de valor, Estágio 3 - A empresa identifica as necessidades de seus consumidores e clientes e, para satisfazê-las, imprime características e aspectos socioambientais em seus produtos ou serviços.

R. Há mais de dez anos, a SANASA implementou o contrato de fidelidade, como complemento de procedimentos da política tarifária, que têm a finalidade de atrair e reter clientes.

O contrato de fidelidade concede 40% de desconto, em média, nas tarifas de água e esgoto para os clientes comerciais e industriais que consomem acima de 80m³/mês.

A partir de 2005, a rede hospitalar do município foi beneficiada com 50% de desconto linear nas tarifas de água e esgoto para os que aderem ao Contrato de Fidelidade Hospitalar. Para isso, a instituição deve ser conveniada junto ao Sistema Único de Saúde -

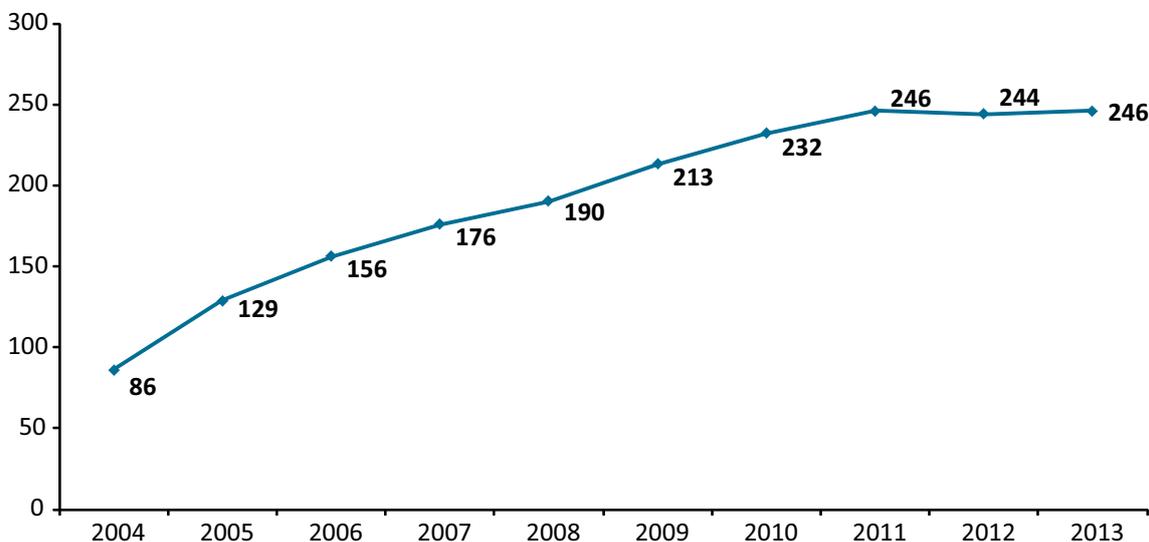
SUS ou comprovar atendimento beneficente contínuo (não esporádico).

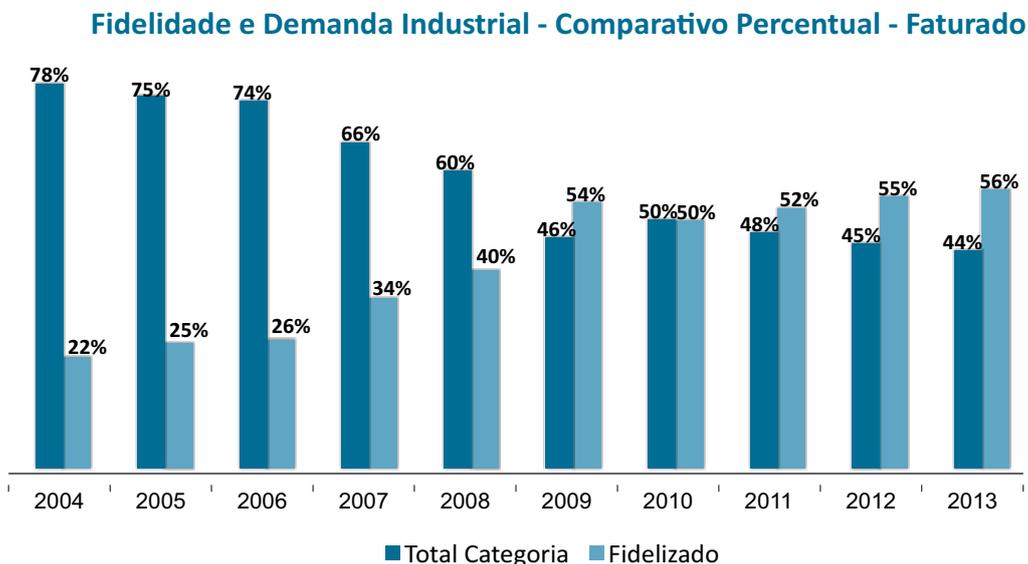
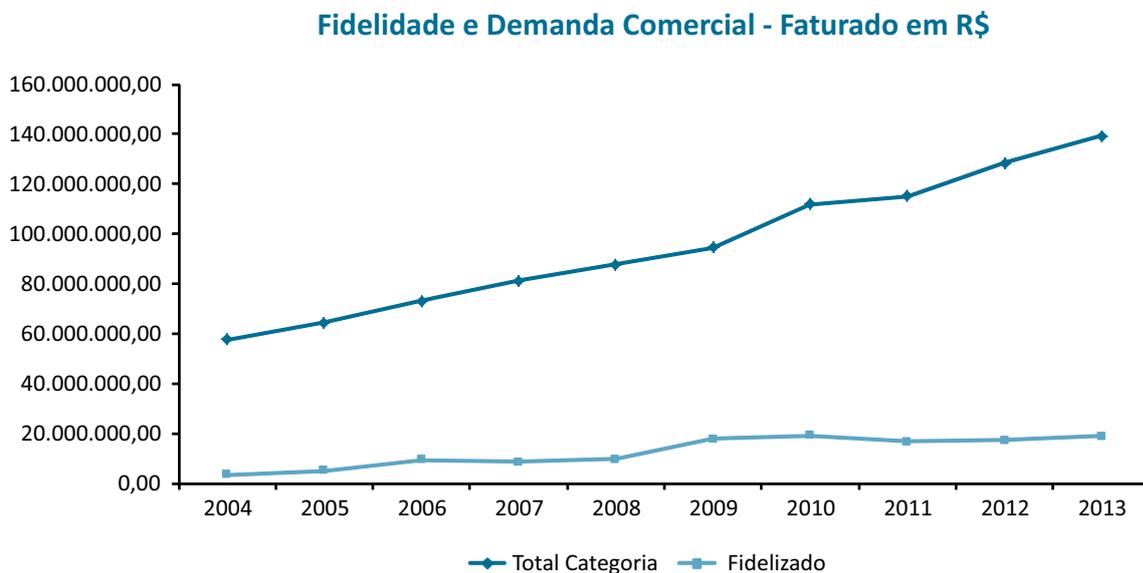
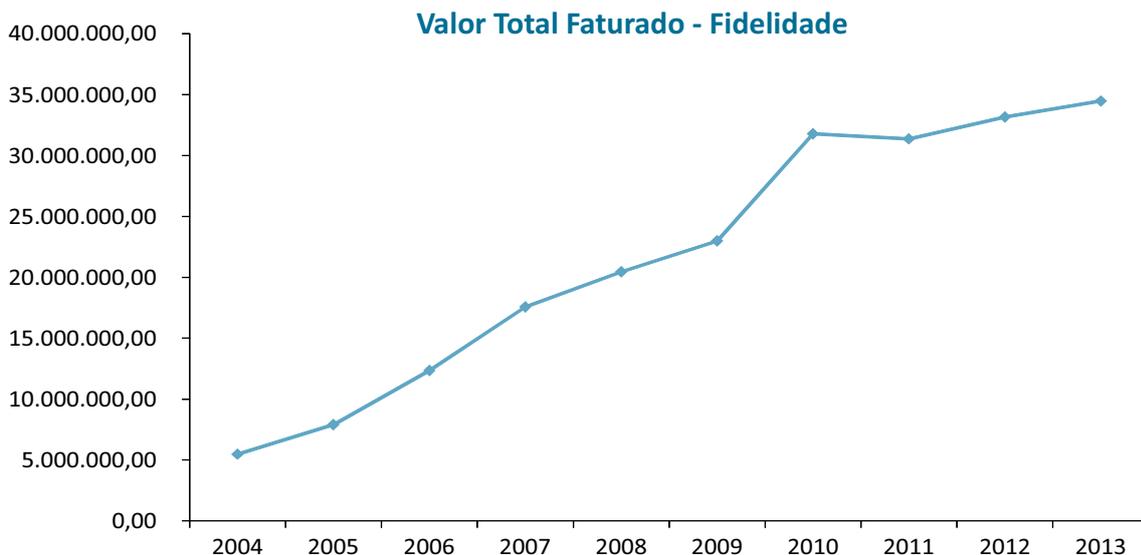
O hospital não deve usufruir de outro benefício da SANASA. Se não for conveniado com o SUS, o hospital deve disponibilizar exames médicos laboratoriais para o Hospital Municipal Mario Gatti.

O programa obteve êxito junto à rede hospitalar, pois contribuiu para minimizar a demanda reprimida de exames médicos laboratoriais do Hospital Municipal e promoveu o aumento do consumo da água distribuída pela SANASA.

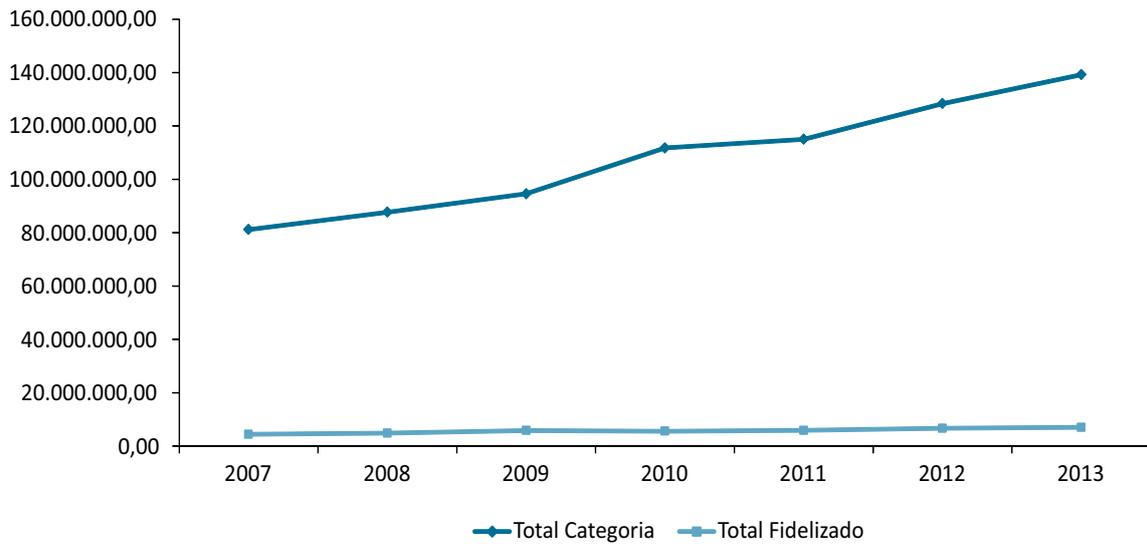
Até dezembro de 2013, 236 clientes comerciais e industriais e 10 hospitais estavam fidelizados.

Quantidade de clientes fidelizados – por ano





Fidelidade Hospitalar - Faturado R\$



FORNECEDORES



Princípio 10 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC: combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e suborno.

Indicador Ethos 12: Práticas Anticorrupção, Estágio 3 - A empresa possui políticas que expressam claramente seu posicionamento acerca das práticas de anticorrupção e capacita seus empregados sobre integridade e combate à corrupção. Além disso, realiza acompanhamento periódico das áreas onde julga existir maior risco para incidência dessa prática.

R. Em 2013, foi realizada palestra para esclarecer e conscientizar funcionários que trabalham com compras para que fiquem cientes sobre como atuar antes, durante e depois do encerramento dos processos licitatórios.

Desde a implantação do Pregão Eletrônico, em 2012, na Gerência de Compras e Licitações, a SANASA tem obtido economia significativa em seus processos de compras. Em 2013, a empresa economizou R\$ 29,1

milhões, ou seja, 19% do valor estimado para suas operações de compras nesse ano. O Pregão Eletrônico foi criado com o objetivo de garantir mais transparência, economia e agilidade nessa atividade. Até então, o Pregão era utilizado principalmente na forma Presencial.

A intenção dos procedimentos de normatização e informatização é dar suporte às áreas da empresa que necessitem adquirir materiais ou contratar serviços ou obras.

Processos de compras concluídos 1º de janeiro a 31 dezembro 2013

Modalidade	Qtde de Processos	Valor Estimado	Valor Contratado	Valor Economizado
CD	27	R\$ 9.300.327	R\$ 9.287.841	R\$ 12.486
CP	2	R\$ 23.496.376	R\$ 20.732.182	R\$ 2.764.194
CV	23	R\$ 834.087	R\$ 752.577	R\$ 81.510
DL	912	R\$ 4.672.290	R\$ 3.987.346	R\$ 684.944
EXP	727	R\$ 354.163	R\$ 354.163	R\$ -
PE	222	R\$ 111.568.190	R\$ 86.316.203	R\$ 25.251.987
TP	4	R\$ 1.776.014	R\$ 1.462.628	R\$ 313.387
LEILÃO	1	-R\$ 62.000	-R\$ 62.000	R\$ -
Total	1.918	R\$ 151.939.448	R\$ 122.830.939	R\$ 29.108.509

LEGENDA:

CD = Compra Direta
CP= Concorrência Publica

DL = Dispensa de licitação
EX = Expressa

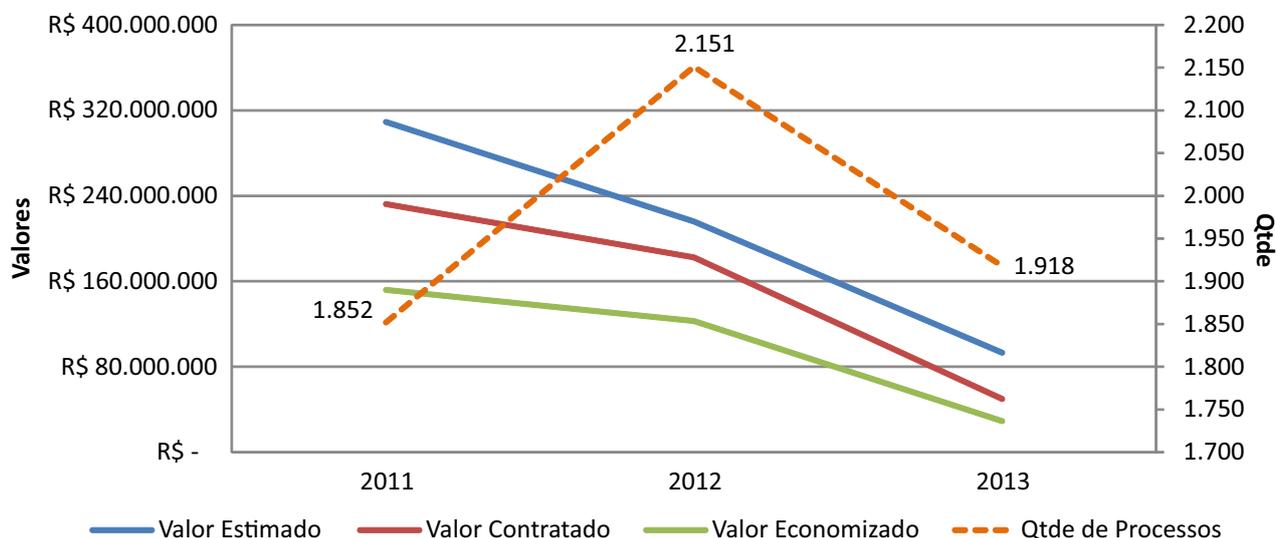
PE = Pregão Eletrônico
TP= Tomada de Preços

CV= Convite

Realizado x Estimado



Comparativo Licitações - 2011 x 2012 x 2013



BANCO DE PREÇOS APOIA DECISÕES ESTRATÉGICAS

O Banco de Preços é um sistema desenvolvido pela SANASA, criado em 2002 para disponibilizar, periodicamente, tabelas de valores que reflitam os preços de produtos praticados no mercado. Dessa forma, atua como base referencial nas licitações, dispensas e inegibilidades para compra de materiais e serviços, sendo desnecessárias novas consultas ao mercado.

A montagem e a manutenção do banco de preços compreendem a coleta de dados, seguida pelo tratamento e a análise estatística dos preços, tendo como base as últimas cotações de preços realizadas nos certames licitatórios, pesquisas de mercado atualizadas com fornecedores, preços das últimas compras realizadas pela SANASA e pesquisa de mercado de usuários públicos, privados e outros bancos de preços.

Dessa forma, além de atender à lei, adequadamente, o sistema é importante instrumento de economia para os gastos e para a formulação embasada de orçamentos. Essa ferramenta é a base a partir da qual o preço de referência de um item (material ou serviço) é codificado na empresa.

O Sistema de Banco de Preços está disponível na Internet, no *site* da SANASA, que contém pesquisas de mercado, registros de propostas de compras de material e serviço, índices econômicos e fórmulas de reajuste. Assim, o sistema disponibiliza, de forma ágil e confiável, informações para subsidiar os processos de compras, auxiliar na geração e verificação de orçamentos e apoiar decisões estratégicas.

Ano	Fornecedores Cadastrados
2009	461
2010	489
2011	670
2012	975
2013	1284

Vantagens:

- Propicia ao setor requisitante mais agilidade e confiabilidade na formulação das solicitações de compras e de serviços;
- Padroniza os procedimentos de compras;
- Gera relatórios gerenciais de acompanhamento;
- Controla preços de modo automático, servindo de balizamento para negociações contratuais;
- Concede maior eficiência, presteza e mais transparência ao orçamento;
- Possibilita menor custo operacional de compras;
- Diminui a burocracia;
- Elimina o retrabalho;
- Reduz o tempo de elaboração das solicitações de compras e planilhas de preços para projetos de obras;
- Registra digitalmente o histórico das compras realizadas;
- Fornece mapas de preços (últimas cotações de preços realizadas nos certames licitatórios), preços reajustados dos contratos e preços das últimas compras;
- Possibilita a manutenção e análise do histórico dos preços de referência;
- e gera a emissão de relatórios.

Além dos materiais impressos e eletrônicos, também é mantida uma página no endereço eletrônico www.sanasa.com.br, que concentra informações sobre o Banco de Preços, acessíveis por senha.

Está disponível também na Internet, desde janeiro de 2014, com maior destaque e acesso direto, o cadastro para novos fornecedores interessados em fornecer materiais e serviços para a SANASA.

Com essas ações, a SANASA consegue melhorar a competitividade nos processos de compra.

GESTÃO AMBIENTAL

CONTEXTO REGIONAL

O ano de 2013 foi marcado por duas importantes discussões que afetam diretamente a garantia hídrica para o município de Campinas: a conclusão do Plano Diretor de Aproveitamento de Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista e a Renovação da Outorga do Sistema Cantareira. Esses dois eventos contaram com a participação

intensa da SANASA Campinas, seja com a interposição de pareceres e sugestões, seja com a participação direta nas reuniões de trabalho ou nas audiências realizadas.

Dessa forma, é relevante apresentar as definições resultantes desses trabalhos ao longo de 2013.

PLANO DIRETOR DE APROVEITAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS PARA A MACROMETRÓPOLE PAULISTA

O Plano Diretor de Aproveitamento de Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista, desenvolvido pela Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos - COBRAPE, foi concluído e apresentado à comunidade em outubro de 2013. Esse Plano Diretor foi elaborado considerando não apenas o limite geográfico da Macrometrópole Paulista, formalmente consolidada, mas a região considerada de interesse na época de contratação dos estudos, compreendendo as Regiões Metropolitanas de São Paulo - RMSP, de Campinas - RMC e da Baixada Santista - RMBS; os demais

municípios que integram as Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos Piracicaba, Capivari e Jundiaí - UGRHI 5, Sorocaba e Médio Tietê - UGRHI 10 e parte dos municípios do trecho paulista pertencentes à Paraíba do Sul - UGRHI 2. Esse território abrange 180 municípios.

Essa região se estende por 52.000 km² e representa 75% da população do Estado de São Paulo e cerca de 83% do seu Produto Interno Bruto - PIB. Com relação aos dados nacionais, a área de abrangência do Plano engloba aproximadamente 16% da população brasileira e 28% do PIB nacional.

G4-EN27

Extensão da mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços



Princípio 1 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Respeitar e proteger os direitos humanos.

O grande desafio do Plano Diretor é conciliar os conflitos existentes para atendimento à demanda por recursos hídricos para o abastecimento urbano, industrial e rural, em especial o aproveitamento das águas da bacia do rio Piracicaba, responsável por quase 50% do abastecimento da Grande São Paulo,

por meio do Sistema Cantareira.

Para a definição dos estudos, o Plano estabelece critérios relevantes, que devem ser incorporados pelos diversos segmentos, conforme indicados a seguir e constantes do Relatório Final do Plano (pg. 112, Volume I).

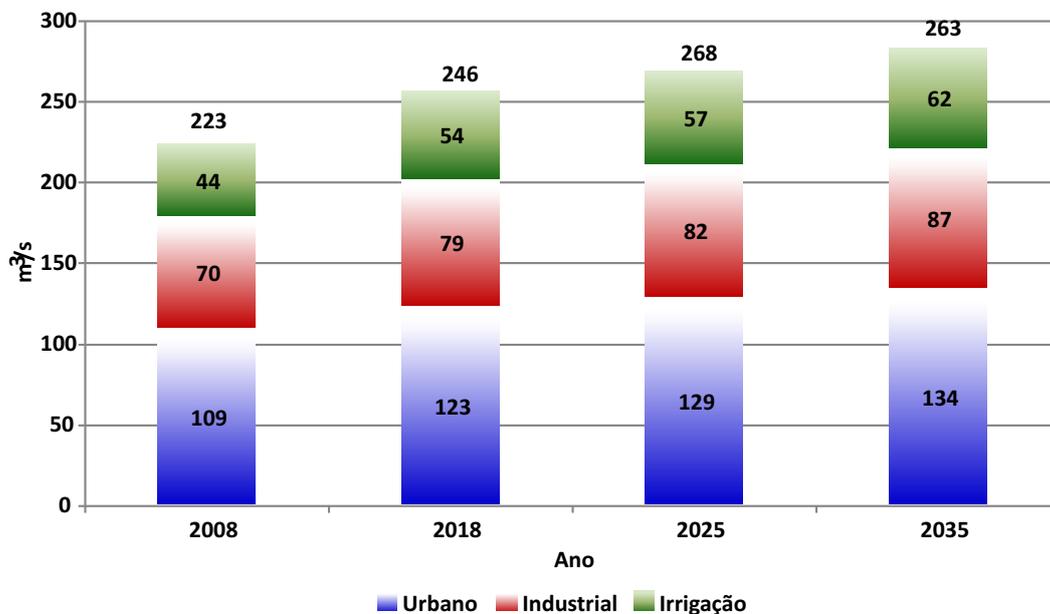
- Redução gradual do Índice de Perdas na Distribuição - IPD, de 38% em 2008 para 28% em 2035;
- Mudança comportamental, reduzindo gradualmente o consumo residencial urbano, de 1% em 2012 a 5% a partir de 2020;
- Programa de Uso Racional de Água em edificações públicas (consumo público) em 10% até 2013 e 20% a partir de 2014;
- Tecnologia e gestão do uso da água na irrigação,

proporcionando redução de demanda de 5% a 8% dependendo da UGRHI, a partir de 2008;

- Tecnologia de produção mais limpa e regulamentação pelo uso da água, com redução de 5% no consumo de água até 2035, nas indústrias abastecidas pela rede pública e nas indústrias isoladas.

A projeção das demandas de água, para a região estudada pelo Plano Diretor, aponta para um acréscimo de 60 m³/s até o ano de 2035.

Evolução das Demandas para a Macrometrópole Paulista



Fonte: Apresentação do Aproveitamento de Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista, Seminários Finais, Cobrape, outubro/2013.

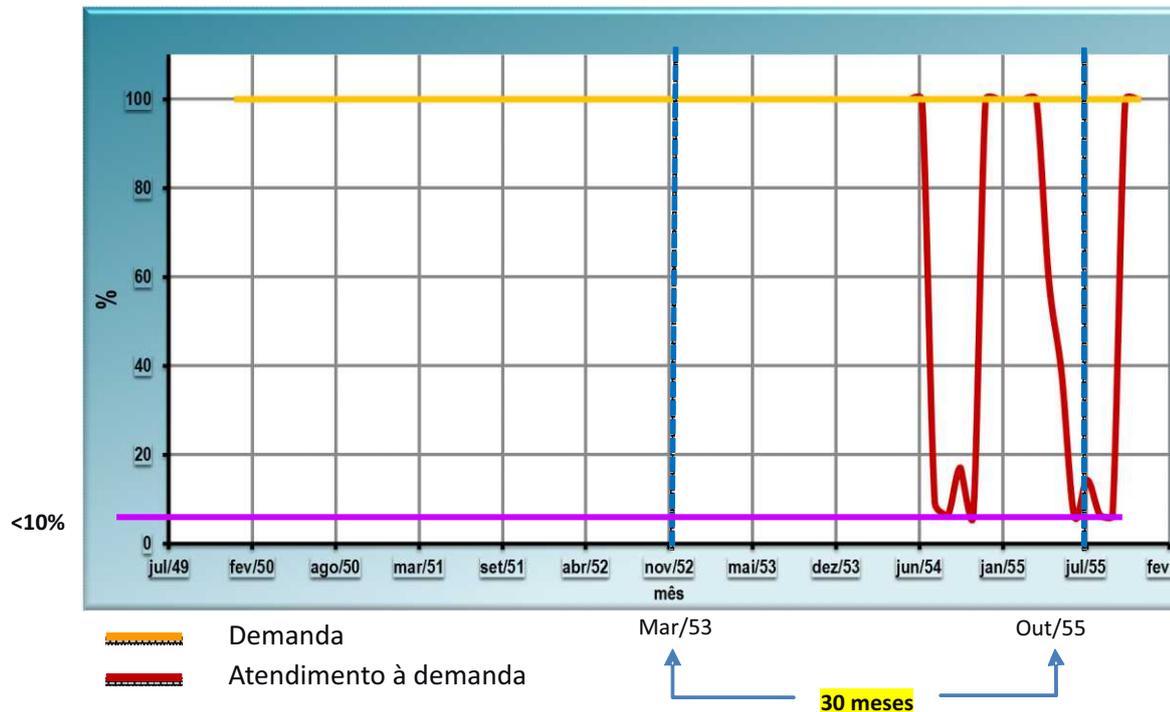
A simulação realizada pela COBRAPE, tomando como base os resultados da escassez verificada no período de 1951 a 1956, considerando as estruturas hidráulicas e regras operacionais atuais e as demandas do ano 2008, apontou para situações alarmantes, como as seguintes:

- Macrometrópole: no momento mais crítico, apenas 56% das demandas totais e 51% das

demandas urbanas seriam atendidas;

- Município de Campinas: no momento mais crítico, menos que 10% das demandas seriam atendidas;
- Reservatório Jacaré-Jaguari: volume se anularia em dez/53 e assim se manteria até out/55;
- Reservatório Itupararanga: volume se anularia em set/51 e assim se manteria até out/55.

Curva de Atendimento da demanda do município de Campinas. Simulação considerando as condições verificadas no período de 1951 a 1956 e as demandas de 2008



Fonte: Apresentação do Aproveitamento de Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista, Seminários Finais, Cobrape, outubro/2013.

O Plano Diretor apresenta estudos de alternativas para a Macrometrópole, avaliando os arranjos hidráulicos possíveis para o atendimento às demandas previstas, em face da vulnerabilidade existente na região, concluindo ser necessária a adoção de soluções integradas e articuladas com os múltiplos usos da água e ações voltadas à gestão de demanda, ao uso racional da água e ao reúso da água.

O Plano Diretor aponta ainda a necessidade de definição de nova fonte hídrica de grande porte e, em especial, para o atendimento às demandas das Bacias Piracicaba, Capivari e Jundiá - Bacias PCJ, a efetivação dos barramentos dos rios Camanducaia e Jaguari (Barragens Duas Pontes e Pedreira) como metas de curto prazo (2018).

A SANASA Campinas encaminhou sua avaliação sobre o Relatório Final do Plano Diretor, com as considerações, cuja síntese é apresentada a seguir.

- Necessidade de reavaliação das taxas de

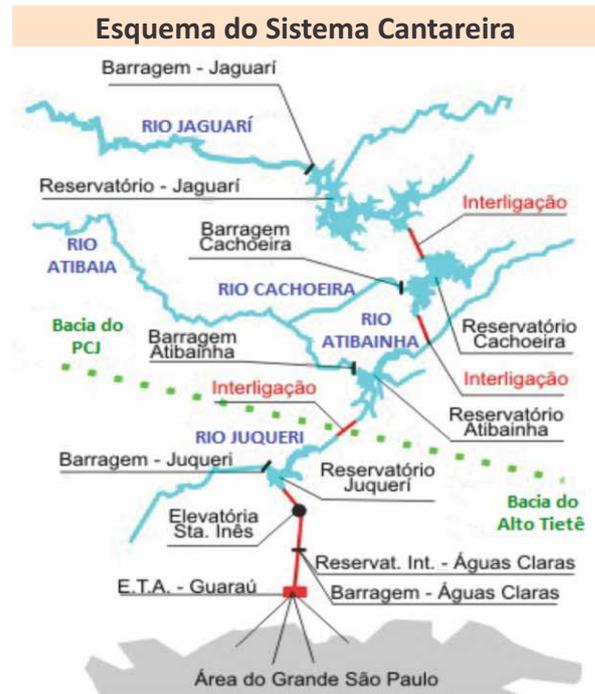
crescimento com base na última projeção publicada pelo IBGE, tendo em vista que o Plano foi desenvolvido com base nas informações de 2008;

- Necessidade de reavaliação dos critérios adotados para a avaliação do potencial de reúso da água para fins industriais, em especial no caso do município de Campinas, que já dispõe de uma estação produtora de água de reúso, com capacidade de atender à demanda do Aeroporto Internacional de Viracopos e o setor industrial de Campinas;
- Redução da transferência das águas do Sistema Cantareira para São Paulo, em face das necessidades existentes para as bacias PCJ;
- Necessidade de reavaliação da demanda para irrigação, levando em consideração a necessidade de adoção de medidas visando a gestão da demanda, com a difusão de equipamentos economizadores de água, aliados à redução das perdas físicas de água.

RENOVAÇÃO DA OUTORGA DO SISTEMA CANTAREIRA

O Sistema Cantareira é composto por um complexo de represas e túneis com capacidade de reverter 31 m³/s da bacia PCJ que, somados a 2 m³/s da represa Paiva Castro, encaminham as águas até a Estação Elevatória Santa Inês, de onde são recalçadas para a represa Águas Claras e desta para a ETA Guarauá, responsável pelo abastecimento de cerca de 9 milhões de pessoas da Grande São Paulo.

A figura ao lado apresenta o esquema hidráulico do Sistema Cantareira.



Fonte: SABESP

A outorga para o Sistema Cantareira foi renovada, através da Portaria 1213 de 06 de agosto de 2004, pelo prazo de 10 anos. Portanto, sua renovação deverá ser feita até 06/08/2014.

Durante 2013 foram realizadas várias reuniões para discussão das propostas a serem enviadas à Agência Nacional das Águas - ANA e ao Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, órgãos responsáveis pelas outorgas de direito de uso em corpos d'água de domínio do Estado de São Paulo e da União.

A SANASA participou ativamente dessas discussões, encaminhando considerações relativas à outorga, contemplando os seguintes itens:

- **Construção das barragens Pedreira e Duas Pontes e do Sistema Adutor de Distribuição**

Em face dos resultados apresentados no Relatório Final da Macrometrópole Paulista, entende-se que se torna imprescindível a implantação das barragens Pedreira e Duas Pontes, situadas nos rios Jaguarí e Camanducaia, respectivamente, com previsão de incrementar aproximadamente 7 m³/s para as bacias PCJ (Relatório Final Consolidado do Plano Diretor de Aproveitamento de Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista, Volume II, pg. 319).

Dessa forma, é importantíssimo que sejam viabilizados recursos para a implantação das duas represas, bem como do sistema adutor de transposição das águas para o rio Atibaia, com o objetivo de garantir a sustentabilidade e segurança hídrica da região. Essa viabilidade deve ser vinculada à definição das condições para operação das barragens e do sistema

adutor, sendo sugerida a criação de um operador regional que se responsabilize pelos serviços.

- **Banco de Águas**

A SANASA manifestou-se favoravelmente à proposta do Grupo Técnico de Renovação da Outorga do Cantareira quanto à extinção do “Banco de Águas” e criação de uma “Reserva Estratégica Compartilhada - REC”, destacando a necessidade de que seja considerada a Vazão Mínima Remanescente, nos termos estabelecidos pela Resolução 129, de 29 de junho de 2011, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH. Foi sugerido ainda que o volume armazenado no Reservatório Paiva Castro seja incorporado aos volumes utilizados para a elaboração das Curvas de Aversão a Risco e do volume equivalente do Sistema Cantareira.

- **Regularização da Vazão em trechos com Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs**

Com base nos estudos já citados para a elaboração do Plano Diretor de Aproveitamento de Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista e, em função das variações de vazões ocorridas durante a operação das PCHs existentes nas Bacias PCJ, faz-se necessária a regulamentação da operação das mesmas, com a inclusão de postos de medição de vazão imediatamente à montante e à jusante, interligados à rede telemétrica para acompanhamento pela Sala de Situação dos Comitês PCJ. Essa sugestão tem como objetivo a garantia da manutenção da Vazão Mínima Remanescente nos rios das Bacias PCJ.

• Redução das Demandas

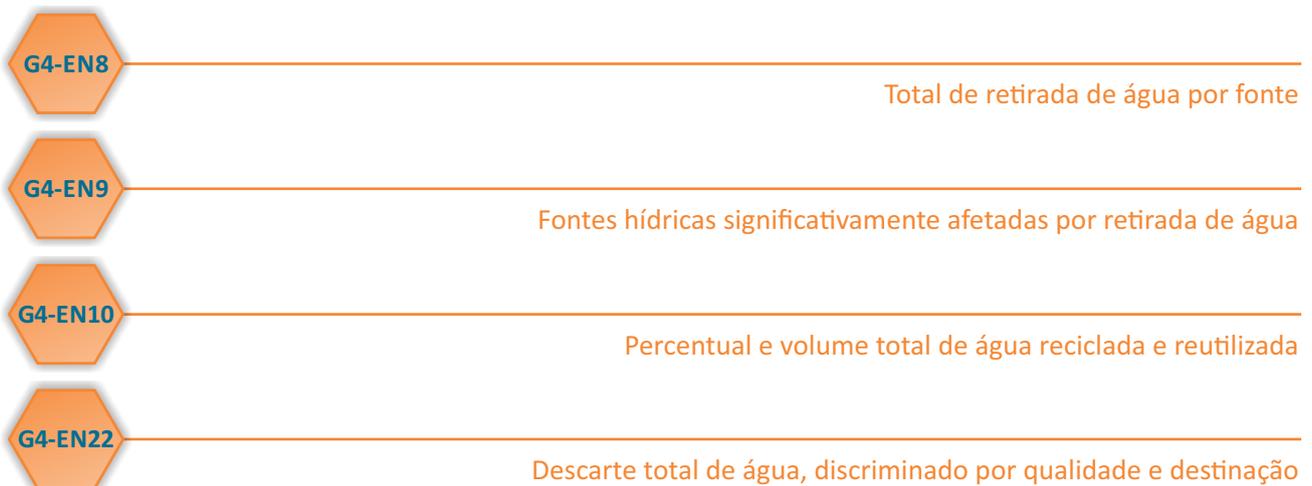
A SANASA sugere a adoção de medidas de gestão que reduzam as perdas de água nas bacias PCJ, solicitando que sejam atreladas à renovação da Outorga do Sistema Cantareira as seguintes medidas:

- A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP promova a redução das perdas nos sistemas de abastecimento de sua responsabilidade para 20%, nos próximos quatro anos;
- A SABESP implante estações de tratamento de lodo em suas unidades produtoras de água, com o objetivo de recuperação de volumes utilizados no processo de tratamento.
- A Sabesp, em conjunto com os Comitês PCJ, no

período de 24 meses, implemente a gestão da demanda do setor rural, com a adoção de tecnologias que evitem desperdício de sistemas de irrigação, objetivando a manutenção da atual demanda.

• Prazo de Validade da Outorga

Com a finalidade de garantir a segurança hídrica das Bacias PCJ, em que estão previstas várias ações de curto prazo, a SANASA sugere que o período de outorga para o Sistema Cantareira tenha duração de cinco anos (2014 a 2019), de forma a permitir o acompanhamento das metas definidas e o reflexo das ações propostas para melhoria das condições hídricas das bacias.



R. Abastecimento do município de Campinas Sistema de Captação de Água

O abastecimento do município de Campinas é feito por meio de dois mananciais: o rio Atibaia e o rio Capivari.

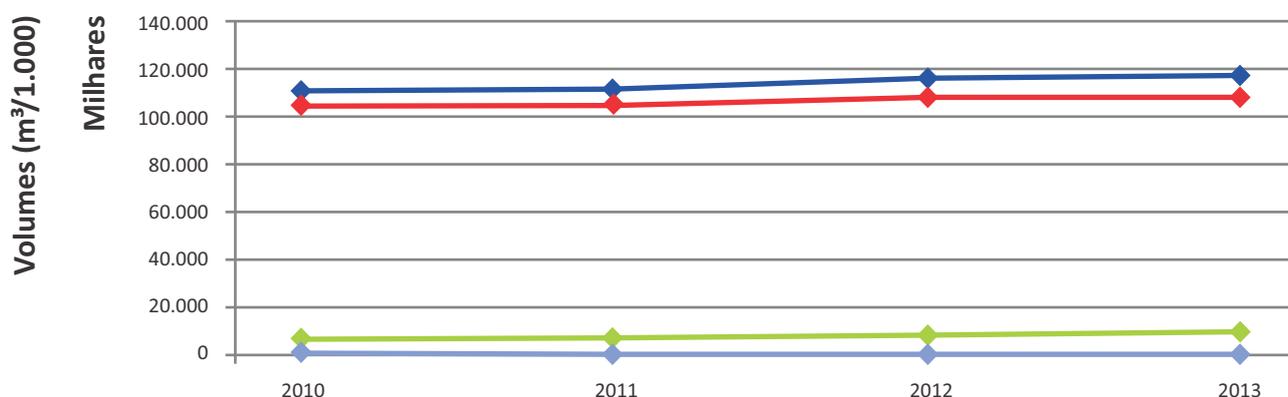
O Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, órgão responsável pela outorga dos direitos de uso da água no Estado de São Paulo, autorizou a captação de água dos rios Atibaia e Capivari pela portaria 634 de 03 de abril de 2008, sendo autorizada a utilização de 4.700 L/s do rio Atibaia e 400 L/s do rio Capivari, pelo prazo de 10 anos.

O município de Campinas divide-se em três bacias naturais de esgotamento: Atibaia, Quilombo e Capivari. O rio Atibaia é o principal manancial

abastecedor de Campinas e, em função da topografia, grande parte da água captada é devolvida, na forma de esgotos, para as bacias do Quilombo e Capivari. Cabe lembrar que o aporte de lançamento dos efluentes nas bacias citadas é importante para o balanço hídrico das bacias PCJ, principalmente em virtude da baixa disponibilidade hídrica do rio Capivari, com vazão disponível de apenas 2,38 m³/s, vazão essa muito aquém da necessária ao abastecimento do município de Campinas (5,1 m³/s).

Para atender às metas estabelecidas pelo Plano das Bacias PCJ, a SANASA vem aprimorando o Programa de Controle e Redução de Perdas. Esse Programa foi implantado em 1994 e o trabalho é realizado de forma contínua, com resultados muito positivos.

Volumes captados para atender à população de Campinas (m³/ano)



	2010	2011	2012	2013
— Rio Atibaia	103.790.648	104.401.503	108.199.553	107.904.152
— Rio Capivari	6.498.296	6.956.889	7.443.015	8.716.864
— Poços	112.233	130.921	140.616	85.292
— Volume Total	110.401.177	111.489.313	115.783.184	116.706.308

Os dados demonstram que o principal manancial produtor para o município, o rio Atibaia, é responsável por 92,46% do abastecimento do município, o rio Capivari por 7,47% e 0,07% provém de um poço existente no Residencial Village Campinas.

SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUA

O sistema Atibaia foi sendo ampliado gradativamente, com a construção da ETA 2 (1961), junto à ETA 1 (1936) e às ETAs 3 (1972) e 4 (1991), em Sousas.

Características do Sistema Produtor de Água do município de Campinas

Manancial	Estação	Processo	Capacidade (l/s)	
			Nominal	Operação
Atibaia	ETA 1	Convencional Clássico	463	520
	ETA 2	Convencional Clássico	477	650
	ETA 3	Convencional Clássico	1.600	1.100
	ETA 4	Convencional Clássico	2.400	1.900
Capivari	Capivari	Diferenciado	360	360



Princípio 7 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Adotar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.

R. A água captada nos rios Atibaia e Capivari, tratada e distribuída atualmente pela SANASA sofre, entre outros processos, tratamento preliminar conhecido como pré-oxidação. Atualmente, para essa finalidade, a SANASA utiliza o cloro. Apesar de ser amplamente utilizado em todo o mundo, o produto é limitado tanto na parte de desinfecção, quanto de oxidação.

Em meados de 2011 iniciaram-se estudos na SANASA com a finalidade de verificar um possível substituto para o cloro na etapa inicial do processo.

Entre as possíveis opções existentes, o ozônio foi escolhido por ser o de mais fácil adaptação para aplicação em planta, o que, segundo estudos, tem se

mostrado como um dos mais eficientes para essa aplicação.

Em 2012 foi instalada, nas ETAs 3 e 4, uma planta piloto com objetivo de estudar a eficiência do ozônio e, também, para estimar custos de implantação e operação em escala real. Resultados preliminares mostram que o custo operacional seria inferior ao de uma planta convencional; entretanto, o custo de implantação é mais elevado.

Esses estudos tiveram continuidade em 2013, sendo necessária a aquisição de equipamentos ozonizadores em substituição ao cloro. Para tanto, está sendo verificada a viabilização de linhas de crédito.

SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

O sistema de distribuição de água do município conta com 36 Centros de Reservação e Distribuição, 25 reservatórios elevados, 40 reservatórios semienterrados, enterrados ou apoiados, que permitem o abastecimento da população por meio de uma malha hidráulica de aproximadamente 3.850 km de extensão.

Esse sistema contempla 310.426 ligações de água e 463.785 economias*.

Com a finalidade de manter a pressão da água dentro dos limites estabelecidos pelas normas, encontram-se instaladas 256 unidades de controle de pressão estrategicamente posicionadas.

Evolução das redes, ligações e economias* atendidas com água, de 2010 a 2013

Redes/Ligações/ Economias* de água	Ano			
	2010	2011	2012	2013
Redes (km)	3.757	3.811	3.839	3.849
Ligações (nº)	273.185	285.139	300.282	310.426
Economias (nº)	424.828	436.493	452.905	463.785

*Número de economias é a quantidade de unidades de consumo ou imóveis dependentes de um único hidrômetro.



Princípio 8 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Promover a responsabilidade ambiental.

R. Plano de Segurança da Água

Esse Plano tem como objetivo principal a definição de procedimentos e metodologias visando minimizar riscos e imprevistos, de forma a garantir o atendimento à população com água potável, de acordo com a Portaria MS 2914/2011. Assim, em 2011, a SANASA instituiu um Programa para a implantação do Plano de Segurança da Água do município de Campinas.

Deve-se ressaltar que o sistema de monitoramento da água bruta e tratada conta com equipamentos modernos e eficientes. Os ensaios e as análises são realizados em amostras de água bruta dos mananciais produtores e seus tributários, além de ser realizado um programa de controle e análise da água distribuída, com a finalidade de garantir os padrões de potabilidade de acordo com a Portaria MS 2914/2011. Em 2013 foram coletadas 3.997 amostras de água tratada na rede de distribuição, que resultaram em 94.955 exames de avaliação de potabilidade, atendendo às condições estabelecidas nessa portaria e também a Resolução Estadual SS-65 da Secretaria de Saúde.

Esse programa atua em conjunto com o programa de controle e redução de perdas físicas, definindo prioridades para a troca de redes, execução de anéis de reforço, instalação de dispositivos de controle, entre outras ações.

Tendo em vista a grande relevância do Plano, em 14 de março de 2012 foi criado o Grupo Técnico Plano de Segurança da Água da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES, com a participação de representantes da SANASA, Universidade de São Paulo - USP, SABESP, Associação Brasileira da Indústria Química - ABIQUIM, entre outros.

Já em 2013 a SANASA fez um levantamento de suas unidades, identificando os pontos de controle nos diversos sistemas operacionais:

- Mananciais: rio Atibaia e rio Capivari;
- Captações de água bruta: Atibaia e Capivari;
- Estações de tratamento: ETAs 1, 2, 3, 4 e Capivari;
- 36 Centros de Reservação e Distribuição;
- Redes de Distribuição - acompanhamento de 16 rotinas em redes, com 208 pontos de controle e 1 rotina para hospitais, com 17 pontos de controle.

A partir do levantamento das unidades operacionais será possível estabelecer os diagramas de análise de Causa e Efeito, para a definição das Matrizes de Risco.

As Matrizes de Risco permitirão a validação e atualização dos Planos de Contingência estabelecidos para cada risco, de forma a garantir a eficácia dos Sistemas de Abastecimento de Água para Consumo Humano.



Extensão da mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços



Princípio 7 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Adotar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.

PROGRAMA DE COMBATE ÀS PERDAS DE ÁGUA

O Programa de Combate às Perdas de Água - PCPA, iniciado em 1994, vem atuando de forma contínua e contempla mais de vinte ações para controle e redução de perdas no sistema público.

A decisão pela implantação do programa foi pautada na realidade vivenciada nos anos 1990 e nas projeções dos cenários para as décadas futuras, a partir das características das Bacias PCJ, como:

- Compartilhamento com o sistema Cantareira, que reverte água dessa bacia para atender 55% da população da região metropolitana de São Paulo.
- Compartilhamento entre as atividades de Abastecimento Público, Industrial e Agricultura.
- Baixa disponibilidade hídrica, uma vez que a região Sudeste está enquadrada como a segunda mais crítica do Brasil.

O fator preponderante que reforçou a criação da área dedicada para gerenciar esse programa foi o compromisso com a população de mais de 1.000.000 de habitantes, quanto ao atendimento à demanda de água atual, isto é, sem racionamento mesmo em época de estiagem, e a garantia de atendimento ao crescimento vegetativo e econômico de Campinas.

Destaca-se também a necessidade de redução dos custos operacionais, para permitir a prática de tarifas mais ajustadas à realidade socioeconômica do município e oferecer as vantagens dos preços da estrutura tarifária social, bem como o contrato de fidelidade para indústrias e comércios, que contribuíram para a redução do custo médio da água e esgoto.

A redução de perdas garantiu a postergação de novas obras de água; eliminou o problema de desabastecimento; garantiu o acréscimo de novas demandas; reduziu custos operacionais; e recuperou faturamento. O recurso financeiro economizado no sistema de água foi revertido para investimentos nas obras de afastamento e tratamento de esgoto.

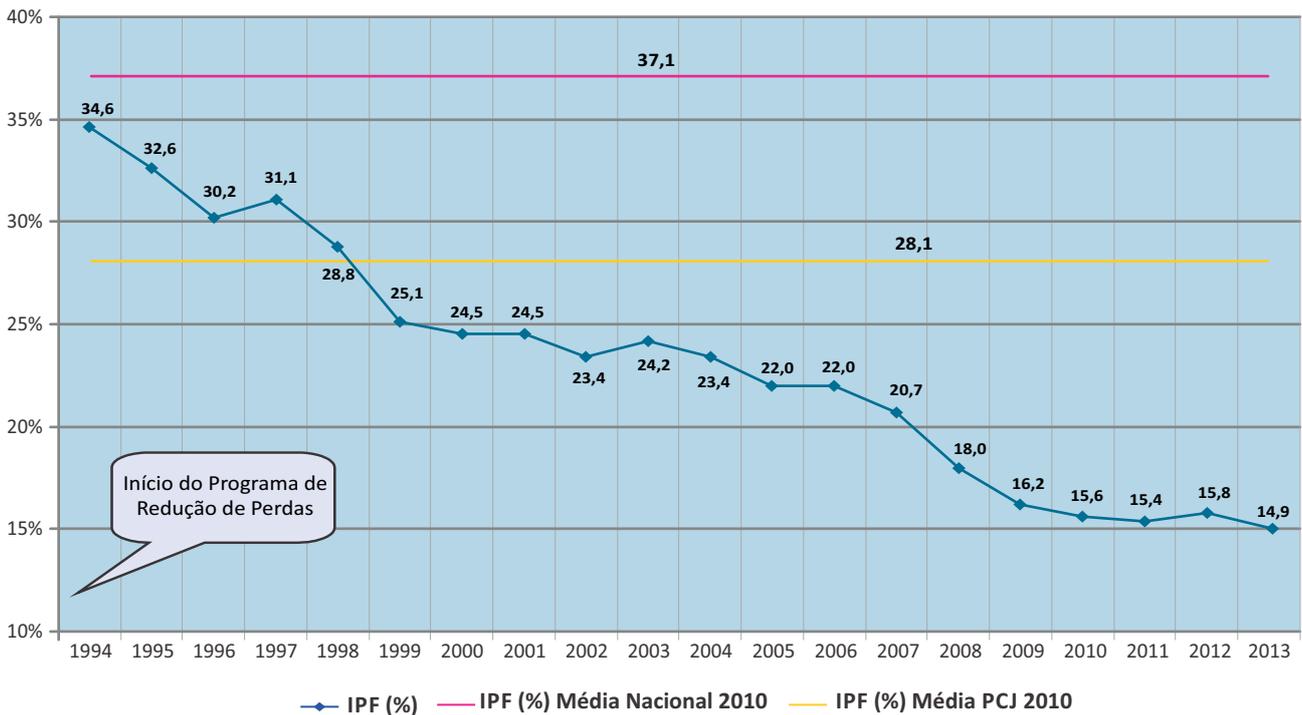
A experiência bem sucedida, ao longo dos últimos 19 anos, apresenta um resultado totalmente favorável no aspecto sustentabilidade do Programa de Combate às Perdas de Água - PCPA.

Resultados alcançados com o Programa de Controle de Perdas

	1994 - 2013
Eficiência do Sistema de Distribuição	62,3% - 80,8%
Índice de Perdas de Faturamento	34,6% - 14,9%
Volume de Água Economizado	367.521.000 m ³
Recurso Economizado	R\$ 661.059.000,00
Recurso Investido	R\$ 129.137.000,00
R\$ economizados – Recursos Investidos	R\$ 531.922.000,00

O índice alcançado no município de Campinas é menor que as médias atingidas nas bacias PCJ e a média nacional, conforme demonstra o gráfico a seguir.

Índice de Perdas de Faturamento



Aspectos positivos da redução de perdas na SANASA:

- Aumento da eficiência do sistema de água, o que permite abastecer mais 289.000 hab/mês, se comparado com o índice de perdas de 1994;
- Garantia de abastecimento ininterrupto e com capacidade de absorver novos empreendimentos;
- Postergação da implantação de obras de grande porte;
- Contribuição para a sustentabilidade econômica (faturamento e custo):
 - Redução de custo operacional
 - Recuperação de faturamento;
- Viabilização da tarifa social para a população de baixa renda e dos contratos de fidelidade para as categorias comercial e industrial;
- Racionalização dos recursos hídricos, mantendo a mesma vazão outorgada desde 1.998;
- Atendimento aos valores recomendados para os indicadores de perda, estipulados pelo DAEE (outorga), Agentes Financiadores e Agência Reguladora.

Atualmente a SANASA tem como maior desafio a manutenção do nível de perda alcançado, na busca do equilíbrio entre o custo operacional e o faturamento, como também praticar o uso racional dos recursos hídricos disponíveis, por meio do combate às perdas e melhoria da eficiência do sistema de água.

O monitoramento do Programa de Combate às Perdas é feito por meio dos seguintes indicadores:

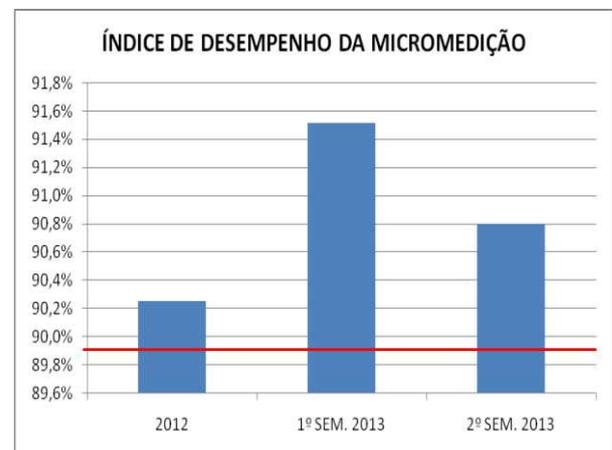
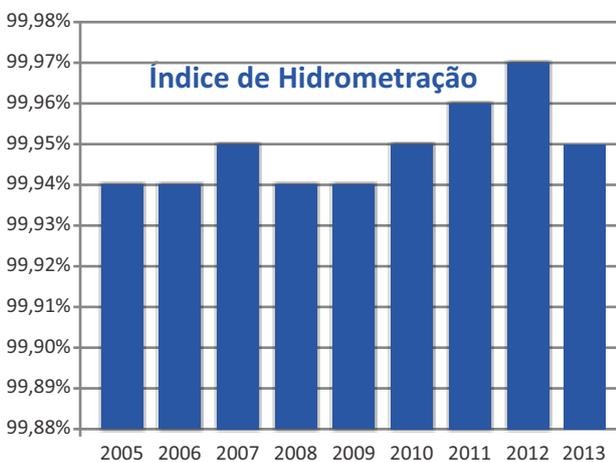
- **ÍNDICE DE PERDAS DE FATURAMENTO - IPF:** Percentual do volume de água tratado e não faturado.
- **ÍNDICE DE PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO - IPD:** Percentual do volume de água tratado e não consumido.
- **ÍNDICE DE HIDROMETRAÇÃO - IH:** Percentual de ligações ativas com hidrômetros instalados e em funcionamento. A SANASA possui hidrômetros instalados em 100% das ligações de água em Campinas e, desse total, são excluídos os casos onde não foi possível medir o volume consumido devido a problemas nos medidores. Em todos os casos os medidores são substituídos num prazo de 30 dias.

• **ÍNDICE DE DESEMPENHO DA MEDIÇÃO - IDM:** Percentual médio da eficiência metrológica dos hidrômetros. Os ensaios devem ser realizados em laboratório de hidrometria, com bancadas verificadas e aprovadas pela autoridade metrológica delegada pelo INMETRO, que no Estado de São Paulo é o IPEM - Instituto de Pesos e Medidas de SP. As amostras devem ser selecionadas de forma aleatória e a quantidade deve garantir uma margem de erro de $\pm 1\%$.

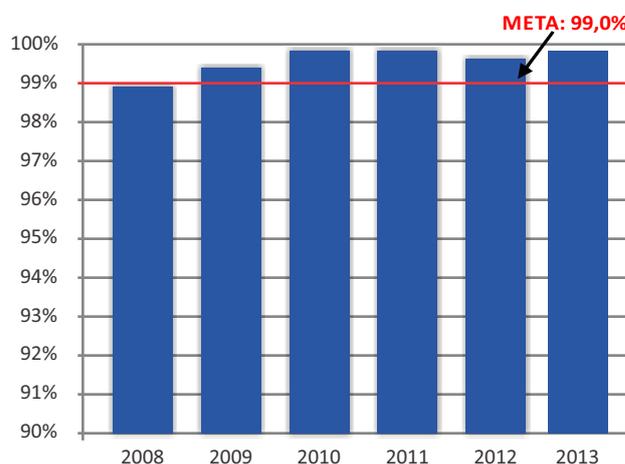
• **ÍNDICE DE MACROMEDIÇÃO - IM:** Percentual do volume de água produzido, apurado através de macromedidores instalados e em funcionamento. A

SANASA possui macromedição permanente em todas as saídas de água tratada, disponibilizadas nas suas 5 ETAs e 1 poço. Utiliza o IM - Índice de Eficiência da Macromedição, que relaciona os volumes efetivamente medidos e os volumes estimados (não medidos), para demonstrar a eficácia das ações que impactam no funcionamento dos macromedidores. São utilizados medidores do tipo eletromagnético de carretel e ultrassônicos clampon nas ETAs e medidor tipo Woltmann no poço.

• **ÍNDICE DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DE ÁGUA - IMCA:** Densidade de manutenções corretivas na rede de água por quilômetro.



Índice de Eficiência da Macromedição



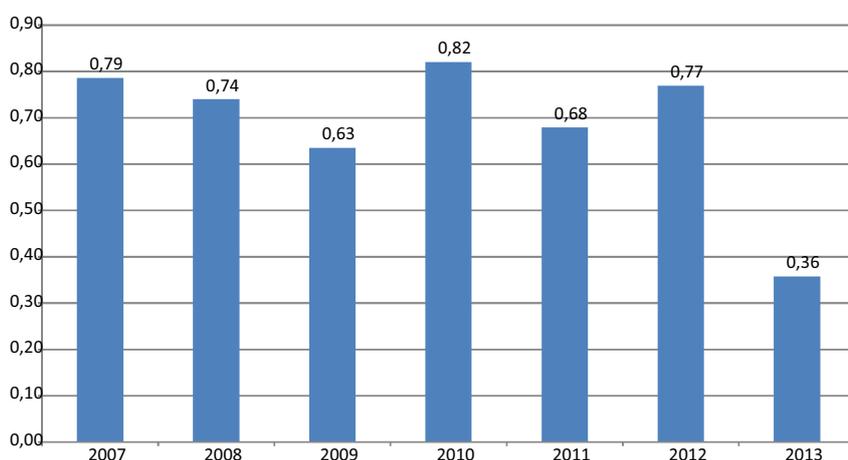
ÍNDICE DE VAZAMENTOS NÃO VISÍVEIS ENCONTRADOS POR QUILÔMETRO:

Relação de vazamentos não visíveis encontrados por quilômetro em tubulações de redes e ramais de água. Indica a eficiência da metodologia empregada, quanto ao desempenho do conjunto funcionário/equipamento.

A eficiência da pesquisa de vazamento depende de vários fatores, tais como:

- Cadastro Técnico;
- Condições do tipo de piso;
- Pressões no local;
- Tipo de material das redes e ramais;
- Profundidade da tubulação.

Índice de Vazamentos Não Visíveis - por Quilômetro



ÍNDICE DE MANUTENÇÕES CORRETIVAS DE ÁGUA POR QUILÔMETRO:

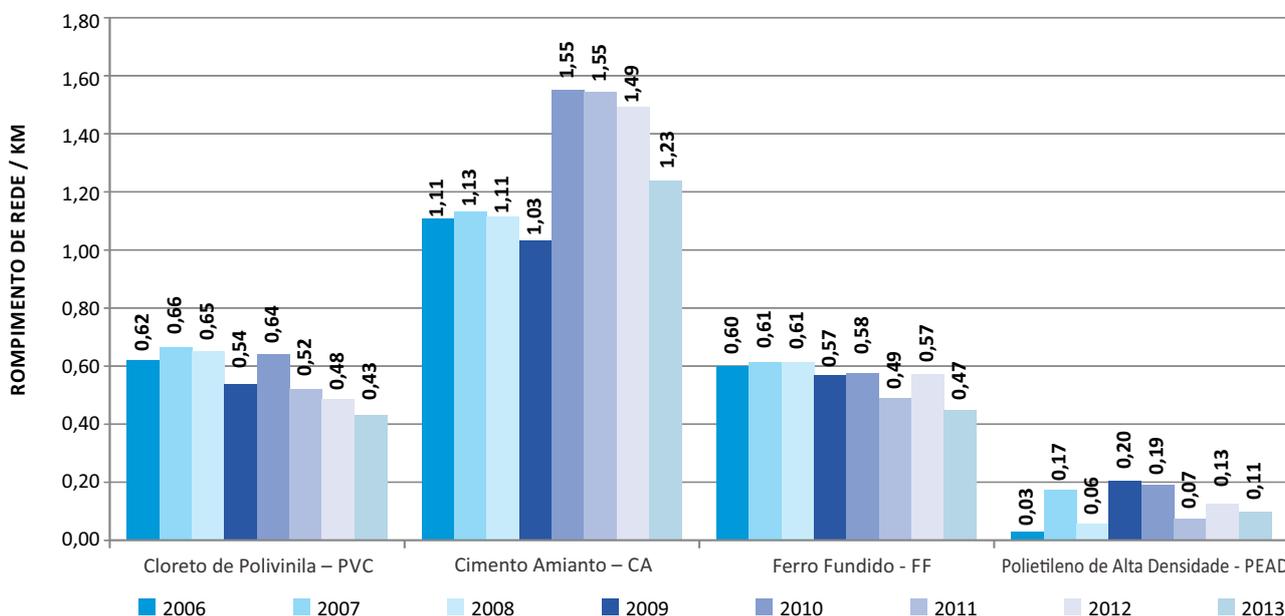
Quantidade de manutenções corretivas por tipo de material e por extensão de rede. Monitora a evolução das falhas no sistema de distribuição de água por tipo de material e por extensão de rede.

O gráfico evidencia que, ao longo dos últimos anos, a densidade de manutenções corretivas (vazamentos)

por quilômetro, nas redes de cimento amianto - CA, chega a ser até 300% maior do que a densidade dos materiais PVC e FF. O gráfico também indica, para 2013, comportamento de queda no índice de manutenções nas redes CA, devido ao programa de reabilitação da infraestrutura de distribuição de água, com a substituição do material CA – Cimento Amianto por PEAD - Polietileno de Alta Densidade.

Índice de Manutenções Corretivas de Água por Quilômetro

Comparativo das manutenções na rede de água - por material



O Programa de Combate às Perdas acompanha a evolução tecnológica, em que destacam-se as seguintes ações:

Cadastro Técnico das Redes de Água em Banco de Dados

A SANASA, desde 1997, tem seu cadastro técnico de água digitalizado na ferramenta AutoCad, sendo que, em 2013, a base das informações técnicas das redes foi estruturada em banco de dados, por meio da conversão para plataforma de Sistema de Informação Geográfica – SIG MapInfo.

Essa tecnologia permitiu à SANASA agilidade na disponibilização das atualizações cadastrais; a gestão da infraestrutura existente; e o desenvolvimento de diversas aplicações de geoprocessamento.

A atualização das informações técnicas das redes de água no banco de dados SQL/ Server é realizada na plataforma MapInfo, com os dados oriundos dos serviços de manutenção, operação, execução de novas redes e cadastramento de pontos notáveis.

A tela do Sistema de Informação Geográfica - SIG MapInfo, contém a base cartográfica e a localização das redes de água com os dados técnicos, tais como: diâmetro, material, extensão, posição, número de projeto, data da execução, entre outros.

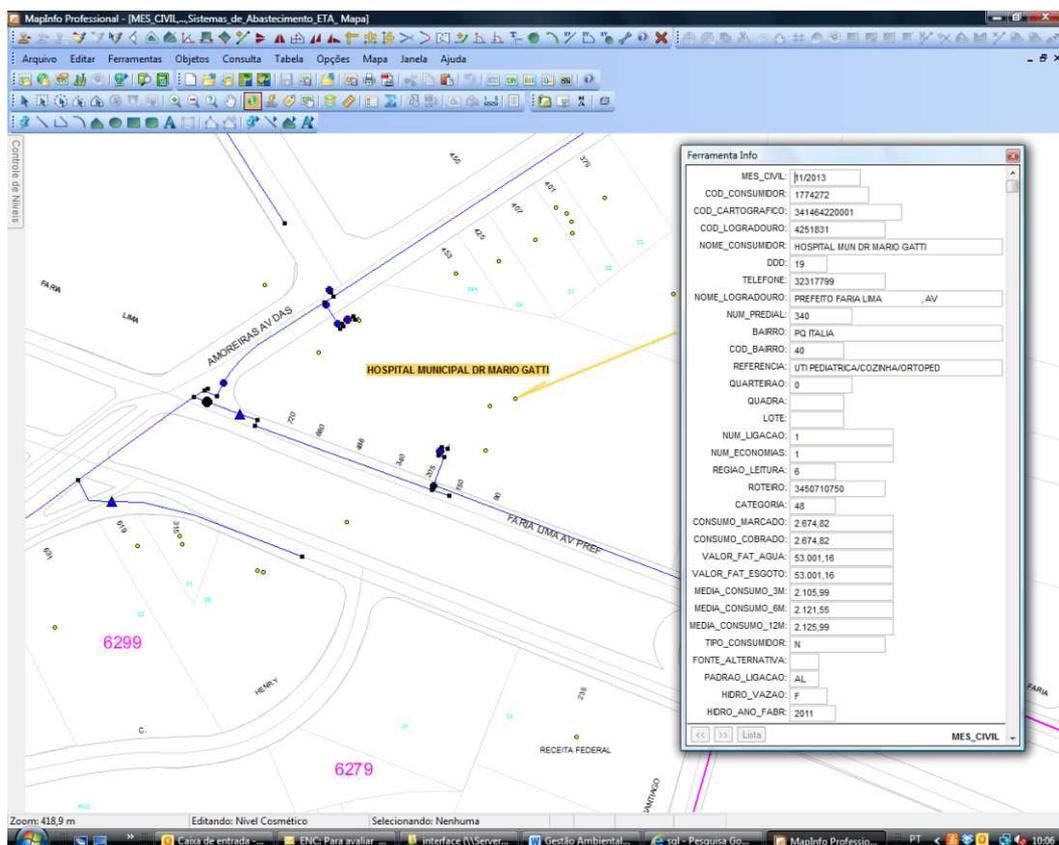
Geoprocessamento dos Dados Técnicos

Para análise do desempenho do sistema de água, a SANASA vem utilizando a tecnologia de Sistema de Informação Geográfica - SIG desde 2007, na plataforma MapInfo, a qual permite o geoprocessamento das informações técnica, operacional, comercial e financeira, para o diagnóstico, tomada de decisão, avaliação de resultado e monitoramento nos processos de planejamento, operação, controle de perdas, garantindo a gestão eficiente do sistema de água.

As informações comercial, técnica e financeira de cada cliente são armazenadas em banco de dados DB2 e georeferenciadas na base cartográfica em Sistema de Informação Geográfica - SIG MapInfo, o que permite agilidade na realização das diversas atividades prestadas pela SANASA ao cliente, como também o geoprocessamento dos dados, para análise quanto a eficiência e eficácia dos serviços prestados de água e esgoto.

A ilustração apresenta a tela do Sistema de Informação Geográfica - SIG MapInfo, contendo a localização do cliente, com seus dados comercial, técnico e financeiro.

Localização Geográfica dos Consumidores



Uma das principais ações no combate às perdas, apontadas no diagnóstico atual, refere-se à reabilitação da infraestrutura de distribuição de água, sendo que é por meio do geoprocessamento das manutenções corretivas de água – que relaciona o tipo de material da rede e a extensão – que se realiza a priorização das áreas com maior criticidade, visando o direcionamento do recurso financeiro anual disponível, como também o monitoramento dos resultados.

Laboratório de Hidrometria

A SANASA possui um Laboratório de Hidrometria com bancadas de calibração de hidrômetros verificadas anualmente pelo INMETRO, fato que garante a qualidade e a credibilidade dos ensaios que são realizados a pedido dos clientes, para inspeção de lotes de medidores novos e para prestação de serviços a terceiros.

O Laboratório conta com duas bancadas de calibração fixas e uma unidade móvel, além de uma moderna bancada de desgaste acelerado (fadiga), que simula as condições de utilização dos medidores em campo, de modo a permitir a determinação do Índice de Desempenho da Medição -IDM, estabelecido pela norma ABNT NBR 15538/2011.

O Laboratório Móvel possui uma bancada também verificada anualmente pelo INMETRO, que permite a calibração do medidor na presença do cliente, que pode acompanhar a realização do teste e receber orientações técnicas sobre o hidrômetro, procedimentos para detecção de vazamentos e uso racional da água, garantindo a transparência e a qualidade da medição do consumo mensal.

A SANASA se prepara para futura acreditação do Laboratório de Hidrometria junto ao INMETRO, participando do Programa Permanente Interlaboratorial em Hidrometria, coordenado pelo IPT e pelo INMETRO.

Medidor tipo volumétrico

A SANASA foi pioneira no Brasil na utilização em larga escala do medidor tipo volumétrico, que apresenta melhor relação custo x benefício quando comparada aos medidores tradicionais tipo velocimétrico, como por exemplo: maior sensibilidade para registrar com precisão baixas vazões, reduzindo as perdas por submedição; manutenção da curva de erros ao longo da vida útil e maior durabilidade, em torno de 10 anos.

Atualmente a SANASA conta com cerca de 30.000

medidores volumétricos instalados, que representam aproximadamente 10% do total de medidores, com previsão de instalação de mais 15.000 unidades nos próximos meses, fato que vai proporcionar melhora significativa na medição dos consumos e, conseqüentemente, redução das perdas provocadas por submedição e aumento de faturamento.

A grande dificuldade na utilização do medidor tipo volumétrico, e que muitas vezes inviabiliza seu uso, é que o mesmo não pode ser instalado em regiões críticas, com ocorrências frequentes de falta de água e/ou rompimento de redes, pois a presença de partículas sólidas pode travar seu mecanismo interno e comprometer seu funcionamento. Nesse aspecto, a SANASA possui condição privilegiada, pois dispõe de sistemas informatizados, que permitem uma análise prévia das condições de abastecimento de cada região, garantindo a instalação dos equipamentos somente em regiões com condições adequadas.

Medidores eletrônicos tipo “estático”

Existem cerca de 1.400 medidores eletrônicos tipo “estático” instalados no Setor de Medição Jardim Esmeraldina. Esses medidores foram instalados em 2011, no projeto piloto sobre Uso Racional da Água, com a finalidade de avaliar a tecnologia de medição e para servirem como ferramenta de apoio às ações de educação ambiental implantadas no setor.

Os medidores são denominados “estáticos” por não possuírem partes móveis em seu interior, e apresentam diversos benefícios em relação aos medidores tradicionais, como por exemplo: maior vida útil, superior a 10 anos; manutenção da curva de erros ao longo da vida útil; não são afetados por partículas sólidas presentes na água; não registram a passagem de ar e têm alta sensibilidade para registrar baixas vazões, reduzindo as perdas por submedição.

Além dos medidores instalados no Setor de Medição Jardim Esmeraldina, existem cerca de 800 unidades de hidrômetros estáticos instalados em outras regiões da cidade. Periodicamente amostras são calibradas com o Laboratório Móvel de Hidrometria para monitoramento do desempenho metrológico. Passados mais de dois anos de utilização, pode-se afirmar que os erros de indicação desses medidores estão em conformidade com os limites máximos estabelecidos pelo INMETRO, fato que comprova sua viabilidade técnica e econômica até o momento.

Metodologia de Pesquisa de Vazamentos com o uso de Sensores Armazenadores de Ruídos

A Gestão da Pesquisa de Vazamentos atua na detecção de vazamentos não visíveis, em que é utilizada tecnologia de sensores armazenadores de ruído, que são instalados em pontos do sistema de distribuição de água, tais como: válvula de manobra, rede, ligação etc.

O sistema distribuidor de água é dividido em Setores de Pesquisa - SP e são utilizados critérios para eleger as áreas a serem pesquisadas, como:

- Análise da densidade de manutenções corretivas (vazamentos) por tipo de material;
- Índice de perdas;
- Material das redes.

No procedimento adotado, está incorporado

também o uso do Sistema de Informação Geográfica - SIG, com a localização dos vazamentos detectados em base de cadastro técnico digital, para geoprocessamento das informações, visando agilizar a rastreabilidade dos serviços executados e melhorar a gestão da atividade de pesquisa.

A grande vantagem dessa metodologia é que, após o reparo dos vazamentos encontrados, os sensores armazenadores de ruídos permanecem no local, o que permite que sejam feitas novas leituras e, se necessário, repetir as pesquisas e executar os consertos. Outro benefício é a redução da área a ser pesquisada dentro do Setor de Pesquisa - SP, pois somente é realizada geofonia nos locais onde houver indicação de ruído nos sensores.

Em 2013 foram adquiridos mais 100 sensores armazenadores de ruídos.



Princípio 9 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC: Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.

R. Uso de ferramenta de análise de comportamento do consumo

Além de promover o desenvolvimento tecnológico de suas unidades, a SANASA incentiva o trabalho científico de seus técnicos. Em 1997, iniciou o desenvolvimento de um *software* com a finalidade de monitorar os hidrômetros instalados nas ligações de água, pois havia na época grande dificuldade para identificar os medidores que estavam com problemas, fato que gerava desperdício de recursos e perdas de faturamento.

Aliando a experiência em saneamento dos funcionários da SANASA com a prestação de serviço de um profissional especialista em informática e estatística, foi possível desenvolver uma importante ferramenta para gestão do parque de medidores, que permitiu a implantação da Manutenção Preditiva de Hidrômetros e contribuiu diretamente para a redução do índice de perdas de água nos últimos anos.

A ferramenta, pioneira no Brasil, utiliza o banco de dados histórico da SANASA, com informações de consumo desde 1992, para traçar uma reta normalizada por regressão linear, cuja inclinação indica a tendência de redução ou elevação na média de consumo dos hidrômetros. Assim é possível

identificar com segurança os medidores com problema e priorizar as ações preditivas.

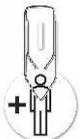
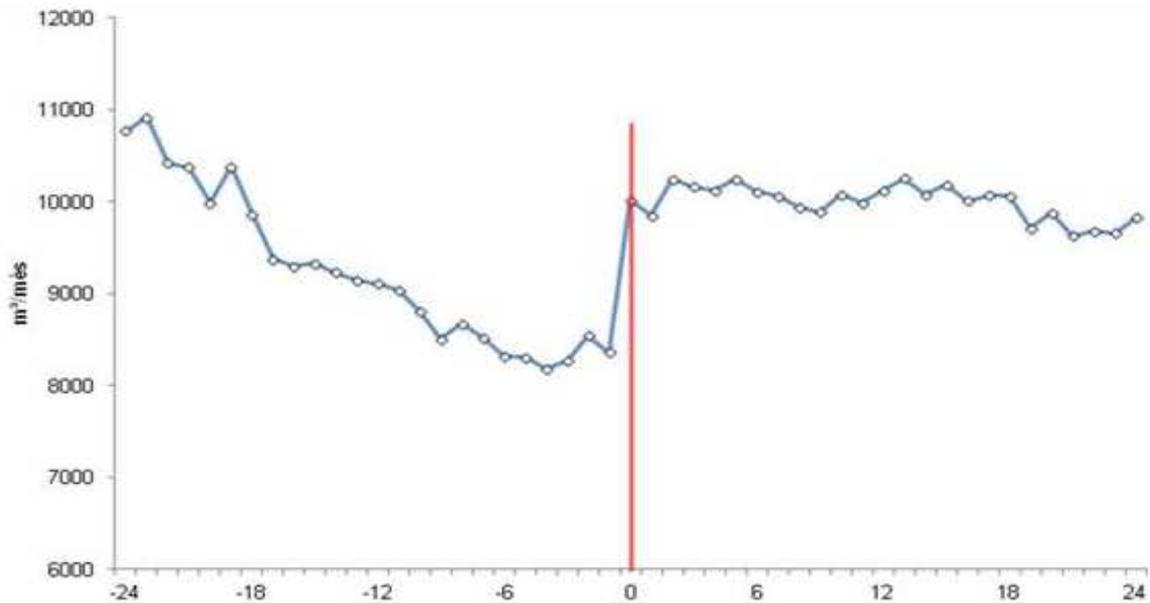
O *software* também é utilizado para seleção de ligações de água com suspeita de irregularidades, visando à realização de inspeção em campo, além de calcular os prejuízos causados nas fraudes e analisar os resultados obtidos nas substituições de medidores.

O gráfico apresenta os resultados das substituições de hidrômetros realizadas em 1998, ano de implantação do *software*. No quadrante da esquerda é indicada a somatória de consumo dos últimos 24 meses anteriores às trocas e no quadrante da direita a somatória de consumo dos 24 meses posteriores às intervenções realizadas.

É possível verificar que existia uma tendência de redução nos consumos e, após as trocas, houve uma importante elevação, representando redução de perdas; recuperação de faturamento; melhoria da qualidade da medição; maior eficiência na gestão dos medidores.

Desde 1998 são realizadas substituições de hidrômetros pelo critério de Manutenção Preditiva, e o *software* "Sistema de Análise de Hidrômetros" é ferramenta indispensável para a gestão dos medidores instalados.

Resultados alcançados com a substituição de hidrômetros, desde 1998



Princípio 1 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
respeitar e proteger os direitos humanos.

R. Sistema de Esgotamento Sanitário e Sistema de Tratamento de Esgotos

Com a finalidade de reverter o quadro crítico de saneamento nas bacias PCJ, onde a qualidade da água dos mananciais encontra-se comprometida, conforme apontado no Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá 2010 - 2020, a SANASA vem intensificando a implantação de unidades de tratamento. Hoje, o município conta com 26 estações de tratamento implantadas. Algumas delas foram construídas para atendimento exclusivo a novos loteamentos e deverão ser desativadas ao longo dos anos, com a

entrada em operação das estações previstas, em especial a conclusão do Sistema de Esgotamento Sanitário Capivari II, em execução.

Destaca-se o pioneirismo da SANASA na utilização da tecnologia empregada para tratamento de esgoto na Estação Produtora de Água de Reúso - EPAR Capivari II, uma das mais modernas do mundo, com utilização de membranas filtrantes para remoção de nitrogênio e fósforo. As membranas filtrantes garantem a remoção da maioria dos vírus, protozoários e bactérias, sem utilização de produtos químicos desinfetantes, além da remoção dos sólidos, deixando a água com 98% de grau de pureza.

Estações de Tratamento de Esgoto - ETEs em operação

BACIA ATIBAIA

1. ETE Anhumas
2. ETE Barão Geraldo
3. ETE Terras do Barão
4. ETE Alphaville
5. ETE Samambaia
6. ETE Arboreto Jequitibás
7. ETE Bosque das Palmeiras
8. ETE Sousas (início de operação 2013)

BACIA QUILOMBO

1. ETE CIATEC
2. ETE Vó Pureza (Santa Mônica)
3. ETE Vila Réggio
4. ETE Mirassol
5. ETE Campo Florido

BACIA CAPIVARI

1. ETE Piçarrão
2. ETE Capivari I
3. EPAR Capivari II
4. ETE Icaraí
5. ETE São José
6. ETE Hospital Ouro Verde
7. ETE São Luis
8. ETE Eldorado
9. ETE Casas do Parque
10. ETE Porto Seguro
11. ETE Bandeirante
12. ETE Santa Lúcia
13. ETE Flávia (início de operação em 2013)

Obs: A ETE Santa Rosa foi desativada em março de 2013.

As ETEs Sousas e Flávia foram iniciadas em 2013 e encontram-se em fase de pré-operação; portanto, não existem ainda resultados conclusivos quanto à sua eficiência.



Princípio 1 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
respeitar e proteger os direitos humanos.

R. Sistema de Coleta e Transporte de Esgotos

O sistema de coleta e transporte de esgotos do município conta com uma rede de 3.554,23 km, que atende ao total de 272.168 ligações e 406.220 economias, com índice de atendimento de 88% da população de Campinas.

Evolução do sistema de esgotamento sanitário:

Evolução das redes, ligações e economias atendidas com esgotamento sanitário de 2010 a 2013

Redes/Ligações/Economias de esgoto	Ano			
	2010	2011	2012	2013
Redes (km)	3.439,92	3.476,13	3.506,11	3.554,23
Ligações (nº)	234.075	244.712	260.787	272.168
Economias (nº)	366.046	376.840	394.335	406.220

O sistema de reversão de esgotos conta com 75 estações elevatórias, com o objetivo de transferir os esgotos a partir de um ponto para outro de cota normalmente mais elevada e realizar a transposição

de bacias de esgotamento naturais, visando às interligações de áreas, para a implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário e de Tratamento de Esgotos.

Eficiência do Sistema de Esgotamento Sanitário

Para garantia da eficiência do sistema de esgoto, são realizadas manutenções preventivas e corretivas em ligações, redes coletoras, interceptores, emissários, estações elevatórias e estações de tratamento. O trabalho é feito com qualidade e no menor tempo possível, a fim de restabelecer as condições necessárias à perfeita operação do sistema.

É também realizado o monitoramento dos parâmetros operacionais e de indicadores de desempenho, para análise da eficiência do sistema de esgoto e, caso necessário, feito diagnóstico para tomada de decisão quanto à implantação de ações de correção e ou de melhoria operacional.

Ações Permanentes para Garantia da Eficiência do Sistema de Esgoto

Para garantir a eficiência do Sistema de Esgotamento Sanitário, destacam-se as seguintes atividades em desenvolvimento:

- Manter atualizado o Cadastro Técnico do Sistema de Esgotamento Sanitário;
- Regularizar imóveis que não se encontram conectados à rede coletora de esgoto pública existente, em atendimento ao Código Sanitário do Estado (Decreto nº 12342/78); Lei Municipal nº 11.941/04 Regulamento dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário; e Norma Técnica SAN.T.IN.NT 22;
- Fiscalizar ligações e instalações hidráulicas de esgoto internas nos imóveis, para verificação quanto à conformidade das instalações e do lançamento dos efluentes resultantes das atividades residencial, comercial e industrial;
- Fiscalizar a regularidade dos lançamentos nos sistemas independentes de esgotamento sanitário e água pluvial, nas instalações dos imóveis e nas redes públicas;
- Monitorar imóveis que gerem efluentes não domésticos, conectados à rede coletora pública;
- Monitorar a vazão e o volume de esgoto nas entradas das ETEs;
- Monitorar os parâmetros físicos, químicos e bacteriológicos do esgoto bruto afluente e do efluente final tratado, em atendimento a Lei Estadual 997/1976; Decreto Estadual 8468/1976; CONAMA 357/2005; e CONAMA 430/2011;
- Analisar a relação do volume disponibilizado de água aos consumidores da bacia de esgotamento e o

volume de esgoto na entrada da ETE, a fim de identificar comportamentos fora dos padrões projetados e diagnosticar a causa;

- Orientar os usuários do sistema de esgoto público sobre a correta instalação sanitária dentro do imóvel e sua ligação à rede pública, como também a forma recomendada para sua utilização.

CCOE - Central de Controle Operacional de EEE - CCOE

A Central de Controle Operacional de Estações Elevatórias de Esgoto EEE - CCOE, implantada na Base Operacional Samambaia, tem a função de receber, processar e armazenar os eventos operacionais ocorridos nas EEE do parque SANASA, com o foco principal de indicar instantaneamente a condição operacional das mesmas, bem como anormalidades do sistema de esgotamento (bombeamento), permitindo o monitoramento on-line à distância das EEE e o controle da operação, incluindo a realização de manobras e a tomada de decisão para agilizar providências.

Atualmente, 36 Estações Elevatórias de Esgoto estão interligadas ao CCOE. Cumprindo um cronograma de adequações nas outras EEE em operação, todas as elevatórias terão comunicação com o CCOE.

No CCOE é possível fazer a telemetria (medição à distância das variáveis de processo) e o seu telecomando (acionamento remoto dos dispositivos existentes) como: painel de comando, conjuntos motos-bomba, válvulas e misturadores. O CCOE também disponibiliza um enunciador de alarmes na tela do sistema de monitoramento e o armazenamento dos dados para emissão de relatórios.

As variáveis de processo disponibilizadas para acompanhamento são:

1. Nível do poço de sucção;
2. Medição de vazão de recalque;
3. Status de funcionamento dos equipamentos (corrente, frequência, status de falha, equipamento ligado e desligado);
4. Status do sistema de potência (tensão, corrente e fator de potência);
5. Alarme de extravasamento de esgoto.

Essas medidas vêm ao encontro do compromisso da SANASA de encaminhar 100% de esgoto coletado para o devido tratamento nas ETEs, nos próximos anos.

PROGRAMA DE DESPOLUIÇÃO DE CORPOS D'ÁGUA

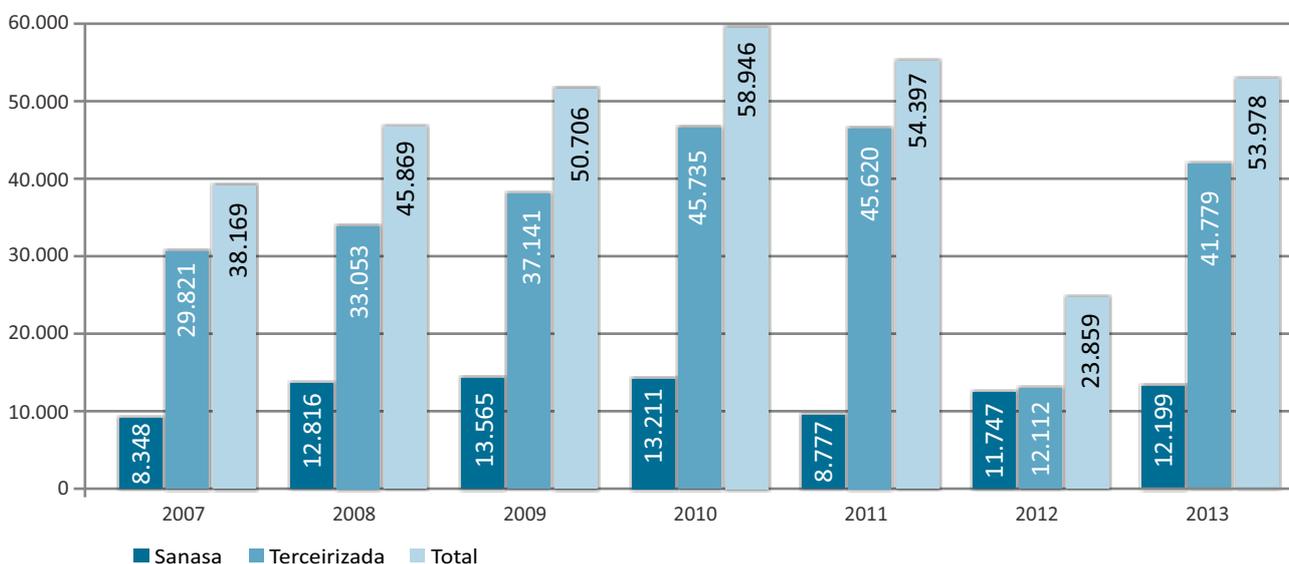
O Programa de Despoluição dos Corpos D'Água é realizado de forma permanente, com equipes próprias e terceirizadas.

O objetivo desse programa é a avaliação da conformidade nas instalações hidráulicas de esgoto e água pluvial dentro dos imóveis, para garantir os lançamentos corretos nas respectivas redes públicas, e da conformidade do sistema de esgoto público, em atendimento às legislações vigentes, eliminando os lançamentos irregulares, que

provocam danos ao funcionamento das redes, elevatórios e ao tratamento do esgoto, bem como poluição dos corpos d' água.

As informações técnicas das vistorias são armazenadas em banco de dados e georeferenciadas no Sistema de Informação Geográfica - SIG Mapinfo, permitindo, por meio do geoprocessamento das informações, a gestão da conformidade das instalações hidráulicas internas aos imóveis e das redes públicas de afastamento de esgoto.

Vistorias realizadas em instalações hidráulicas de esgoto e água pluvial de 2007 a 2013*



* A queda do quantitativo de vistorias em 2012 foi ocasionada pelo término do contrato com a empresa terceirizada.

EXPECTATIVAS PARA 2014

O ano de 2013 encerra-se com uma grande preocupação: a renovação da Outorga do Sistema Cantareira, aliada à baixa disponibilidade hídrica verificada nos últimos meses, lembrando que o último período úmido, iniciado em outubro, vem apresentando, até o momento (março de 2014), baixas precipitações pluviométricas.

Em função das perspectivas apontadas, o corpo técnico da SANASA estuda e propõe novas alternativas com o objetivo de garantir o abastecimento da cidade.

Outro grande desafio para o próximo ano é o cumprimento das metas estabelecidas para a universalização do saneamento básico (água

e esgoto) no município de Campinas.

Em agosto de 2013 foi apresentado o “Plano 300% de Universalização do Saneamento”, com o objetivo de implantar 100% de tratamento de esgotos, até junho de 2016; 100% de coleta e afastamento de esgotos em bairros que já possuem redes de água, até dezembro de 2017 e; 100% de abastecimento, coleta e afastamento de esgotos nos bairros que não dispõem de saneamento, até dezembro de 2020.

A SANASA instituiu um grupo interdisciplinar, que criou um Portal e um “Carimbo 300%”, com o objetivo de estabelecer procedimentos e metodologias diferenciadas com a finalidade de agilizar o cumprimento das metas estabelecidas.

GESTÃO SOCIAL

RECURSOS HUMANOS



Sistema de gestão dos recursos humanos

Atrair e reter bons profissionais, promover a inclusão de minorias, promover treinamentos que mantenham os empregados informados e atualizados, para melhor exercerem as suas atividades, e oferecer programas internos que

melhorem a qualidade de vida e a saúde do trabalhador. Essas são as premissas que norteiam a gestão de recursos humanos na SANASA e que foram identificadas para selecionar os indicadores relatados a seguir.

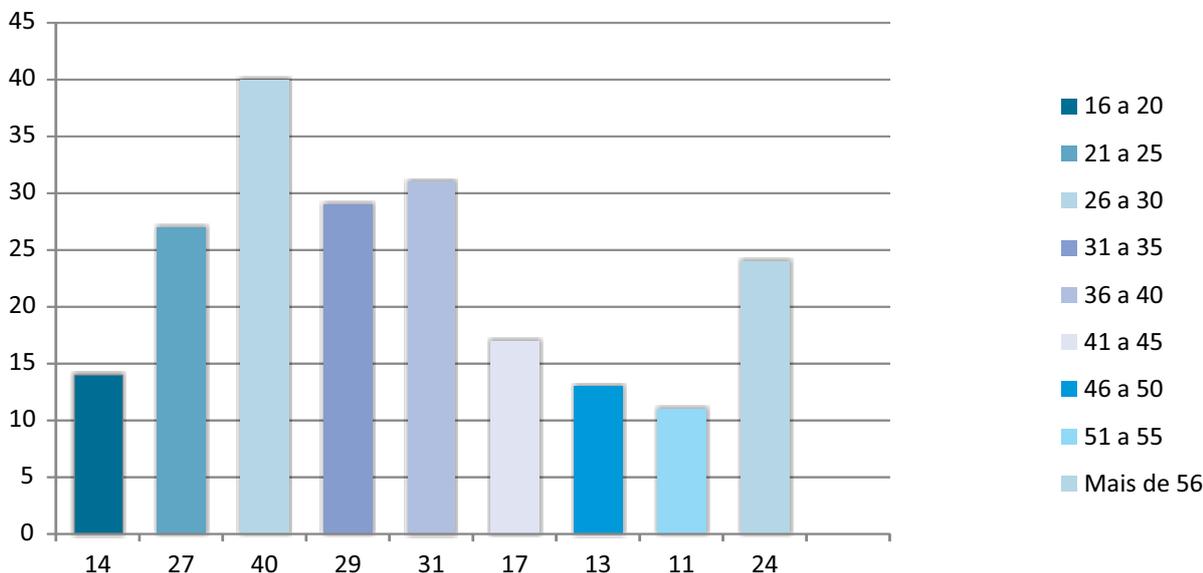


Número total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade de empregados por faixa etária, gênero e região

R. Distribuição de empregados admitidos, por gênero – 2013

Mulheres	57
Homens	149
Total	206

Distribuição de Empregados Admitidos por Faixa Etária - Exercício 2013



Taxa de rotatividade (Turnover)		
2010	1º semestre	0,75%
	$(12 \text{ adm} + 12 \text{ dem})/2/1594*100=0,75\%$	
	2º semestre	0,99%
	$(6 \text{ adm} + 25 \text{ dem})/2/1553*100=0,99\%$	
2011	1º semestre	1,49%
	$(28 \text{ adm} + 19 \text{ dem})/2/1574*100=1,49\%$	
	2º semestre	5,05%
	$(123 \text{ adm} + 37 \text{ dem})/2/1583*100=5,05\%$	
2012	1º semestre	9,35%
	$(270 \text{ adm} + 37 \text{ dem})/2/1669*100=9,35\%$	
	2º semestre	8,01%
	$(289 \text{ adm} + 40 \text{ dem})/2/2053*100=8,01\%$	
2013	1º semestre	5,58%
	$(185 \text{ adm} + 67 \text{ dem})/2/2257*100=5,5826\%$	
	2º semestre	1,22%
	$(21 \text{ adm} + 34 \text{ dem})/2/2245*100=1,2249\%$	

G4-LA2

Benefícios concedidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados por unidades operacionais importantes da organização

G4-LA8

Tópicos relativos à saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos

Indicador Ethos 26: Remuneração e Benefícios, Estágio 2 - A empresa, além da remuneração mínima legal, oferece benefícios securitários (saúde, vida etc.) aos empregados e os estende a seus familiares.

R. Segundo Acordo Coletivo para o período de maio de 2013 a abril de 2014, são os seguintes os benefícios oferecidos aos 2.245 empregados de tempo integral: assistência médica para o empregado e seus dependentes; crédito em vale refeição para almoço e café matinal; crédito em vale alimentação para compras em supermercado; vale transporte ou opção por vale combustível; complementação salarial em situações como afastamento por licença-doença ou por acidente de trabalho; plano de previdência privada complementar; seguro de vida em grupo; subsídios para aquisição de medicamentos, óculos de grau, material escolar para dependentes; reembolso de gastos com creches para dependentes até seis anos; reembolso de despesas para portadores de

necessidades especiais; auxílio funeral; bolsa de estudos e Programa de Participação nos Resultados (que pode proporcionar valor anual adicional em caso de cumprimento de metas pré-estabelecidas).

A SANASA concede licença maternidade adicional de 60 dias corridos, contados a partir do dia seguinte ao término da licença legal, totalizando 180 dias de licença, conforme previsto no decreto municipal 17.707 de 24 de maio de 2010.

São extensivos aos estagiários e patrulheiros os seguintes benefícios: vale transporte, vale refeição, assistência médica e seguro de vida. Vale alimentação para compras em supermercado somente para os patrulheiros.

G4-LA7

Empregados com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação

R. Não há atividades na SANASA com alta incidência ou alto risco de doenças específicas. Os exames feitos por prevenção (ex. protoparasitológico de fezes, para funcionários expostos a agentes biológicos) mostram incidência igual à da população padrão (sem exposição).

As doenças mais frequentes na empresa estão relacionadas ao envelhecimento, tendo em vista a baixa rotatividade. Portanto, são mais comuns a

hipertensão, diabetes, problemas osteomusculares e obesidade, entre outras, que não se devem a características do trabalho.

As CATs (Comunicações de Acidente do Trabalho) são devidas a acidentes típicos (ferimentos como corte, contusão, fratura) e de trajeto (queda de moto) que não terminam por configurar uma “doença ocupacional”. As CATs por doença ocupacional são raras (não aparecem todos os anos).

G4

Gestão da saúde

Indicador Ethos 29: Saúde e Segurança dos Empregados, Estágio 1 - A empresa cumpre rigorosamente suas obrigações legais e possui a documentação comprobatória atualizada.

R. A SANASA realiza programas voltados à saúde dos funcionários, por meio de exames periódicos e campanhas de vacinação contra gripe, tétano, tifo e Hepatite A. Desenvolve também programas de reabilitação em casos de dependência química e de reabilitação profissional. O primeiro busca conscientizar os funcionários portadores ou não da dependência e seus familiares. O segundo destina-se a readaptar o profissional com problemas de saúde ao convívio na empresa.

As vacinas fornecidas são as seguintes:

Tifo e hepatite A: para todos os funcionários operacionais que têm contato com esgoto;

Tétano: obrigatória para todos os funcionários da área operacional.

Gripe: obrigatória para os funcionários das áreas operacionais e voluntária para os demais funcionários. Em 2013, houve falta da vacina no mercado. Por isso, a quantidade limitada obtida foi direcionada para funcionários que trabalham mais expostos à ação do tempo.

G4-LA9

Número médio de horas de treinamento por ano, por empregado, discriminado por gênero e categoria funcional

Indicador Ethos 27: Compromisso com o Desenvolvimento Profissional, Estágio 2 - A empresa possui rotina de treinamento/capacitação que visa a melhoria da produtividade e incentiva os empregados a aperfeiçoarem sua capacitação.

R.

2013		
Nº de treinamentos	Nº de participantes	Total de horas
120	2.465*	24.111,5

*Alguns funcionários participaram de mais de um treinamento

2012		
Nº de treinamentos	Nº de participantes	Total de horas
190	1.645	20.918,5

2011		
Nº de treinamentos	Nº de participantes	Total de horas
112	2.238	10.706,0



Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria funcional, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade

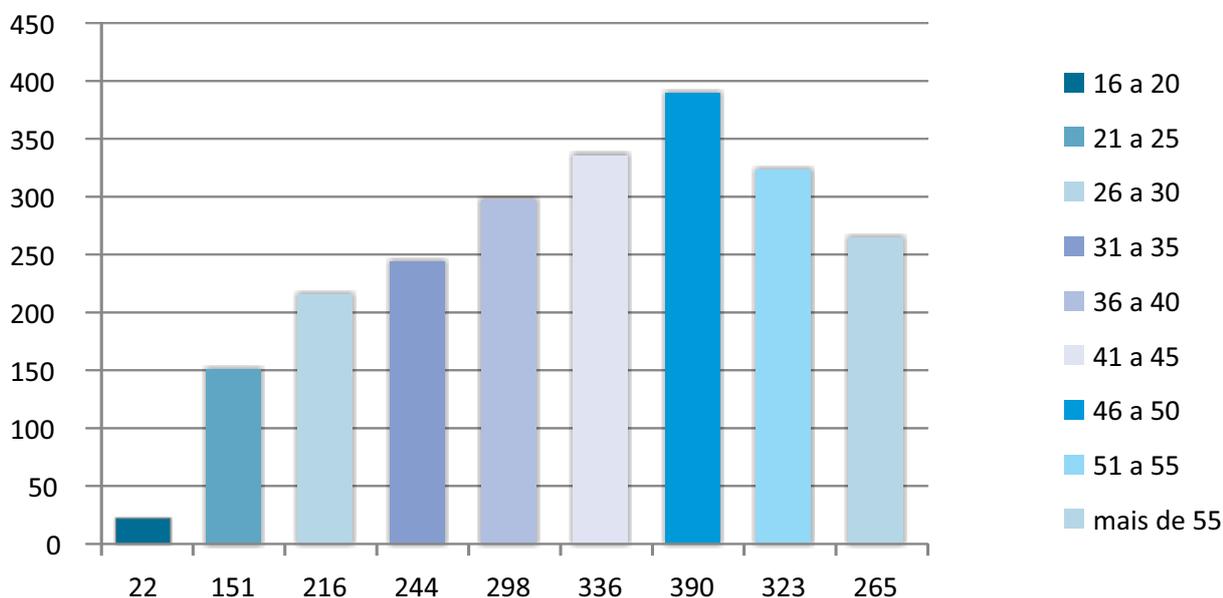
Indicador Ethos 24: Relação com Empregados (Efetivos, Terceirizados, Temporários ou Parciais), Estágio 3 - Os valores apregoados pela empresa realçam o compromisso que ela possui com o trabalho decente, para cuja reiteração adota procedimentos formais de avaliação das formas de gestão de seus empregados e de seus terceiros.

R.

Número de empregados, por contrato de trabalho (SANASA/CLT) e gênero.

	Homens	Mulheres	Total
Sanasa	1827	418	2245
Patrulheiros	7	2	9
Estagiários	25	41	66
Terceirizados	1144	139	1283

Empregados de Acordo com Faixa Etária - Total: 2245



Cargos de Chefia		
	2012	2013
Homens	82	86
Mulheres	45	44

G4-LA13

Razão matemática do salário e remuneração entre mulheres e homens, discriminada por categoria funcional em unidades operacionais relevantes



Princípio 6 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho.

Indicador Ethos 23: Promoção da Diversidade e Equidade, Estágio 1 - A empresa segue a legislação nacional, que combate a discriminação e se manifesta contrariamente a comportamentos que não promovam a igualdade de oportunidades no ambiente interno e na relação com clientes, fornecedores e comunidade do entorno.

R. A política salarial da SANASA estabelece que os salários são praticados por cargos. Não há diferenciação: mulheres têm salários iguais aos dos homens, quando exercem as mesmas funções. Também têm igualdade de oportunidades.

G4-HR1

Número total e percentual de acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos à avaliação referente a direitos humanos



Princípio 1 do Pacto Global - UNGC, das Nações Unidas:
respeitar e proteger os direitos humanos.

Indicador Ethos 20: Monitoramento de Impactos do Negócio nos Direitos Humanos, Estágio 1 - A empresa atende à legislação brasileira e respeita as normas internacionais, especialmente em situações em que a legislação ou seu processo de implementação não prevê proteção adequada aos direitos humanos.

R. Todos os contratos de prestadores de serviços contêm cláusula que prevê a garantia de respeito aos Direitos Humanos. Essa cláusula já está definida desde o edital de licitação.



Princípio 2 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
impedir violações de direitos humanos.

R. Para a contratação de todos os fornecedores, a SANASA efetua consulta aos órgãos oficiais – INSS e Caixa Econômica Federal – com objetivo de verificar provas de regularidade relativas à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. As

obrigações da empresa vencedora da licitação estão claras desde o edital: deve observar as prescrições das leis trabalhista, previdenciária, fiscal e securitária, bem como o pagamento de todos os tributos que incidem sobre os trabalhos.

G4-HR4

Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva possa estar sendo violado ou haja risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito



Princípio 3 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC: Apoiar a liberdade de associação e o direito à negociação coletiva no trabalho.

Indicador Ethos 25: Relações com Sindicatos; Estágio 3 - A empresa não somente permite a atuação dos sindicatos no local de trabalho, como também fornece informações sobre as condições de trabalho e se reúne periodicamente com seus representantes para ouvir sugestões e negociar reivindicações.

R. Todos os funcionários da SANASA têm liberdade de associação ao sindicato. Os acordos coletivos firmados com o sindicato beneficiam a todos os funcionários.

G4-HR5

Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil e medidas tomadas para contribuir com a efetiva erradicação do trabalho infantil



Princípio 5 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Erradicar o trabalho infantil.

Indicador Ethos 17: Sistemas de Gestão de Fornecedores, Estágio 1 - A empresa possui um mapa de seus fornecedores dos quais exige, quando da seleção, o cumprimento da legislação específica.

Indicador Ethos 21: Trabalho Infantil na Cadeia de Suprimentos, Estágio 1 - A empresa cumpre rigorosamente a legislação trabalhista brasileira e adiciona cláusulas aos contratos com os fornecedores que exigem que eles também cumpram a legislação.

R. Todos os contratos para obras preveem que não ocorra o trabalho infantil, pois exigem que cada empregado dos fornecedores tenha contrato de trabalho, registro em carteira, RG e CPF.

G4-HR6

Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas para contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo



Princípio 4 do Pacto Global das Nações Unidas - UNGC:
Abolir o trabalho forçado ou compulsório.

Indicador Ethos 17: Sistemas de Gestão de Fornecedores, Estágio 1 - A empresa possui um mapa de seus fornecedores dos quais exige, quando da seleção, o cumprimento da legislação específica.

Indicador Ethos 22: Trabalho Forçado (ou Análogo ao Escravo) na Cadeia de Suprimentos, Estágio 1 - A empresa cumpre rigorosamente a legislação brasileira e adiciona cláusulas contratuais e normas que exigem de seus fornecedores o cumprimento dessa legislação.

R. Para garantir a integridade dos trabalhadores terceirizados e impedir o trabalho degradante, todos os contratos para obras têm cláusulas que exigem dos fornecedores certificados de treinamento dos empregados para o uso correto de EPI's - Equipamentos de Proteção Individual, treinamentos em trabalhos com

eletricidade, em espaço confinado e em altura, além da presença de profissional legalmente habilitado, responsável para os trabalhos com eletricidade e/ou em segurança do trabalho. A SANASA, por sua vez, contrata todos os seus funcionários de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

PROGRAMA DE AÇÃO SUSTENTÁVEL

G4-EC7

Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos

G4-EC8

Impactos econômicos indiretos significativos

Indicador Ethos 2: Proposta de Valor, Estágio 3 - A empresa identifica as necessidades de seus consumidores e clientes e, para satisfazê-las, imprime características e aspectos socioambientais em seus produtos ou serviços. O reposicionamento de novos produtos ou serviços, por sua vez, contempla a adição de atributos de sustentabilidade, além de persistir na busca da satisfação das necessidades de seu público alvo.

Indicador Ethos 3: Modelo de Negócios, Estágio 3 - A empresa permanece atenta às tendências relacionadas à sustentabilidade, que podem redefinir seu mercado ou modelo de negócios, e entende RSE / Sustentabilidade como fatores condicionantes para seu crescimento econômico. Além disso, quantifica a redução de custos obtida por meio de iniciativas de mitigação dos impactos de produtos e serviços; desenvolve parcerias com fornecedores, visando a melhoria de seus processos de gestão e participa da destinação final dos produtos pós-consumo.

R. O Programa de Ação Sustentável - PAS faz parte do compromisso da SANASA de universalizar os serviços de saneamento básico e proporcionar, dessa forma, mais saúde e melhor qualidade de vida para a população. O PAS beneficia a população de Campinas residente em núcleos habitacionais – as favelas. Atualmente, o Programa atende cerca de 160 núcleos urbanizados e 70 não urbanizados.

O objetivo do PAS é atender com abastecimento de água as ocupações do município e, assim, também proteger as redes de abastecimento de água da SANASA de possíveis contaminações, perdas de pressão e/ou perdas de água, causadas por consumo não autorizado através de ligações clandestinas.

Esses serviços são executados em caráter precário, sem configurar, em hipótese alguma, autorização para a permanência definitiva do morador na área.

O Programa de Ação Sustentável atende:

- Com água potável e afastamento de esgoto: 28.901 famílias, com 144.505 pessoas;
- Com água potável: 28.281 famílias, com 141.405 pessoas.

Os indicadores que demonstram o desempenho do Programa de Ação Sustentável são: faturamento,

adimplência, consumo e número de economias (número de economias é a quantidade de unidades de consumo ou imóveis dependentes de um único hidrômetro).

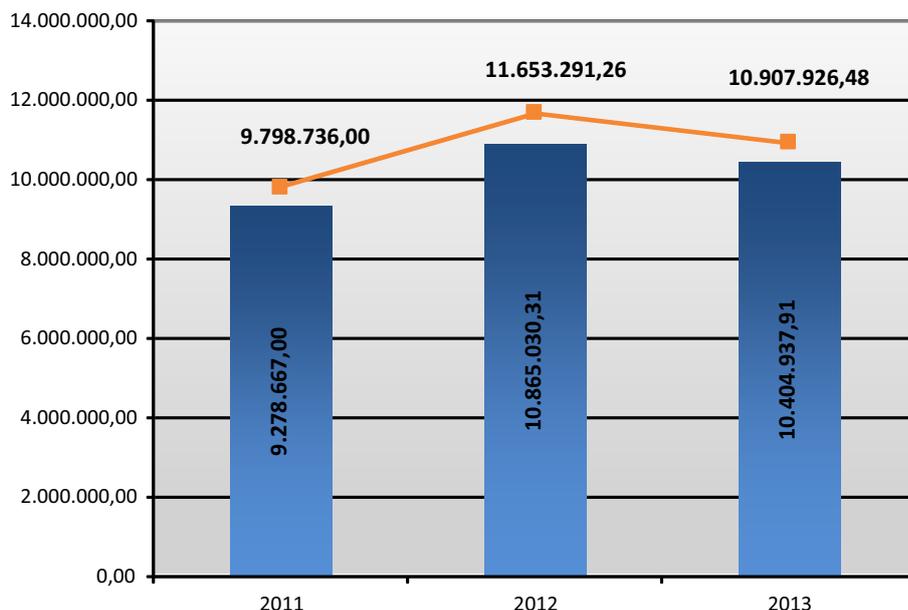
Nos núcleos urbanizados, em 2012 e 2013 o consumo por família manteve-se em 16m³ (em 2011 foi de 14m³ por família – considerando 5 pessoas). Comparado com a média mundial, que estabelece 20m³ para uma família de quatro pessoas, o volume consumido atualmente é mais econômico.

Nos núcleos não urbanizados, em 2013 houve redução de 3,5% no consumo. A média de consumo por família foi de 27m³, compatível com a situação de ligação coletiva.

Para ampliar a inserção de famílias em situação de vulnerabilidade social, em 2013 o PAS implantou procedimento que beneficia imóveis em áreas com até três moradias, acompanhando a categoria da região, sem que isso configure autorização de permanência definitiva dos moradores. Esse procedimento contribuiu para a inclusão de 67 famílias em 2013, o que também repercutiu favoravelmente no faturamento. Em 2014, 1.485 famílias serão atendidas.

Desempenho dos Núcleos Urbanizados

Total Arrecadado Mês/total Faturado Mês Civil - em R\$

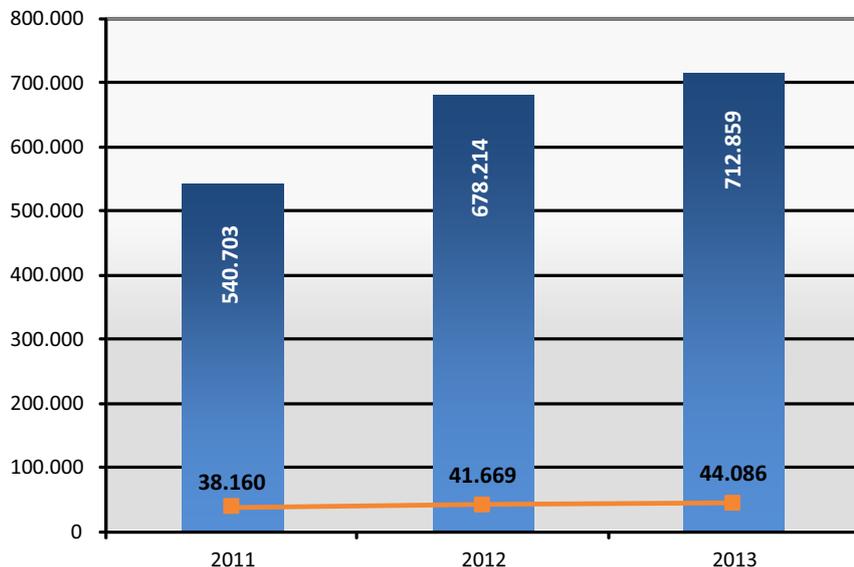


Adimplência	
2011	95%
2012	93%
2013	95%

■ Tot. Arrec. Mês
 ■ Tot. Fat. Mês civil

Desempenho dos Núcleos Urbanizados

Consumo Cobrado/Economia em m³

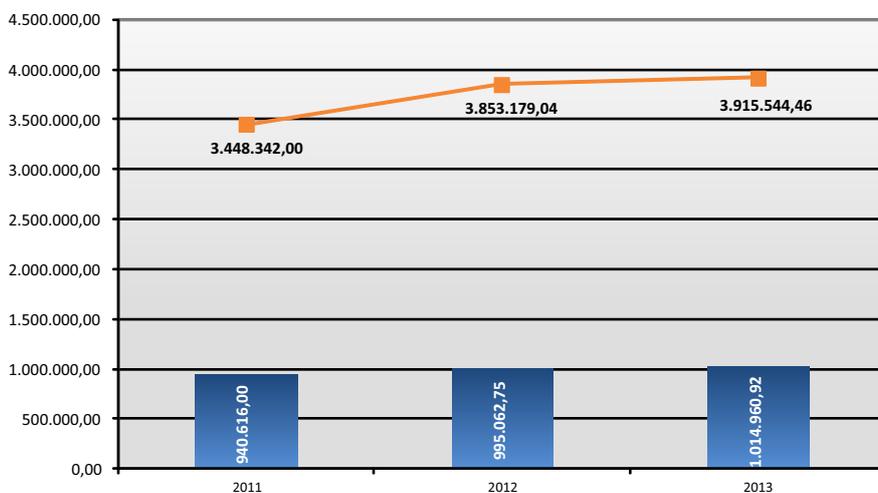


Ano	Média Família
2011	14
2012	16
2013	16

■ Consumo Cobrado
 — Economias

Desempenho dos Núcleos Não Urbanizados

Total Arrecadado Mês/Total Faturado Mês Civil em R\$

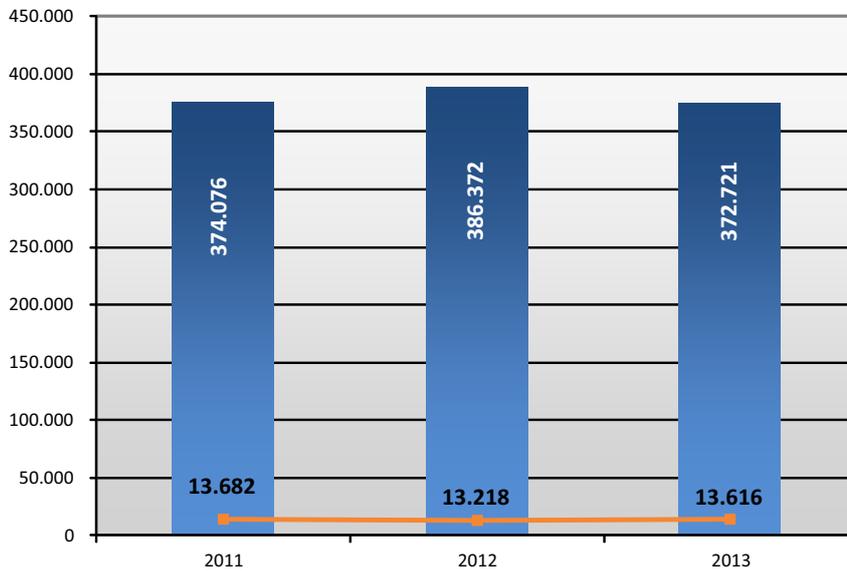


Adimplência	
2011	27%
2012	26%
2013	26%

■ Tot. Arrec. Mês
 — Tot. Fat. Mês civil

Desempenho dos Núcleos Não Urbanizados

Consumo Cobrado/Economia em m³



Ano	Média Família
2011	27
2012	29
2013	27

■ Consumo Cobrado
 — Economias

* Para o Consumo Cobrado, utilizou-se Média Ponderada.

Balanço Social Anual / 2013

Empresa: Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A

1 - Base de Cálculo	2013 Valor (Mil reais)			2012 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	539.559			495.564		
Resultado operacional (RO)	20.194			67.141		
Folha de pagamento bruta (FPB)	293.626			251.622		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	29.407	10,02%	5,45%	23.173	9,21%	4,68%
Encargos sociais compulsórios	60.297	20,54%	11,18%	52.915	21,03%	10,68%
Previdência privada	8.434	2,87%	1,56%	7.504	2,98%	1,51%
Saúde	15.480	5,27%	2,87%	13.722	5,45%	2,77%
Segurança e saúde no trabalho	6.149	2,09%	1,14%	4.699	1,87%	0,95%
Educação	1.000	0,34%	0,19%	295	0,12%	0,06%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	154	0,05%	0,03%	439	0,17%	0,09%
Creches ou auxílio-creche	221	0,08%	0,04%	179	0,07%	0,04%
Participação nos lucros ou resultados	11.834	4,03%	2,19%	8.932	3,55%	1,80%
Outros	4.525	1,54%	0,84%	4.300	1,71%	0,87%
Total - Indicadores sociais internos	137.501	46,83%	25,48%	116.158	46,16%	23,44%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	52	0,26%	0,01%	47	0,07%	0,01%
Cultura	74	0,37%	0,01%	14	0,02%	0,00%
Saúde e saneamento	5.538	27,42%	1,03%	5.219	7,77%	1,05%
Esporte	708	3,51%	0,13%	698	1,04%	0,14%
Combate à fome e segurança alimentar	357	1,77%	0,07%	338	0,50%	0,07%
Outros	1.216	6,02%	0,23%	1.060	1,58%	0,21%
Total das contribuições para a sociedade	7.945	39,34%	1,47%	7.376	10,99%	1,49%
Tributos (excluídos encargos sociais)	28.360	140,44%	5,26%	31.635	47,12%	6,38%
Total - Indicadores sociais externos	36.305	179,78%	6,73%	39.011	58,10%	7,87%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	7.528	37,28%	1,40%	7.892	11,75%	1,59%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	1.183	5,86%	0,22%	2.048	3,05%	0,41%
Total dos investimentos em meio ambiente	8.711	43,14%	1,61%	9.940	14,80%	2,01%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2013			2012		
Nº de empregados(as) ao final do período	2.237			2.134		
Nº de admissões durante o período	206			540		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1.285			920		
Nº de estagiários(as)	66			49		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.023			820		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	416			390		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	32,58%			34,09%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	538			476		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3,79%			3,79%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	146			146		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2013			Metas 2014		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	35,53			35,53		
Número total de acidentes de trabalho	56			53		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(X) direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	(X) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(X) não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	(X) não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos	(X) não serão considerados	() serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 28.026	no Procon 173	na Justiça 18	na empresa 29.000	no Procon 180	na Justiça 20
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 100%	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 100%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2013: R\$ 400.503 mil			Em 2012: R\$ 412.557 mil		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	20,19% governo 4,57% acionistas	62,61% colaboradores(as) 12,63% terceiros		19,01% governo 14,16% acionistas	52,02% colaboradores(as) 14,80% terceiros	
7 - Outras Informações						

CNPJ da SANASA: 46.119.855/0001-37 - Setor Econômico: Utilidade Pública / Água e Saneamento - Sede da Empresa: Campinas (SP). Para esclarecimento sobre as informações declaradas: Gerência de Controladoria / Telefone: (19) 3735-5190 - E-mail: controladoria@sanasa.com.br. Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

Pacto Global	Indicadores GRI - G4	Ações da Sanasa
Princípios de Direitos Humanos		
1. Respeitar e proteger os direitos humanos	G4 - 1 G4- EN27 G4 - HR1	Plano 300% de Universalização do Saneamento. Todos os contratos de prestadores de serviços contêm cláusula que prevê a garantia de respeito aos Direitos Humanos. Essa cláusula já está definida desde o edital de licitação.
2. Impedir violações de direitos humanos	G4 - HR1 G4 - HR10	Para a contratação de todos os fornecedores, a Sanasa efetua consulta nos órgãos oficiais - INSS e Caixa Econômica Federal -, com objetivo de verificar provas de regularidade relativas à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. As obrigações da empresa vencedora da licitação estão claras desde o Edital: deve observar as prescrições das leis trabalhista, previdenciária, fiscal e securitária, bem como o pagamento de todos os tributos que incidem sobre os trabalhos.
Princípios de Direitos no Trabalho		
3. Apoiar a liberdade de associação e o direito à negociação coletiva no trabalho	G4- HR4	Todos os funcionários da Sanasa têm liberdade de associação ao sindicato. Os acordos coletivos firmados com o sindicato beneficiam a todos os funcionários.
4. Abolir o trabalho forçado ou compulsório	G4 - HR1 G4 - HR6	Para garantir a integridade dos trabalhadores terceirizados e impedir o trabalho degradante, todos os contratos para obras têm cláusulas que exigem dos fornecedores certificados de treinamento dos empregados para o uso correto de EPI's, treinamentos em trabalhos com eletricidade, em espaço confinado e em altura, além da presença de profissional legalmente habilitado, responsável para os trabalhos com eletricidade e/ou em segurança do trabalho. A SANASA, por sua vez, contrata todos os seus funcionários de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.
5. Erradicar o trabalho infantil	G4 - HR5	Os contratos também preveem que não ocorra o trabalho infantil, pois exigem que cada empregado dos fornecedores tenha contrato de trabalho e registro em carteira, RG e CPF.
6. Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho	LA13	Na Sanasa, mulheres têm salários iguais aos dos homens quando exercem as mesmas funções. Também têm igualdade de oportunidades.

Pacto Global	Indicadores GRI - G4	Ações da Sanasa
Princípios de Proteção Ambiental		
7. Adotar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais	G4 - EN22 G4- EN27	Programa de Controle de Perdas; Estação de Tratamento de Lodo - ETL; Plano de Segurança da Água; Pesquisa sobre Ozônio; Estação de Tratamento de Esgoto; Estação Produtora de Água de Reúso – EPAR; Qualidade da água; programas sobre uso racional da água.
8. Promover a responsabilidade ambiental	EN22	Plano de Segurança da Água.
9. Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis	G4 - EN22	Uso do Ozônio no tratamento da água; Estação de Tratamento de Lodo – ETL; Difusão de tecnologias com o uso de membranas filtrantes para utilização em ETEs, para reúso.
Princípio Anticorrupção		
10. Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina	G4 - 56	Código de Ética e Conduta; Treinamento de funcionários em normas para compras.

SOBRE ESTE RELATÓRIO

A evolução da SANASA nos temas da sustentabilidade pode ser constatada nos três Relatórios de Sustentabilidade publicados: o primeiro em dezembro de 2012, o segundo em março de 2013 e o terceiro, este relato, lançado em abril de 2014.

O primeiro Relatório, no modelo Global Reporting Initiative, versão G3, sobre o primeiro semestre de 2012, foi realizado com o objetivo de divulgar o compromisso anticorrupção e de transparência nas atividades da SANASA. O segundo mostrou a evolução da sustentabilidade na empresa. E o terceiro, mais ainda, retrata os avanços e novos compromissos: com os 10 Princípios do Pacto Global, com a Plataforma Arquitetos por um Mundo Melhor e com a própria *Global Reporting Initiative* (veja detalhes na Mensagem do Presidente). Em mais um passo nesse sentido, a SANASA voltou a responder aos indicadores Ethos.

Prova de que a evolução dos compromissos da SANASA é consistente está na transferência da Assessoria de Gestão da Sustentabilidade do âmbito da Diretoria Técnica para a Presidência, em 2013. Dessa forma, tornou-se ainda mais claro que as questões da sustentabilidade devem integrar e permear toda a gestão da empresa.

No conjunto, um dos destaques deste Relatório sobre o exercício 2013 está no Plano 300% de Universalização do Saneamento; outro, igualmente importante, está na necessidade de adoção de

soluções integradas e articuladas com os múltiplos usos da água e ações voltadas à gestão de demanda, ao uso racional da água e ao reuso da água, como se nota no capítulo Gestão Ambiental.

Destaca-se, também, o relato das etapas de trabalho para estruturar o Mapa de Riscos Corporativos e o Plano de Segurança da Água. Ambos continuarão em evolução em 2014 e seus resultados serão abordados novamente no Relatório de Sustentabilidade a ser publicado em 2015, referente ao exercício 2014.

Este Relatório apresenta conteúdos padrão das Diretrizes *Global Reporting Initiative* - GRI, versão G4, para Relatos de Sustentabilidade. Essas diretrizes foram lançadas em 2013 em Amsterdam, na Holanda, cidade sede da GRI. Os indicadores GRI - G4 e os conteúdos correspondentes estão identificados no decorrer do Relatório, que apresenta o desempenho da empresa no exercício 2013.

Para dar clareza às informações e compromissos e facilitar a leitura, os indicadores GRI - G4 e Ethos e os 10 Princípios do Pacto Global estão publicados de maneira compartilhada.

Por enquanto, a SANASA conseguiu responder grande parte dos indicadores GRI - G4, principalmente os indicados pelo estudo de materialidade. Mas, não a todos. Portanto, a meta da empresa é continuar evoluindo e, em 2015, publicar um Relatório de Sustentabilidade com indicadores G4 mais completos e abrangentes.

ASPECTOS MATERIAIS IDENTIFICADOS E LIMITES

G4-17

Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou documentos equivalentes da organização

R. Governo, Acionistas, Prefeitura de Campinas, trabalhadores, terceiros, órgãos financiadores, consumidores.

G4-18

Processo adotado para definir o conteúdo do Relatório e os limites dos Aspectos. Como a organização implementou os Princípios para Definição do Conteúdo do Relatório

R. Foi realizado um teste de materialidade junto ao público interno sobre temas relevantes apurados durante as definições e decisões do Planejamento Estratégico, elaborado em reunião da Diretoria, em

abril de 2012. Os gerentes foram incluídos e consultados no teste de materialidade. Os temas relevantes tratados com o Ministério Público também foram considerados no teste de materialidade.

G4-19

Aspectos Materiais identificados no processo de definição do conteúdo do relatório.

R. Os Aspectos Materiais identificados no teste que resultou na matriz de materialidade foram os seguintes:

TEMAS AMBIENTAIS:

1. Água (qualidade e quantidade; programa de controle de perdas; combate à inadimplência; água potável para bairros e ocupações não assistidas – Programa de Ação Sustentável).
2. Esgoto (qualidade dos corpos receptores, Estações de Tratamento de Esgoto - ETEs, implantação de rede de coleta em bairros ainda não assistidos, Estação Produtora de Água de Reuso - EPAR).

3. Planos (Plano de Resíduos Sólidos; Plano Municipal de Saneamento; Plano de Segurança da Água).

TEMAS SOCIAIS:

- Aumentar a Produtividade (atrair e manter bons profissionais)
- Diversidade (Inclusão)
- Capacitação Profissional (Treinamento)
- Saúde do Trabalhador (Programas internos)

CIDADANIA:

- Fidelidade Hospitalar
- Fidelidade Comercial/Industrial
- Programa de Ação Sustentável - PAS

G4-20

Para cada Aspecto material, relate o Limite do Aspecto dentro da organização

G4-21

Para cada Aspecto material, relate seu limite fora da organização; se o Aspecto for material fora da organização, identifique as entidades, grupos de entidades ou elementos para os quais o Aspecto é material. Além disso, descreva a localização geográfica na qual o Aspecto é relevante para as entidades identificadas

R. Todos os aspectos identificados no teste de materialidade são considerados relevantes para a estratégia da empresa. Os mesmos aspectos resultam

em impactos considerados relevantes na população abrangida pelos serviços fornecidos pela empresa na região de Campinas, segundo o teste de materialidade.

G4-22

Efeito de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para essas reformulações

G4-23

Alterações significativas em relação a períodos cobertos por relatórios anteriores em Escopo e Limites de Aspecto

R. Não foram registradas alterações significativas quanto ao período do relato ou quanto às informações. O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos está sendo reestudado.

ENGAJAMENTO DE *STAKEHOLDERS*

G4-24

Grupos de *stakeholders* engajados pela organização

G4-25

Base usada para a identificação e seleção de *stakeholders* para engajamento

G4-26

Abordagem adotada pela organização para envolver os *stakeholders*

G4-27

Principais tópicos e preocupações levantadas durante o engajamento de *stakeholders* e as medidas adotadas pela organização para abordar esses tópicos e preocupações

R. O engajamento dos diversos *stakeholders* externos acontecerá no decorrer de 2014.

G4-32

Opção “de acordo” escolhida pela organização. Sumário de Conteúdo da GRI para a opção escolhida (veja as tabelas a seguir). Embora a GRI recomende o uso de verificação externa, essa recomendação não constitui um requisito para que o Relatório esteja “de acordo” com as Diretrizes

R. Este Relatório apresenta conteúdos padrão das Diretrizes *Global Reporting Initiative* - GRI, versão G4, para Relatos de Sustentabilidade na opção Essencial.

Este Relatório de Sustentabilidade não foi submetido a verificação externa.

Sumário de Conteúdo da *Global Reporting Initiative* para a opção Essencial

	Pág.
Conteúdos Padrão Gerais	68
Estratégia e Análise	
G4 -1	03
Perfil Organizacional	
G4 -3	08
G4 -4	08
G4 -5	08
G4 -6	08
G4 -7	08
G4 -8	08
G4 -9	08
G4 -10	58
G4 -11	09
G4 -12	09
G4 -13	09
G4 -14	10
G4 -15	10
G4 -16	11

Aspectos Materiais identificados e limites	
	Pág.
G4 -17	68
G4 -18	69
G4 -19	69
G4 -20	69
G4 -21	69
G4 -22	70
G4 -23	70
Engajamento de Stakeholders	
G4 -24	70
G4 -25	70
G4 -26	70
G4 -27	70
Perfil do Relatório	
G4 -28	01 e 68
G4 -29	68
G4 -30	68
G4 -31	sustentabilidade@sanasa.com.br
G4 -32	68
Governança	
G4 -34	16
Ética e integridade	
G4 -56	26

Conteúdos Padrão Específicos	
Aspectos materiais identificados (como no ponto G4-19)	Informações sobre a forma de gestão e indicadores (conteúdos padrão específicos relacionados a cada Aspecto Material identificado)
<p>Água:</p> <p>a) Qualidade e quantidade; programa de controle de perdas .</p> <p>b) Combate à inadimplência;</p> <p>c) Água potável para bairros e ocupações não assistidas.</p>	<p>a) Gestão Ambiental, pág. 36</p> <p>b) Gestão Operacional, pág. 27</p> <p>c) Programa de Ação Sustentável - PAS pág. 61</p>
<p>Esgoto:</p> <p>a) qualidade dos corpos receptores, Estações de Tratamento de Esgoto - ETEs;</p> <p>b) Implantação de rede de coleta em bairros ainda não assistidos;</p> <p>c) Estação Produtora de Água de Reuso - EPAR</p>	<p>a) Gestão Ambiental, pág. 36</p> <p>b) Gestão Social: Programa de Ação Sustentável - PAS, pág. 61</p> <p>c) Mensagem do Presidente e Perfil da SANASA, págs. 3 e 8</p>
<p>a) Plano de Resíduos Sólidos;</p> <p>b) Plano Municipal de Saneamento;</p> <p>c) Plano de Segurança da Água</p>	<p>a) Está sendo reestudado .</p> <p>b) Plano 300% de Universalização do Saneamento : relato na Mensagem do Presidente e em Governança, págs. 3 e 17</p> <p>c) Gestão Ambiental, pág. 36</p>
Temas Sociais	
<p>a) Aumentar a produtividade (atrair e manter bons profissionais)</p> <p>b) Diversidade (Inclusão)</p> <p>c) Capacitação Profissional (Treinamento)</p> <p>d) Saúde do Trabalhador (Programas internos)</p>	<p>a) Recursos Humanos, pág. 55</p> <p>b) Recursos Humanos, pág. 55</p> <p>c) Recursos Humanos, pág. 55</p> <p>d) Recursos Humanos, pág. 55</p>
CIDADANIA	
<p>a) Fidelidade Hospitalar, Fidelidade Comercial/Industrial;</p> <p>b) Programa de Ação Sustentável</p>	<p>a) Gestão Operacional, pág. 27</p> <p>b) PAS, pág. 61</p>

CRÉDITOS

Conselho Editorial

Hamilton Bernardes – Presidente do Conselho de Administração

Arly de Lara Romêo – Diretor Presidente

Pedro Claudio Silva – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio dos Santos – Diretor Técnico e de Operações

Luiz Carlos de Souza – Diretor Comercial

Lúcio Esteves Júnior – Diretor de Administração

Maria Paula P.A. Balesteros Silva – Procuradora Jurídica

Fernando Rossilho – Chefe de Gabinete

Direção Geral

Adriana Lagrotta Leles

sustentabilidade@sanasa.com.br

Coordenação dos Capítulos

Adriana Angélica R.V. Isenburg – Ambiental

Solange Maroneze – Governança

Antônio Moreira Franco – Indicadores Gerais

Alessandro S. Tetzner - Gestão Operacional: Qualidade

Benedito Antonio Pilli Junior – Gestão

Operacional: Fidelidade e Inadimplência

Mario Armando Gomide Guerreiro – Gestão Social: RH

Mariane de Aguiar Pacini – Gestão Social:

Fornecedores e Banco de Preços

Antonio Carlos Artioli – Gestão Social: PAS

Identificação de conteúdo GRI, Redação e Edição

Ana M. Lombardi, Mundial Press Comunicações, aml@uol.com.br

Indicadores

Indicadores Gerais e Balanço Social

Jean Carlos Pereira

Tatiana Gama Ricci

Claudia Aparecida S. Marques

Governança

Alessandra Bonafé

Paulo César Araújo

Gestão Operacional

Qualidade

Gustavo Arthur Mechlin Prado

Sonia Maria dos Santos Souza

Júlio Cesar do Nascimento

Ana Flavia de Souza

Jaime Dolenc

Inadimplência e Fidelidade

Roberto Cordeiro

Nanci Aparecida Sigrist

Lucimari Rosolem de Marcio

Cleusa Marili de Moraes Aguiar

Katherine Helena Barreta

Gestão Ambiental

Betânia Cordeiro

Marcia Toniolo Lopes

Maria de Fátima B. Tolentino

Simone Aparecida Pires Sales

Alexssandro André Alves

Fabio Giardini Pedro

Vladimir José Pastore

João Aparecido Edo

Sidnei Lima Siqueira

Sinézio Aparecido de Toledo

Luís Artime Rosalén Garcia

Romeu Cantusio Neto

Ivanio Rodrigues Alves

Rovério Pagotto Junior

Alexandre Paixão Fontes

Márcia Trevisan Vigoritto

Marco Antonio Bertelle

Luci Lorençon Manara

Ana Maria Loureiro C. de Mello

Eliana Cristina Sibinel Stach

Renato Rosseto

Andre Luis de Moraes

Marcos Rosa de Carvalho

Luis Otavio Soave

Uilson Carlos A. de Oliveira

Silvia Helena Ferreira Dias

Sergio Raimundo Grandin

Adriana Maria Boscolo Candido

Renata de Lima P. de Gasperi

Jose Gabriel A. Gomes Camargo

Marcio Luciano G. Barbosa

Luciano Berto

Marilda Moraes

Allan D. Cardoso

Leandro A da Silva

Zélia Sousa

Paulo S Vicinança

Marães M da Silva

Benevenuto A Sales

Carlos E A G Camargo
 Carlos A Bonon
 Rober Di Calsavara
 Valdiney Soares
 Mirian C Callegari
 Humberto E Amorim
 Eduardo Saldanha
 Moisés Meredes
 Caroline Suidedos
 Lina Cabral Adani
 Ivan de Carlos
 Renan Moraes Sampaio
 Mauricio André Garcia
 Claudio Luiz Tiozzi Rubio
 Paulo R. Szeligowski Tinel
 Luis Filipe Rodrigues
 Augusto Carlos Vilhena Neto
 Satoshi Ando
 Sebastião Carlos Torres
 Camila Mattana
 Carolina Farah
 Gladis Matteo

Gestão Social

RH

João Adão Cineis
 Luciana Arrioli
 Mário Sanches Neto
 César Q. de Carvalho Junior

Fornecedores e Banco de

Preços

Simone Cracco
 Carla Pedrazolli
 Tatiane Paiva
 Rosana Queiroz
 Arthur Neto
 Gustavo Rimoli
 Rene Delphino
 Willian Araujo
 Leticia Soares

PAS

Fátima Aparecida Marin Stahl
 Carlos Roberto Calamari
 José Roberto Barreto
 Ana Carina Galassi
 Beatriz Tomitaka
 Bruno Bevenuti Corigliano
 Carlos Salustiano da Silva
 Fábio Oliveira de Aguiar
 Joanielson Santos Moura
 José Roberto Giuriato

Jurídico

Claudete A. Piton de M. Salles
 Adriana T. Pierri Sampaio.
 Carlos Roberto Cavagioni Filho
 Alencar Carneiro

Produção

Halana Kalyne dos Santos

Secretárias (o)

Maria Regina Mendes
 Nascimben
 Priscila de Andrade Martins
 Michele Lacerda
 Ana de Fátima Oliveira
 Maria Aparecida Chagas
 Reinalva Viera Miguel
 Carmen Silvia Miguel Pereira
 Fatima Cristina de Araujo
 Sandra Teresa Montaldi
 Viviane Cristina P.D. Oliveira
 Camila Mattana
 Ana Lucia Stefanini Tim
 Marli Coutinho F. Moreno
 Benedita dos Santos Almeida
 Célia Ribeiro
 Ralf Cabral Reimann
 José Luis Costa
 Ana Angélica Peres Ferreira
 Helga Galvez Miritello

TI

Carlos Augusto Chagas
 Marcelo Ricardo Mosena
 Sueli Toshie Honma
 Vitorio Henrique Ferreira

Indicadores Ethos

Alexssandro Alves
 Camila Mattana
 Carolina Farah
 Victor Rodrigues
 Satoshi Ando
 Augusto Vilhena
 Pilli Junior
 Ricardo Fiorio
 Paulo Balzani
 Maria Ines de Oliveira
 Maria Donizeti Moraes
 Almeida
 Luciana Arrioli
 André L. Paulella
 Mario Sanges

Inacio F. da Silva
 Gabrielli A. Fuzzo
 Delvania Ventura
 Lina Adani
 Leniter Sertorio
 Fabio de Lima
 Cleuza Mazato
 Thaís Diniz
 Fatima Stahl
 Clara Coelho
 Claudia Tonietti
 Ederson M. Barbosa
 Alessandra Bonafé
 Newton Ambrosi

Comunicação Social

João Pinheiro
 Helena Góes
 Thiago Mota Pires

Projeto Gráfico e Diagramação

Paola Clemente

Assessoria de Imprensa, Cerimonial e Eventos

Marcos Lodi

Jornalistas

Araceli Avelleda
 Michele Leite
 Agildo Nogueira

Fotógrafos

Manoel de Brito Franco Neto
 Edvaldo S. Alves
 Gilson Machado

Equipe de Cerimonial e Eventos

Amanda Galofaro
 Adriana Regina Ribeiro
 Marisa Catalani
 Franciele Agorreta

Tradução:

ProWords

Revisão da tradução:

Romeu Cantusio Neto
 Myrian Nolandi Costa